

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP**

RODRIGO VASCONCELOS RASLAN

**INVESTIGAÇÃO DA POTENCIALIDADE
MELANCÓLICA EM ADOLESCENTES**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

SÃO PAULO

2007

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP**

RODRIGO VASCONCELOS RASLAN

**INVESTIGAÇÃO DA POTENCIALIDADE
MELANCÓLICA EM ADOLESCENTES**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica sob a orientação do Prof. Doutor Alfredo Naffah Neto.

SÃO PAULO

2007

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

| |
|--|
| |
|--|

À Agnes Murta, que causou-me nesse percurso,

Aos meus pais, que possibilitaram sua realização,

À Jihan, meu filho, que com sua existência renova a cada dia o sentido da minha vida,

Ao meu primo, Alberto Raslan, referência ética assimilada.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Alfredo Nafat Nett, meu orientador;

Ao Prof. Dr. Alexandre Simões;

Ao Prof. Dr. Célio Garcia;

À CAPES, por acreditar e investir em projetos de pesquisa em nosso país.

RESUMO

RASLAN, Rodrigo Vasconcelos. *Investigação da Potencialidade Melancólica em Adolescentes*. São Paulo, 2007. Orientador: Prof. Doutor Alfredo Naffah Neto.

O presente estudo consiste na investigação, elaboração e desenvolvimento do conceito de Potencialidade Melancólica através de pressupostos teóricos, bem como, a partir de um estudo de caso realizado junto a um adolescente, estando esse em cumprimento de medida sócio-educativa de internação. Do ponto de vista teórico/conceitual, a Psicanálise, enquanto técnica terapêutica, teoria do psiquismo e método de investigação do inconsciente, foi o referencial por mim utilizado, especialmente as obras de Aulagnier, Freud e Violante. A relevância e a utilidade clínica e/ou social dessa pesquisa se justifica na medida em que, o conceito de Potencialidade Melancólica, enquanto hipótese diagnóstica, pode orientar, do ponto de vista ético e técnico a escuta do analista e de outros profissionais que se dedicam à práxis clínica.

Palavras-Chaves: Potencialidade Melancólica, Desenvolvimento, Práxis.

ABSTRACT

RASLAN, Rodrigo Vasconcelos. *Inquiry of the Melancholic Potentiality in Adolescents*. São Paulo, 2007. Adviser: Prof. Doctor Alfredo Naffah Neto.

The present study consists of the investigation, elaboration and development of the concept of Melancholic Potentiality through presupposed theoretical, as well as, starting from a case study accomplished to an adolescent, being this in execution of social-educational measure of internment. From the theoretical/conceptual point of view, the Psychoanalysis, while therapeutic technique, theory of the psyche and method of investigation of the unconscious, was the used referential, especially the work of Aulagnier, Freud and Violante. The relevance and the clinical usefulness and/or social of that research is justified in the measure in that, the concept of Melancholic Potentiality, while diagnostic hypothesis, can guide, from the ethical and technical point of view of the analyst listening and of other professionals that are devoted to the clinical praxis.

Key-words: Melancholic Potentiality, Development, Praxis.

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|-----|
| I. | <u>INTRODUÇÃO</u> | 9 |
| II. | <u>PRESSUPOSTOS TEÓRICOS ORIENTADORES DA PESQUISA</u> | 24 |
| 2.1 | <u>O originário</u> | 24 |
| 2.2 | <u>O processo primário</u> | 37 |
| 2.3 | <u>O processo secundário ou o advento do Eu</u> | 48 |
| 2.4 | <u>O superego em adolescentes infratores: O Outro da Lei nos fora da Lei</u> | 69 |
| 2.5 | <u>O conceito de potencialidade</u> | 82 |
| 2.6 | <u>O conceito de potencialidade melancólica</u> | 90 |
| III. | <u>DESENVOLVIMENTO E ELABORAÇÃO DO CONCEITO DE POTENCIALIDADE MELANCÓLICA POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO</u> | 98 |
| 3.1 | <u>Análise clínica do caso</u> | 98 |
| 3.1.1 | <u>No âmbito institucional</u> | 98 |
| 3.1.2 | <u>Sobre a pré-história institucional</u> | 100 |
| 3.1.3 | <u>Os atendimentos</u> | 102 |
| 3.1.4 | <u>A trajetória de rua</u> | 121 |
| IV. | <u>CONCLUSÃO</u> | 127 |
| V. | <u>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</u> | 134 |

I. INTRODUÇÃO

Este estudo consiste na investigação da *Potencialidade Melancólica* manifestada e/ou evidenciada nos atendimentos realizados junto a um adolescente estando este em cumprimento de medida sócio-educativa de internação¹ privativa de liberdade em uma unidade da SAME², CIA-BH³ (Centro de Integração do adolescente) em Belo Horizonte – MG.

Em janeiro de 2000, fui contratado pela secretaria de justiça do estado de Minas Gerais para atuar como psicólogo em um centro de internação para adolescentes infratores.

Historicamente, no final do ano anterior ao supracitado, ou seja, dezembro de 1999, o CIA – Sete Lagoas (Centro de Integração da cidade de Sete Lagoas – MG), num contexto de superlotação e dificuldades administrativas, enfrentou uma de suas maiores rebeliões, onde os adolescentes ali internados, revoltados, promoveram uma situação de horror, de barbárie, culminando na morte de adolescentes bem como nos efeitos traumáticos naqueles que ficaram vivos.

Na ocasião, cinquenta e oito adolescentes foram transferidos emergencialmente para uma ala, ainda em construção, da Penitenciária Industrial Estevão Pinto, em Belo Horizonte.

No início, houve a necessidade de uma série de procedimentos administrativos também emergenciais a fim de atender a nova realidade caótica em

¹ [...] A medida socioeducativa é, ao mesmo tempo, a sanção e a oportunidade de ressocialização, contendo, portanto, uma dimensão coercitiva, uma vez que o adolescente é obrigado a cumpri-la, e educativa, uma vez que seu objetivo não se reduz a punir o adolescente, mas prepará-lo para o convívio social. (VOLPI, 2001, p.16.).

² Superintendência de atendimento à medida sócio-educativa de MG.

³ O Centro de Integração do Adolescente é um estabelecimento que se destina à execução da medida sócio-educativa de internação aplicada a adolescentes autores de ato infracional após o devido processo legal. Após ter sido preso em flagrante delito, em pleno ato infracional, ter passado por todos os trâmites legais, a saber, DOPCAD (Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e Adolescente) Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, CEIP (Centro de Internação Provisória), o adolescente, tendo sido julgado e a ele determinado medida de internação, é levado a cumprir sua medida privativa de liberdade.

que se encontravam os adolescentes rebelados.

O local era improvisado e completamente inadequado ao cumprimento da medida sócio educativa de internação estabelecido pelo ECA.⁴

Na falta de pessoal qualificado e disponível para assumir repentinamente as funções que o contexto exigia, a Polícia Militar foi acionada para gerenciar tal situação de crise. Contenção, vigilância, repressão, opressão, eram procedimentos adotados junto aos adolescentes ali encarcerados; estratégia também contrária aos princípios estabelecidos pelo ECA.

Foi neste contexto que iniciei minha práxis junto aos adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de internação.

Toda ordem de dificuldades ali se apresentavam. O local era improvisado, não havia espaço adequado para realização de atendimentos junto aos adolescentes; não havia documentação e material administrativo, móveis, salas, enfim, tudo era improvisado.

A precariedade da situação provocava revolta, medo e desespero entre os adolescentes e sua insustentabilidade acelerou o processo técnico-administrativo de organização interna.

Aos poucos foram tomadas providências como organização de documentação legal, improvisação de móveis, organização de salas para realização de atividades e atendimentos bem como a seleção, contratação e treinamento de pessoal.

O desafio maior passou a ser a dispensa da Polícia Militar que, mesmo com a nomeação de um diretor em junho de 2000, ainda participava ativamente do gerenciamento da unidade.

Já contávamos com uma equipe composta de: um diretor geral, três psicólogos, dois assistentes sociais, um advogado, um pedagogo, um terapeuta ocupacional, um instrutor de atividades e um corpo de guarda – penitenciários. Estes últimos foram os que mais trouxeram problemas para a instituição. Acostumados à lógica das grandes cadeias, não foram capazes de entender a lógica do ECA para o

⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente.

cumprimento da medida sócio educativa. Praticavam todo tipo de violência contra os adolescentes, desde as simbólicas até a prática de violência corporal onde as “sacoladas”⁵ ganhavam destaque pela freqüência de sua ocorrência. A troca deste pessoal era freqüente devido à inadequação de seus procedimentos.

Em 2000, os atendimentos aos adolescentes ainda eram realizados com a presença da Polícia Militar que, com suas metralhadoras e cachorros faziam vigilância total aos internos e a nós técnicos.

Somente em 2001 o CIA-BH deslocou-se para um espaço próprio, podendo assim, com a saída da polícia e ao longo de pequenas transformações físicas, administrativas, técnicas e de mentalidade, adequar-se minimamente às exigências do ECA.

Dentre os desafios institucionais, para além das adequações físicas e administrativas, considero a ideologia e a mentalidade puramente punitiva advinda do sistema penal as grandes questões a serem trabalhadas junto ao corpo institucional. Para tanto, cursos de capacitação, treinamento, reuniões, atendimentos e várias outras práticas foram e ainda são atividades constantes realizadas institucionalmente; todas elas têm como objetivo, dentre outros, propiciar e instituir uma práxis adequada aos princípios do ECA no que diz respeito às medidas sócio-educativas, no caso específico, a de internação.

Mesmo tendo um caráter punitivo e coercitivo, por princípio, a medida sócio-educativa de internação se difere daquelas destinadas aos adultos, a começar pelo tempo máximo de internação a que são submetidos os adolescentes.⁶

O tempo não é o fator determinante no cumprimento da medida sócio-educativa de internação, mas o modo como o adolescente responde à medida. Em minha práxis, nunca atendi e nem vi adolescente com determinação judicial para que cumprisse o tempo máximo previsto para a internação.

Relatórios são enviados a cada três meses para o Juizado da Infância e

⁵ Ato de sufocar o adolescente com sacolas plásticas.

⁶ O tempo máximo de internação é de três anos independente do delito cometido pelos adolescentes; esta questão tem sido tema de discussão nacional.

Juventude contendo as apreciações de todos os componentes da equipe técnica. O parecer final contém conclusões extraídas das discussões de casos; sugestões de continuidade da medida, progressão e/ou liberação são enviadas ao juizado e à promotoria que também avaliam e emitem o parecer final.

Atualmente, o CIA-BH, do ponto de vista institucional assim está organizado:-
Corpo administrativo: responsável por toda parte burocrática (serviço de arquivo, digitação, administração de pessoal, elaboração e controle de documentos, ofícios, almoxarifados, memorandos e outros); - Corpo de agentes – agentes educadores: este setor é composto por pessoas que têm a responsabilidade de promover a segurança na instituição; ultrapassam a pura medida de segurança uma vez que se inter-relacionam com os adolescentes diariamente; não apenas são considerados seguranças, mas também educadores, o que traz para este corpo uma nova dimensão de responsabilidade; - Direção: a direção é composta por um diretor geral e um diretor técnico. Como o próprio nome diz, são responsáveis pelo direcionamento da instituição, ou seja, norteiam, conduzem e fiscalizam todos os setores de acordo com os princípios da unidade; - Corpo Técnico: é composto por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, médicos, psiquiatras; são responsáveis pelos atendimentos diretos aos adolescentes e a seus familiares. Há também um conjunto de pessoas responsáveis pelas atividades lúdicas, recreativas, esportivas e trabalhos manuais.

Ao longo de minha práxis clínica junto aos adolescentes internados, tive a oportunidade, tanto em relação aos adolescentes por mim analisados quanto pela interação com os outros, de observar as seguintes manifestações clínicas: alterações de humor com típica exacerbação da agressividade; medo (os mais variados); depressões leves ou acentuadas; posições grupais que vão desde a subordinação total à liderança; contradições sucessivas em relação ao cumprimento da medida; tentativas de suicídio; suicídio; tentativas de fuga; fuga; perda da esperança; ausência de projetos identificatórios; sentimento de abandono, de perseguição; crises paranóicas; descrença; ansiedade; crises identificatórias; auto-mutilações; hetero-agressões e efeitos múltiplos causados pela privação de relações sexuais, o que, não raras às vezes, pode provocar a manifestação de comportamentos homossexuais.

Obviamente, não podemos e nem devemos perder de vista a vivência singular de cada adolescente em relação às manifestações supracitadas.

A singularidade das vivências do sujeito para a psicanálise, introduz do ponto de vista clínico, um diferencial na condução dos casos; diferencial acima de tudo, para além da técnica, ético.

Dentre estas várias manifestações, pude atuar em várias tentativas de suicídios, onde, felizmente, as intervenções foram bem sucedidas a ponto de se evitar a morte iminente.

Infelizmente, presenciei o assassinato de um adolescente, o qual foi realizado com requintes de crueldade sem que ninguém pudesse intervir e evitar tal acontecimento; impotentes, apenas pudemos acompanhar, passo a passo, lentamente, a morte do referido adolescente.

Também infelizmente, pude ajudar a retirar das cordas um adolescente que foi “bem sucedido” em sua tentativa de suicídio.

Tais experiências me fizeram concluir como são imprescindíveis e necessárias as atuações e intervenções do psicólogo em instituições destinadas ao cumprimento de medidas sócio-educativas de internação bem como em outras voltadas para o atendimento e tratamento de diversas naturezas, apesar de acompanhar atônito como certas autoridades e dirigentes das áreas de saúde e justiça lidam com descaso para com a contratação e valorização dos profissionais da área psi.

Dentre os vários casos por mim analisados, selecionei um o qual suspeitei ser portador de Potencialidade Melancólica.

A partir desta hipótese diagnóstica, o manejo transferencial exigiu cuidado na condução do caso, não só nas intervenções feitas diretamente com o adolescente, mas também, junto às sua respectiva família bem como junto a outros agentes sociais que compunham o quadro de funcionários da instituição, os quais mantinham relações diretas com o adolescente, incluindo toda a equipe técnica. Veremos estes detalhes posteriormente no capítulo destinado à análise clínica do caso.

Encontro aqui, a relevância e a utilidade clínica e/ou social desta pesquisa na medida em que, o conceito de Potencialidade Melancólica, enquanto hipótese diagnóstica, ao invés de dirigir, pode orientar, do ponto de vista ético e técnico, a escuta do analista e de outros profissionais que se dedicam à atividade clínica. “[...] conseguir, através do trabalho da análise, evitar a crise, já é um “a menos” de sofrimento para o paciente, evitar o suicídio é uma vida “a mais”.” (VIOLANTE, 1994, p. 162).

Segundo Violante, o estudo sobre a potencialidade melancólica lhe permitiu e nos permite verificar que há pessoas as quais, de acordo com sua organização psíquica, possuem um modo de seu Eu funcionar que se assemelha ao melancólico: são portadores de uma potencialidade melancólica; constatar que, dependência, ambivalência, baixo investimento da libido objetal, demanda de amor e de identificação, ódio recalcado e frustração negada são características do portador de potencialidade melancólica que podem ser transferidas para o analista; tal padrão de transferência pode facilitar o aparecimento de uma “reação terapêutica negativa” que inviabilizaria o trabalho da análise; sendo assim, adquirir uma escuta, uma compreensão mais refinada do conflito a que estes sujeitos padecem, deve ser uma tarefa do analista; no caso por mim analisado, pude verificar o aparecimento deste quadro transferencial tendo que manejar a situação analítica.

Ainda segundo Violante, devemos rever questões éticas e técnicas, sobretudo a respeito do valor de uma hipótese diagnóstica a ser formulada antes do estabelecimento do “pacto analítico”.

Apesar de concordar com Freud que um diagnóstico só é possível no decorrer do processo de análise, Violante considera que uma hipótese diagnóstica, ainda que provisória e aberta a reformulações, pode dar ao analista parâmetros na condução de casos.

A meu ver, o analista deve rever, no âmbito institucional público, as formas de se conduzir um tratamento, adequando-o à realidade histórica de cada sujeito e à realidade institucional.

A suspeição é um dado clínico institucional a ser considerado. Esta é uma questão que aparece quase sempre na situação transferencial, exigindo do analista

muito cuidado e atenção na condução dos casos.

Para além da singularidade de cada caso na situação de atendimento, a suspeição é um fantasma institucional que atravessa toda práxis de cada sujeito que ali desempenha suas funções, transformando e alterando toda lógica do dito e do não dito, do feito e do não feito institucional. O analista deve estar atento também a um diagnóstico institucional.

A legislação brasileira prevê seis diferentes medidas para adolescentes autores de ato infracional, a saber: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semi-liberdade e internação.

Segundo o ECA, a advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

A obrigação de reparar o dano, em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima; as tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser atualizados os recursos existentes na comunidade. A medida não comporta prazo determinado.

A medida de internação só poderá ser aplicada quando: tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, neste caso, o prazo de internação não poderá ser superior a três meses. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto destinado ao abrigo,, obedecendo rigorosa separação por critério de idade, compleição física e gravidade da infração. O período de internação não poderá em nenhuma hipótese exceder a três anos. A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

A análise procedida junto ao adolescente deste estudo se passa em um espaço institucional privativo de liberdade, o que introduz na dinâmica dos fatos, nas inter-relações, nos atendimentos e na dinâmica transferencial, especificidades causadas pelas características próprias apresentadas em caso de potencialidade melancólica bem como pelos efeitos do estado privativo de liberdade.

Adolescentes atendidos, acompanhados e assistidos a partir de outras modalidades de medidas sócio-educativas que não a internação, reagem diferentemente às intervenções; não perderam a liberdade.

Historicamente, as instituições destinadas ao cumprimento da medida sócio-educativa de internação, são marcadas por ideologias que atravessam todo o corpo institucional; a lógica repressiva, estigmatizante, típica dos sistemas carcerários, está presente no dia-a-dia institucional.

Romper com os paradigmas, com as ideologias, introduzir as novas propostas do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), é um desafio do psicólogo em seu trabalho. Tais atravessamentos, concepções, interferem diretamente nos atendimentos, exigindo do psicólogo um manejo cuidadoso na condução dos casos.

Como já foi dito anteriormente, a análise procedida junto ao adolescente deste estudo deu-se em um Centro de Integração de Adolescentes – CIA-BH, instituição destinada à execução de medida sócio-educativa de internação privativa de liberdade. Trata-se, portanto, de adolescentes infratores. Cumpre-me ressaltar, que não se trata aqui de um estudo a respeito do adolescente infrator, mas sim, sobre a potencialidade melancólica porventura em um adolescente infrator.

Poderíamos afirmar que é possível proceder à análise em uma instituição como esta?⁷

Como a psicologia, a psicanálise, a psiquiatria e outros saberes foram introduzidas no âmbito da justiça criminal? Como se deu esta operação? Como o saber psi foi convocado a atuar neste espaço?

Michael Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir, História da Violência nas Prisões*, nos mostra como a justiça criminal passou do “suplício”, punição tipicamente corpórea a uma “realidade incorpórea”. “[...] Pois não é mais o corpo, é a alma. A expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue profundamente, sobre o coração, o intelecto, à vontade, as disposições.” (FOUCAULT, 1989, p. 23).

Lemos ainda, “[...] todo um conjunto de julgamentos apreciativos, diagnósticos, prognósticos, normativos, concernentes aos indivíduos criminosos encontrou acolhida no sistema do Juízo Penal.” (FOUCAULT, 1989, p.23).

A psicologia, a psicanálise, a psiquiatria e outros saberes irão fazer parte deste corpo de saberes; “[...] a operação penal inteira carregou-se de elementos e personagens extra-jurídicos.” (FOUCAULT, 1989; p.25).

⁷ Concordo com Benilton Bezerra quando, em conferência pronunciada no curso de Especialização em Saúde Mental da ESMIG, em Belo Horizonte nos diz: “[...] Se estamos às voltas com os enunciados cotidianos do sujeito que expressam o modo pelo qual o sujeito organiza seu mundo, faz seus laços sociais, estamos fazendo clínica.” (BEZERRA, 1993).

Considero a instituição como um elemento Outro no psiquismo do sujeito, como o é a família, a sociedade e o outro, seu semelhante. O termo Outro, escrito com maiúscula, é um recurso da psicanálise Lacaniana para nomear aquele que fornece ao sujeito a palavra, o significante.

Para Aulagnier (1984, p. 54) [...] Sem ignorar nem subestimar as dificuldades particulares decorrentes do fato de que o sujeito em análise vive em instituição, continuo acreditando ser esta forma de trabalho analítico possível, mas somente se o analista puder respeitar estas três condições:

Não fazer seu o erro do leigo para quem, geralmente, a etiqueta de “louco” abarca um conjunto de sujeitos intercambiáveis e, em função disto, escutar os termos de “esquizofrenia”, “paranóia”, “delirante”... como definições exaustivas aplicáveis a classes cujos elementos teriam perdido todo o caráter singular. Nem o sujeito, nem os eventuais resultados do procedimento terapêutico que lhe propomos são redutíveis à sua sintomatologia.

- Saber que tomar a seu cargo uma relação analítica no âmbito institucional só é possível se o analista puder dedicar a ela uma grande parte do seu tempo.
- Não esquecer que um dos mais graves problemas que a instituição coloca – com ou sem analista – é a repercussão de todo conflito institucional sobre a vivência dos sujeitos nela tratados. Inevitável repetição de um papel que estes últimos conhecem muito bem por Ter sido o deles durante toda infância. O trabalho analítico não pode se desenvolver *contra* o resto da equipe (quer este “contra” seja manifesto ou latente), tampouco pode se dar *com* a equipe, se entendermos por isto, como às vezes ocorre, que o analista poderia fornecer aos membros da equipe os meios de se transformarem em *intérpretes* da instituição, daqueles nela tratados assim como daqueles que nela trabalham (incluindo os novos intérpretes).

Assistimos assim uma mudança de paradigma e, junto com ela, vimos surgir então, um novo campo de atuação e de investigação dos saberes psis.

[...] Beccaria foi quem primeiro denunciou a crueldade das execuções e das torturas. Assim, a transformação e a regeneração do criminoso passaram a ser mais importante que a expiação da culpa. [...] A condenação moral, as discriminação e a exclusão do corpo social como armas de combate ao vício e ao crime, ambos confundidos numa única apreciação de padrão para a vida em sociedade, foram substituídos em nossa prática pelas idéias de: 1) proteção; 2) bem-estar, inserção, recuperação; 3) direitos da criança e do adolescente. (GARCIA, 2004, p.68-69).

Considero que, somente neste contexto são possíveis as intervenções e atuações do psicólogo em instituições como estas, destinadas ao cumprimento da medida sócio-educativa de internação.

Com o advento do ECA aprovado em julho de 1990, a criança e o adolescente passam a ser prioridade absoluta.

A parte do estatuto que se destina à medida sócio-educativa de internação transcende a pura punição aos infratores. Em seu artigo 121 lê-se o seguinte: “[...] A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. (ECA, 1990, art. 121)

Ao interno adolescente é permitido: a realização de atividades externas; entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público; avistar-se reservadamente com seu defensor; receber visitas ao menos semanalmente; corresponder-se com seus familiares e amigos; receber escolarização e profissionalização; realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; ter acesso aos meios de comunicação social; receber assistência religiosa; receber atendimento profissional de toda a equipe técnica visando sua saúde mental e física; enfim, a privação de liberdade é a suspensão temporária do direito de ir e vir; ela não implica a suspensão dos outros direitos, principalmente o da dignidade e respeito.

Tendo os saberes psis encontrado espaço no âmbito da justiça criminal, a psicanálise, enquanto técnica terapêutica, teoria do psiquismo e método de investigação do inconsciente, foi o referencial teórico por mim utilizado, especialmente, as obras de Aulagnier e Freud.

Retomemos a problemática central deste trabalho, a saber, a investigação da potencialidade melancólica em adolescentes, estando estes em cumprimento de medida sócio-educativa de internação.

A potencialidade melancólica é um conceito elaborado em tese de doutorado pela Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Vieira Violante no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1992.

Antes mesmo de aprofundarmos no conceito de potencialidade melancólica, vamos nos ater ao conceito de potencialidade elaborado por Aulagnier e estudado por Violante.

[...] Do ponto de vista da constituição psíquica do sujeito, ao terminar a infância, o Eu adquire em definitivo um possível modo de funcionamento, em decorrência da posição identificatória por ele assumida e dos conflitos que tiver de travar com sua realidade interna e externa. (VIOLANTE, 1994, p. 09).

Quando o Eu adquire em definitivo um possível modo de funcionamento em decorrência da posição identificatória por ele assumida e dos conflitos que tiver de tratar com sua realidade interna e externa, instala-se a Potencialidade.

Segundo Violante, temos que:

[...] Desde *A violência da interpretação* (1975) Aulagnier utiliza o termo potencialidade, mas sem defini-lo". Apenas diz que se trata de uma "potencialidade psíquica", que poderá manter-se como tal ou gerar a eclosão de uma psicose. A potencialidade fica entendida como se fosse algo virtual, em potencial, em uma acepção próxima da noção de "disposição psíquica" de que fala Freud, em sua *série complementar*" "... Somente em 1984 (*AH*) é que Aulagnier define, em uma acepção mais ampla, que o conceito de potencialidade "engloba os possíveis do funcionamento do Eu e de suas posições identificatórias, uma vez terminada a infância. (VIOLANTE, 2001, p.72).

A potencialidade fica então entendida como definindo conflitos identificatórios que se estabelecem: no interior do Eu, entre suas duas dimensões – a identificante e a identificada (conflito psicótico); entre o Eu e seus ideais (conflito neurótico); no interior do Eu e entre o Eu e seus ideais (conflito misto, potencialidade polimorfa)⁸.

⁸ Esta questão será mais bem elaborada e/ou desenvolvida no capítulo destinado ao estudo da Potencialidade.

Conforme Violante, a potencialidade melancólica situa-se na potencialidade polimorfa:

[...] Do mesmo modo que Freud coloca a melancolia na linha divisória, entre a neurose e a psicose, a meu ver, a potencialidade melancólica também se encontra a meio caminho, entre a potencialidade neurótica e a psicótica. Trata-se de uma potencialidade polimorfa, na medida em que abriga um conflito identificatório composto: no interior do Eu (como na psicose, segundo Aulagnier) e entre o Eu e seus ideais (como na neurose, segundo Aulagnier). (VIOLANTE, 1994, p. 134).

Inicialmente a potencialidade melancólica deve ser entendida como “[...] a disposição patológica à melancolia, de que fala Freud.” (VIOLANTE, 1994, p. 9).

O adolescente por mim analisado neste estudo apresentou, assim como as crianças analisadas por Violante⁹, traços melancólicos, não a melancolia propriamente dita.

No caso em questão, constato a baixa auto-estima, o baixo investimento da libido objetal e narcísica, o desinvestimento da libido corporal (onde o auto-cuidado encontra-se fragilizado), o desinvestimento na capacidade de falar e de pensar, bem como a queda significativa nos investimentos em um Eu futuro, o que nos remete a problemática do projeto identificatório e do contrato narcisista. Tais conceitos serão abordados nos capítulos relativos à constituição do Eu e na análise clínica dos casos.

A perda prematura do amor materno e/ou paterno são dados clínicos significativos na história do adolescente em questão, o que provocou uma desqualificação do narcisismo infantil. “[...] a desqualificação narcísica sofrida pelo Eu, no momento de sua constituição, adquire um poder facilitador no surgimento da potencialidade melancólica.” (VIOLANTE, 1994, p. 10,11).

Violante considera que:

[...] no sujeito portador de potencialidade melancólica, a melancolia poderá vir ou não a se manifestar-se em crise, sob certas circunstâncias de perda real ou imaginária de amor, de alguém, de um ideal ou de uma ilusão. (1994, p.10).

⁹ VIOLANTE, Maria Lúcia Vieira. *A Criança Mal Amada*. Estudo sobre a Potencialidade Melancólica. Petrópolis: Vozes, 1994.

Penso que, na condução de casos onde há a hipótese de se tratarem de sujeitos portadores de potencialidade melancólica, tanto do ponto de vista técnico quanto do ético, deve-se ter o cuidado, no manejo transferencial, com a eclosão possível e aberta da melancolia.

Junto ao psicólogo o adolescente começa o trabalho elaborativo de sua história até sua chegada ao centro de internação; é convidado a falar de sua vida, de sua trajetória.

Ter a liberdade para falar de sua história, ter alguém que o escute, é o primeiro passo para a construção e reconstrução de sentido em sua vida, marcada, na maioria das vezes, por acontecimentos trágicos e traumáticos.

O conceito de “realidade histórica” introduzido no saber psicanalítico por Aulagnier é fundamental para a compreensão da realidade psíquica¹⁰ do sujeito; a relevância atribuída pela referida autora ao contexto sócio-cultural tem efeitos tanto na clínica quanto na ética da psicanálise, no que diz respeito à sua posição teórica e prática relativa às questões sociais e políticas.

A “Realidade Histórica” do adolescente em questão, caracterizada pela exclusão, pela estigmatização, pela vivência da necessidade e do imediato, principalmente nas ruas, em bandos¹¹ e/ou em grupos, pôde ser apreendida, compreendida e escutada, a partir do momento que, em sua trajetória, foi posto em instituição para cumprimento de medida sócio-educativa de internação.

A instituição, paradoxalmente, funciona como possível impedimento, mas também como única possibilidade de atendimento aos jovens que, excluídos dos divãs particulares, povoam os hospitais psiquiátricos, postos de saúde e centros de internações.

Em relação à “Realidade Histórica”, Piera Aulagnier (1979) nos diz:

¹⁰ “[...] Expressão muitas vezes utilizadas por Freud para designar aquilo que no psiquismo do indivíduo apresenta uma coerência e uma resistência comparável às da realidade material; trata-se fundamentalmente do desejo inconsciente e dos fantasmas conexos.” (Laplanche/Pontalis, 1988, p. 548).

¹¹ FERREIRA, Tânia. *Os Meninos e a Rua*. Uma interpelação à Psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

[...] No que se refere a esta realidade, um mesmo peso é, por nós, atribuído aos acontecimentos que podem atingir o corpo e aos acontecimentos que foram efetivamente vividos pelo casal durante a infância do sujeito, ao discurso feito à criança e às injunções que lhe foram feitas, mas também à posição de excluído, explorado, de vítima, que a sociedade, efetivamente, impõe ao casal ou à criança. (p.153)... Esta realidade, que quebra todo parêntese, tem um papel, no destino destas crianças, que a sociedade, num segundo tempo, envia às diferentes instituições, para que elas reparem os estragos do qual ela é responsável. (AULAGNIER, 1979, p. 147).

Entendo que a realidade histórica destes adolescentes, marcadas por traumas, acontecimentos trágicos, dificuldades de ordem material, econômica e familiar não é determinante da delinqüência e da infração a qual cometeram, mas, pode funcionar como fator indutor e/ou condicionante à doença e à criminalidade.

Freud¹², no 5º Congresso Mundial de Psicanálise, realizado em Budapest, em 1918, já causado pelas questões de ordem social, nos diz:

[...] tocarei de relance numa situação que pertence ao futuro-situação que parecerá fantástica a muitos dos senhores, e que não obstante, julgo merecer que estejamos com as mentes preparadas para abordá-la. Os senhores sabem que as nossas atividades terapêuticas não têm um alcance muito vasto. Somos apenas um pequeno grupo e, mesmo trabalhando muito, cada um pode dedicar-se, num ano, somente a um pequeno número de pacientes. Comparada à enorme quantidade de *miséria neurótica* que existe no mundo, e que talvez não precisasse existir, a quantidade que podemos resolver é quase desprezível. Ademais, as nossas necessidades de sobrevivência limitam nosso trabalho às classes abastadas, que estão acostumadas a escolher seus próprios médicos e cuja escolha se desvia da psicanálise por toda espécie de preconceitos. Presentemente nada podemos fazer pelas camadas sociais mais amplas, que sofrem de neuroses de maneira extremamente grave.

Vamos presumir que, por meio de algum tipo de organização, consigamos aumentar os nossos números em medida suficiente para tratar uma considerável massa da população. Por outro lado, é possível prever que, mais cedo ou mais tarde, a consciência da sociedade despertará, e lembrar-se-á de que o pobre tem exatamente tanto direito a uma assistência à sua mente, quanto o tem, agora, à ajuda oferecida pela cirurgia, e de que *as neuroses ameaçam a saúde pública...* . Quando isto acontecer, haverá instituições ou clínicas de pacientes externos, para as quais serão designados médicos analiticamente preparados, de modo que homens que de outra forma cederiam à bebida, mulheres que praticamente sucumbiriam ao seu fardo de privações, *crianças para*

¹² Devido à complexidade da obra Freudiana, optei em minhas citações por colocar as duas datas presentes no volume em que o texto por mim utilizado se encontra; assim, o leitor poderá recorrer ao referido volume e certificar-se da data do texto a que me refiro.

as quais não existe outra escolha a não ser o embrutecimento ou a neurose, possam tornar-se capazes, pela análise, de resistência e de trabalho eficiente. ... Pode ser que passe um longo tempo antes que o Estado chegue a compreender como são urgentes esses deveres. Provavelmente essas instituições iniciar-se-ão graças à caridade privada. Mais cedo ou mais tarde, contudo, chegaremos a isso. (FREUD, 1917-1919, p. 209, 210).

Acredito que, um centro de internação para adolescentes infratores, mesmo não sendo uma instituição para tratamento de doentes mentais, a partir do momento que acolhe em seu corpo técnico Psicólogos, Psicanalistas, Psiquiatras e outros saberes, deve, do ponto de vista técnico e ético, oferecer àqueles que porventura ali estão, uma escuta digna, capaz de convidá-lo a amar e trabalhar.

Em minha práxis pude verificar a presença da Potencialidade Melancólica em um adolescente em cumprimento de medida sócio-educativa de internação, o que exigiu muito cuidado na condução do caso bem como uma maneira peculiar de manejar a dinâmica transferencial.

Em todos os casos, tive e tenho, enquanto Psicanalista, o dever de, juntamente com aqueles que cuidam de crianças e adolescentes, “[...] dar-lhes o desejo de viver e lhes oferecer apoio e amparo, além de despertar seu interesse pela vida e pelo mundo exterior.” (FREUD, 1910, p. 217, 218.).

Após o estudo teórico/conceitual, procederemos à análise dos casos clínicos, sempre procurando uma articulação entre teoria e prática psicanalítica.

II. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS ORIENTADORES DA PESQUISA

2.1 O originário

O conceito de originário assim como toda obra de Piera Aulagnier é uma contribuição contemporânea original à psicanálise.

A originalidade de Aulagnier se destaca pela densidade de seu pensamento bem como pela inovação, formulação e reformulação conceitual necessários à compreensão e avanço do pensamento psicanalítico.

Na evolução dos conceitos em psicanálise, tínhamos até então que, um dos modos de funcionamento do psiquismo mais primitivo formulado por Freud, era o que ele denominou o “processo primário”¹³.

Em seu texto denominado *Formulações sobre os dois tipos princípios do funcionamento mental* de 1911, Freud nos diz: “[...] consideramos que são os processos mais antigos, primários, resíduos de uma fase de desenvolvimento em que eram o único tipo de processo mental.”(1911, 1913, p. 278).

Apesar de serem dois conceitos a princípio diferentes, encontro neste texto freudiano uma aproximação conceitual em relação ao originário postulado por Aulagnier por enfrentarem uma mesma problemática, a saber, a fundação do psiquismo.

Ao longo deste percurso procurarei estabelecer e/ou verificar tal aproximação intercalando citações que, a meu ver, sugerem pontos a princípio semelhantes e/ou parecidos.

O tema principal do texto de Freud ao qual me refiro, é a distinção entre os

¹³[...] Um dos modos de funcionamento do aparelho psíquico tal como foi definido por Freud. Do ponto de vista *tópico* o processo primário caracteriza o sistema inconsciente. Do ponto de vista *econômico-dinâmico* a energia psíquica escoá-se livremente, passando sem barreiras de uma representação para outra segundo o deslocamento e de condensação; tende a reinvestir plenamente a representações ligadas às vivências de satisfação constitutivas do desejo (alucinação primitiva). (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 474).

princípios reguladores, o princípio do prazer e o princípio de realidade que dominam, respectivamente em Freud, os processos mentais primário e secundário.

Uma primeira observação que pode a princípio parecer estranha, diz respeito ao princípio de realidade que, teoricamente, irá se fazer presente, em Freud, no processo secundário, mas em Aulagnier, já no processo primário, como veremos nos outros capítulos. Quero dizer que, o texto de Freud *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*, sugere, a meu ver, juntamente com as elaborações de Aulagnier, que o princípio de realidade já se faz presente no originário; vejamos:

[...] Corretamente objetar-se-á que uma organização que fosse escrava do princípio de prazer e negligenciasse a realidade do mundo externo não se poderia manter viva, nem mesmo pelo tempo mais breve, de maneira que não poderia ter existido de modo algum. A utilização de uma ficção como esta, contudo, justifica-se quando se considera que o bebê – desde que se inclua o cuidado que recebe da mãe – quase realiza um sistema psíquico deste tipo. Ele provavelmente alucina a realização de suas necessidades internas; revela seu desprazer, quando há um aumento de estímulo e uma ausência de satisfação, pela descarga motora de gritar e debater-se com os braços e pernas, e então experimenta a satisfação que alucinou. (Freud, 1911, 1913, p. 279.).

A experiência de satisfação como uma ficção, tendo como base uma insatisfação ou ausência de satisfação causada pelo desprazer advindo do aumento de estímulo, da necessidade, comporta em si o princípio de realidade.

A experiência de satisfação seria não a negação do princípio de realidade, mas uma tentativa de negação deste princípio.

O corpo psíquico, sua fundação, se apóia no corpo fisiológico, e a necessidade, por mais que se tente, é inegável.

Procuró com estas argumentações traçar a gênese do princípio de realidade.

Quando verifico a presença do princípio de realidade já no originário, não quero com isto dizer que o princípio de realidade se apresenta em sua forma mais elaborada, constituída como o vemos no processo primário, já marcado pelo signo de relação, ou no processo secundário pelo signo lingüístico.

Seria mais adequado usar o termo “princípio do princípio de realidade” ou “princípio arcaico de realidade”.

Se, como veremos adiante, o originário se apóia no modelo sensorial devido às excitações, sendo co-extensivo às experiências corporais e se a lógica prazer/desprazer, do ponto de vista da representação pictográfica, determinará a qualidade das vivências corporais, devemos considerar a presença deste princípio arcaico de realidade nas vivências do *infans*.

Assim como o originário é precursor do processo primário e este, por sua vez, é precursor do processo secundário, devemos considerar que o princípio arcaico de realidade é precursor do princípio de realidade propriamente dito.

O originário é um modo de funcionamento psíquico ainda mais arcaico que o processo primário.

Nesse sentido, no paradoxo mesmo do retrocesso, a psicanálise avança com a contribuição de Aulagnier, principalmente na compreensão do fenômeno psicótico que,

[...] Graças a esse discurso, tantas vezes escutado e nem sempre compreendido, perdemos definitivamente qualquer ilusão sobre a presença de um modelo, cuja aplicação não encontraria mais ‘anomalias’: a partir desta constatação salutar, esperamos que nossa construção permita uma escuta mais sensível e mais atenta do fenômeno. (AULAGNIER, 1979, p. 16).

Foi a partir da análise de psicóticos, com crianças autistas e esquizofrênicas, que Aulagnier se viu impelida a postular um conceito, o de originário, que, a partir das especificidades de seu funcionamento pudesse não esgotar a compreensão da psicose, mas sim, lançar luz sobre esse fenômeno.

[...] Foi o discurso psicótico que nos induziu a postular uma forma de atividade psíquica forcluída do conhecimento e, no entanto, sempre operante, ‘fundo representativo’ que persiste paralelamente a dois outros tipos de produção psíquica: a que é própria ao processo primário e a que é própria ao processo secundário. Se o originário define uma forma de atividade comum a todo sujeito, é necessário sublinhar que a eficiência do conceito só pode ser bem compreendida se ele for posto à prova na prática da análise, no registro da psicose. O mesmo ocorre no que se refere ao lugar que atribuímos ao corpo e à organização sensorial, que fornecem os modelos somáticos que o processo originário repete nas suas representações. (AULAGNIER, 1979, p. 20).

Mas o que vem a ser o originário?

O originário é um modo de funcionamento psíquico, uma atividade psíquica específica, a mais arcaica, que registrará, representará na psique, por meio de um pictograma, ou representação pictográfica, uma primeira e inaugural experiência de prazer, ou seja, o encontro boca-seio.

[...] no momento em que a boca encontra o seio, ela encontra e absorve um primeiro gole do mundo. Afeto, sentido, cultura estão co-presentes e são responsáveis pelo gosto das primeiras gotas de leite que o *infans* toma. A oferta alimentar se acompanha sempre da absorção de um alimento psíquico, que a mãe interpretará como absorção de uma oferta de sentido. (AULAGNIER, 1979, p. 40).

Este momento é descrito por Aulagnier como sendo o encontro originário ou momento originário.

A representação pictográfica é a primeira obra do psiquismo.

Quais seriam, de acordo com Aulagnier, no que se referem ao *infans* os fatores responsáveis pela organização da atividade psíquica originária?

Apesar de toda a metapsicologia, da consideração da realidade psíquica, do corpo psíquico, do simbólico, a psicanálise nunca desconsiderou o lugar do corpo, enquanto materialidade, como parte integrante da realidade e da constituição do sujeito¹⁴.

Pelo contrário, é a partir da realidade corpórea, do modelo sensorial, que o originário irá se constituir, se edificar.

A sensoriedade é a matéria prima do originário.

Temos, então,

[...] A presença de um corpo cuja propriedade é de preservar por auto-regulação seu estado de equilíbrio energético. Toda ruptura deste estado se manifestará por uma vivência informulável, um x que, posteriormente, a linguagem designará como sofrimento. Toda aparição desta vivência desencadeia uma reação que visa eliminar a causa. Esta reação, que se deve à homeostase do sistema, escapa a todo conhecimento por parte da psique. Esta última é, no entanto,

¹⁴ O termo **sujeito**, segundo Aulagnier, compreende a totalidade das instâncias presentes no espaço psíquico. Ver AULAGNIER, 1979, p. 61.

informada de um possível estado de sofrimento do corpo e reage pela única ação que lhe é possível: a alucinação de uma modificação na situação de encontro, que vem negar seu estado de falta (*manque*). Veremos que esta falta tem uma relação muito particular com o que é, em princípio, seu equivalente fisiológico: **o estado de necessidade** (grifo meu). (AULAGNIER, 1979, p. 42).

Vemos-nos aqui remetidos ao “princípio de constância e à vivência de satisfação”; ambos na base da teoria econômica de Freud¹⁵.

O princípio de constância remete-nos a um outro princípio, a saber, o de prazer¹⁶, estreitamente relacionados na medida em que o desprazer, do ponto de vista econômico, pode ser considerado como uma percepção subjetiva do aumento de tensão no organismo, e o prazer como a redução desta tensão.

Como vimos anteriormente, o originário e sua representação pictográfica se apóia no modelo sensorial devido às excitações sendo co-extensivo às experiências corporais.

A experiência do encontro inaugural, tendo como protótipo o encontro boca (órgão sensorial-zona) seio (objeto complementar) terá sempre como resultado, o surgimento de uma cumplicidade entre prazer e desprazer; em outros termos, entre pulsão de vida e pulsão de morte.

A pulsão de morte manifesta-se na clínica pelo desinvestimento que ameaça todo objeto, todo encontro, toda experiência. Para Aulagnier, a economia libidinal, o investimento e/ou desinvestimento estão intrinsecamente ligados à noção de pulsão de vida e de pulsão de morte respectivamente.

¹⁵ **Princípio de Constância:** [...] princípio enunciado por Freud, segundo o qual o aparelho psíquico tende a manter a um nível tão baixo ou, pelo menos, tão constante quanto possível a quantidade de excitação que contém. A constância é obtida, por um lado pela descarga da energia já presente e, por outro, pela evasiva ao que poderia aumentar a quantidade de excitação e pela defesa contra esse aumento. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p.454).

Vivência de Satisfação: [...] tipo de experiência originária postulada por Freud e que consiste no apaziguamento, no lactente, e graças a uma intervenção exterior, de uma tensão interna criada pela necessidade. A imagem do objeto satisfatório assume então um valor preferencial na constituição do desejo do indivíduo. Ela poderá ser reinvestida na ausência do objeto real (satisfação alucinatória do desejo) e irá guiar sempre a ulterior procura do objeto satisfatório. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 687).

¹⁶ [...] Um dos princípios que regem, segundo Freud, o funcionamento mental: a atividade psíquica no seu conjunto tem por objetivo evitar o desprazer e proporcionar o prazer. Na medida em que o desprazer está ligado ao aumento das quantidades de excitação e o prazer à sua redução, o princípio de prazer é um princípio econômico. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 466).

[...] Segundo Aulagnier (*DP*), as pulsões de vida e de morte são duas metas do desejo: o desejo do desejo e o desejo do não-desejo ou desejo de não ter que desejar. No originário, o ódio radical, o desejo de autodestruição é a primeira manifestação da pulsão de morte. (Violante, 2001, p. 24, 25.).

O jogo prazer e desprazer são responsáveis pelo protótipo de representação a ser investido ou desinvestido libidinalmente.

[...] Consideramos que são os processos mais antigos, primários, resíduos de uma fase de desenvolvimento em que eram o único tipo de processo mental. O propósito dominante obedecido por estes processos primários é fácil de reconhecer; ele é descrito como o princípio de prazer-desprazer [*lust-unlust*], ou, mais sucintamente, princípio de prazer. Estes processos esforçam-se por alcançar prazer; a atividade psíquica afasta-se de qualquer evento que possa despertar desprazer. (Aqui, temos a repressão.) Nossos sonhos à noite e, quando acordamos, nossa tendência a afastar-nos de impressões aflitivas são resquícios do predomínio deste princípio e provas do seu poder. (Freud, 1911, 1913, p. 278.).

Poderíamos considerar que Freud, nesta passagem esboça o que mais tarde irá se constituir enquanto recalçamento primário? ¹⁷

Interessante notar que o recalçamento primário traz em sua tradução, uma aproximação com o originário.

Para que a atividade psíquica vital não fique comprometida, é necessária a presença no encontro, de um “prazer mínimo” que viria garantir o investimento libidinal numa dada representação.

É a partir da experiência de satisfação, do prazer daí advindo, que vemos surgir a noção de desejo, sendo este, o reinvestimento na imagem do objeto¹⁸ quando de sua ausência.

Inicialmente, devido à prematuridade do aparelho psíquico, a imagem do objeto reinvestida produz o mesmo indício de uma realidade que uma percepção,

¹⁷ [...] Processo hipotético descrito por Freud como primeiro momento da operação de recalçamento. Tem como efeito a formação de um certo número de representações inconscientes ou recalçado originário. Os núcleos inconscientes assim constituídos colaboram mais tarde no recalçamento propriamente dito pela atração que exercem sobre os conteúdos a recalcar, conjuntamente com a repulsão proveniente das instâncias superiores. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p.558.).

¹⁸ A imagem do objeto aqui não se constitui como sendo separado, formando signo de relação; objeto/zona complementar formam uma unidade inseparável.

sendo o objeto alucinado.

[...] o estado de repouso psíquico foi originalmente perturbado pelas exigências peremptórias das necessidades internas. Quando isto aconteceu, tudo que havia sido pensado (desejado) foi simplesmente apresentado de maneira alucinatória, tal como ainda acontece hoje com os nossos pensamentos oníricos a cada noite. Foi apenas a ausência da satisfação esperada, o desapontamento experimentado, que levou ao abandono desta tentativa de satisfação por meio da alucinação. Em vez disso, o aparelho psíquico teve de decidir tomar uma concepção das circunstâncias reais no mundo externo e empenhar-se por efetuar nelas uma alteração real. Um novo princípio de funcionamento mental foi assim introduzido; o que se apresentava na mente não era mais o agradável, mas o real, mesmo que acontecesse ser desagradável. Este estabelecimento do princípio de realidade provou ser um passo momentoso. (Freud, 1911, 1913, p. 278, 279).

Com a entrada em cena do processo primário e do princípio de realidade¹⁹ a distinção entre percepção e alucinação irá se impor. Assim como o “prazer mínimo”, Aulagnier nos fala de um “desprazer mínimo”

[...] ao afeto de desprazer, diremos que este afeto está presente cada vez que o estado de fixação torna-se impossível e que a atividade psíquica deve forjar novamente uma representação. Diremos, recorrendo à metáfora energética, que o trabalho necessário à constituição de uma nova representação tem como consequência um estado de tensão responsável pelo que chamaremos “desprazer mínimo”, simétrico ao que chamamos “prazer mínimo”.... Sempre que a atividade psíquica, no domínio do pictograma, se vê obrigada a representar e a se informar da permanência da necessidade -- o que causa desprazer -- predominará uma representação que atesta sua submissão aos objetivos de thanatos.... O desprazer tem como corolário e como sinônimo um desejo de autodestruição, primeira manifestação da pulsão de morte, que vê na atividade de representação, enquanto forma original de vida psíquica, a tendência contrária a seu próprio desejo de retorno ao “anterior” a qualquer representação.... Cada vez que a atividade psíquica se acompanha de uma excitação lhe informando de um estado de necessidade, sua finalidade será de metabolizá-la e representá-la através de sua negação.... Toda aparição do desejo de representar tem sua fonte no desejo de forclusão da possível irrupção da necessidade. A partir daí, paradoxalmente, o próprio desejo pode se descobrir desejando um

¹⁹[...] Um dos princípios que, segundo Freud, rege o funcionamento mental. Forma par com o princípio de prazer, e modifica-o; na medida em que consegue impor-se como princípio regulador, a procura de satisfação já não se efetua pelos caminhos mais curtos, mas toma por desvios e adia o seu resultado em função das condições impostas pelo mundo exterior. Encarado do ponto de vista econômico, o princípio da realidade corresponde a uma transformação da energia livre em energia ligada; do ponto de vista tóxico, caracteriza essencialmente o sistema pré-consciente-consciente; do ponto de vista dinâmico, a psicanálise procura basear a intervenção do princípio de realidade num certo tipo de energia pulsional que estaria mais especialmente ao serviço do ego. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 470).

estado que o tornaria inútil, sem objeto. O desejo de não ter que desejar é um fim inerente ao próprio desejo. “Desejo de não desejar”, esta fórmula que, muitas vezes empregamos, exprime nossa concepção da pulsão de morte... Cada vez que o representado não consegue ignorar a necessidade, ele é acompanhado de uma vivência de desprazer, conseqüência do ódio por todos os objetos, parte integrante do próprio desejo. (AULAGNIER, 1979, p. 44, 45,46).

É a partir da lógica prazer-desprazer que a psique, do ponto de vista da representação pictográfica, irá representar as vivências corporais.

Em termos psicanalíticos, o prazer e/ou desprazer causado pela excitação do encontro é responsável pelo investimento ou desinvestimento da informação e do objeto responsável por esta informação.

Apropriar-se ou rejeitar é um duplo modelo de representação que a psique tem de suas vivências de prazer ou de desprazer respectivamente.

O conjunto das vivências prazerosas e desprazerosas criarão na psique o que Aulagnier denominou “fundo representativo”, devido ao fato mesmo da indissociabilidade entre afeto e representação. A psique ao longo de suas vivências e/ou experiências representará a qualidade dos afetos vividos e os tomará como protótipos.

Segundo Aulagnier, o originário ignora todo signo de relação, atribuindo a causalidade do vivido como sendo auto-engendrado; daí o postulado do autoengendramento. Objeto e zona complementar, corpo e realidade, formam uma unidade simultânea, representada pictograficamente como sendo inseparáveis.

[...] É importante sublinhar que a representação pictográfica dos conceitos do ‘apropriar-se’ e do ‘rejeitar’ é nesta fase, a única representação possível de toda experiência sensorial; ‘visto’, ‘entendido’, ‘experimentado’, serão percebidos pela psique como uma fonte de prazer auto-engendrado por ela, e, portanto, fazendo parte do que é ‘apropriado’ no interior de si mesmo, ou como fonte de sofrimento a rejeitar; neste caso, a rejeição *implica* que a psique se automutile daquilo que, na sua própria representação, põe em cena o órgão e a zona, fonte e sede da excitação... A complementaridade zona-objeto e seu corolário, isto é, a ilusão de que toda zona auto-engendra o objeto a ela adequado, faz com que o desprazer que resulta da ausência do objeto ou de sua inadequação, por excesso ou falta, se apresente como ausência, excesso ou falta da própria zona. O ‘mau-objeto’ é, neste estágio, indissociável de uma ‘má zona’, o ‘mau seio’ da ‘ma boca’ e, de modo geral, o mau como totalização dos objetos e das zonas e, portanto, como totalização do

representante. (AULAGNIER, 1979, p. 48, 53, 54)

Pela lei do tudo ou nada, do amor ou do ódio radical que domina o originário, todo prazer conduz ao investimento da zona-objeto complementar ou ao desinvestimento dessa mesma, zona-objeto complementar, sendo esta, como já mencionado pictograficamente inseparável.

Um outro fator que organiza a atividade e a economia do processo originário é a exigência de trabalho solicitada ao aparelho psíquico. A exigência de representação é uma das características da pulsão²⁰, responsável pela inscrição na psique dos estímulos e vivências corporais.

[...] O trabalho solicitado ao aparelho psíquico consistirá em metabolizar um elemento de informação que vem de um espaço que lhe é heterogêneo, em um material homogêneo à sua estrutura, a fim de permitir à psique de se representar o que ela quer reencontrar de sua própria vivência. (AULAGNIER, 1979, p. 42)

A indissociabilidade entre afeto e representação é mais uma condição de organização da atividade pictográfica, ou seja, todo afeto está ligado a uma representação assim como toda representação está ligada a um afeto.

Apesar desta indissociabilidade, segundo Aulagnier, “[...] a representação pode ser ou não conforme a realidade da vivência corpora.” (AULAGNIER, 1979, p. 42).

A autora observa uma contradição objetiva entre afeto e vivência corporal na representação da união boca-seio que acompanha a experiência real da amamentação e a representação alucinatória desta mesma experiência. Esta contradição é inicialmente, segundo Aulagnier, totalmente ignorada pela psique.

Em Freud também pudemos verificar anteriormente esta contradição ou a diferença entre a experiência real e a alucinada. A entrada em cena do princípio de realidade marca para o psiquismo uma diferença entre a realidade interna, psíquica, e o mundo exterior.

²⁰[...] Processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga energética, fator de motricidade que faz tender o organismo para um alvo. Segundo Freud, uma pulsão tem a sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão); o seu alvo é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir o seu alvo. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 506).

Segundo Aulagnier,

[...] Encontramos sucessivamente:

- uma vivência do corpo, o que chamamos o 'x' incognoscível, que acompanha uma atividade de representação produzindo o pictograma:
- um afeto que lhe é indissociavelmente ligado e que pode ser afeto de prazer ou de desprazer:
- a presença original de uma ambivalência radical do desejo face a sua própria produção, que poderá tanto ser suporte da tendência do desejo de fixar-se, quanto suporte do desejo de destruição, porque testemunha da existência de 'outro espaço', que escapa a seu poder, mas que obriga o desejo a continuar seu trabalho de representação, impedindo-lhe de preservar um estado de fixação;
- enfim, a ambivalência de todo investimento que se refere ao corpo. Fornecedor de um modelo do qual o pictograma se apropria, o corpo aparecerá, simultaneamente, como conjunto de zonas erogeneizadas e por isto, como espaço investido pela libido narcísica e como este 'outro espaço' detestado, cada vez que ele denuncia os limites do poder da psique e desmente a legenda da alucinação sobre a não-existência de um 'extra-psique'. (AULAGNIER, 1979, p. 47).

Após percorrermos as características do originário, devemos nos perguntar: Qual seria a relação deste conceito com os demais elaborados por Aulagnier, a saber, o processo primário, o processo secundário e também o de potencialidade melancólica?

Assim como em Freud temos as relações entre o lcs, pré-cs, cs, depois entre o Id, Ego e Superego, o originário irá também manter relações com o processo primário e o secundário.

[...] Conforme Aulagnier (NC), no nascimento do bebê, ao se produzir o primeiro encontro entre psique e corpo- a partir do que esses dois pólos em conexão terão um "destino relacional" -, algo deve se ordenar previamente a fim de possibilitar que as construções do primário e do secundário se organizem. Esse algo nada mais é do que o "fundo representativo" da relação psique-corpo e psique-outro, que, via de regra, é a mãe - o outro da necessidade ou o primeiro representante do Outro.

A positividade desse fundo representativo depende do prazer experimentado no encontro da psique com o próprio corpo em bom estado de funcionamento. Mais do que isso, um corpo que, apesar de não ser ainda habitado por um Eu, já o tem antecipado, pré-enunciado e pré-investido pela psique materna, a partir de seu desejo de ter filhos e, mais especificamente, de seu desejo por *esta* criança. (VIOLANTE, 2001, p. 30.).

O conjunto das vivências prazerosas e desprazerosas advindo da experiência inaugural tendo como protótipo o encontro boca-seio, é o que possibilitará e criará na psique o que Aulagnier denominou “fundo representativo”.

Este fundo representativo continua a funcionar durante toda a vida do sujeito. No processo secundário, por exemplo, o Eu será representado pelo originário como equivalente à zona função pensante, cujo objeto complementar é a idéia. A relação de investimento e/ou desinvestimento do Eu nas idéias será atravessada pelo fundo representativo característico do originário. Apropriar-se ou rejeitar é um empréstimo que a psique toma do modelo somático, próprio do originário.

Em relação ao processo primário, também o fundo representativo atravessará a relação do *Infans* com o Outro. Veremos posteriormente que, o postulado do processo primário é a “onipotência do desejo do Outro” de dar ou recusar prazer. A oferta de prazer ou a sua recusa será vivido pelo *infans* de forma prazerosa ou desprazerosa respectivamente (fundo representativo). Isso significa dizer que o Outro, via de regra, a mãe é antecipada a partir de uma vivência somática, por uma sensorialidade, uma mãe antecipada por uma experiência do corpo.

[...] Em suma, como já afirmara em 1975, Aulagnier (NC) reitera: “antes que o olhar se encontre com o outro (ou com uma mãe), a psique se encontra e se reflete nos signos de vida que seu próprio corpo reflete”. A atividade permanente do fundo representativo tem como uma de suas conseqüências que a representação psíquica do mundo venha a possuir uma fonte somática. Se, no nascimento a psique do bebê encontra dois fragmentos da realidade – o próprio corpo e o Eu materno –, neste Eu o bebê depara-se com uma representação do seu corpo antecipado pela mãe, representação materna que deverá acolher o corpo real do bebê. (VIOLANTE, 2001, p. 30, 63.).

Vemos aqui o fundo representativo atravessando a base do signo de relação que caracteriza o início de um processo primário.

Veremos posteriormente que a potencialidade melancólica está a meio caminho, entre potencialidade psicótica e a potencialidade neurótica sendo o conflito habitado no interior do Eu como na psicose e entre o Eu e os ideais como na neurose.

Na clínica da psicose, Aulagnier constata o poder de atração do originário.

Segundo a autora, determinados fenômenos clínicos próprios da psicose, mais precisamente o *acting-out*, está sempre sob o domínio da lei do “tudo ou nada”, do amor ou do ódio radical, o que implica o risco de uma desestruturação do Eu a partir de um afeto incontrolável que pode lançar o sujeito no abismo da fusão ou da morte.

[...] O pictograma nunca irrompe no espaço do Eu e o sujeito jamais possui um conhecimento direto dele. Na psicose, dominado pela força de atração do originário, o Eu busca significar a angústia que o assola sem encontrar palavras que não sejam idéias delirantes. Conforme Aulagnier (V), quando o “mundo é apenas um reflexo de um corpo que se auto-devora, se auto-mutila, se auto-rejeita”, as vivências decorrentes desse fundo representativo levam o Eu do psicótico a tentar desesperadamente torná-las dizíveis e dar-lhes um sentido. (VIOLANTE, 2001, p. 29, 30.).

Na situação analítica, o analista só pode apreender, entrever, alguns dos efeitos do pictograma; sendo assim, é necessário a construção de um modelo interpretativo que seja cognoscível, inteligível para o Eu do paciente; tal intervenção é o que Aulagnier denominou “contribuição figurativa”.²¹

O conceito de originário, além de lançar luz sobre a compreensão de alguns fenômenos psicóticos, pode nos auxiliar no entendimento de várias manifestações apresentadas pelos adolescentes deste estudo, principalmente aquelas relacionadas às auto-mutilações, tentativas de suicídio, a auto-agressividade, o auto-ódio e outros que põem em risco a integridade física e psíquica do sujeito.

Se considerarmos que tais manifestações são produtos do originário, devemos entender que o postulado regente é o autoengendramento; sendo assim, todo o vivido, todo o existente e todo sofrimento tem como causalidade o si - mesmo; o eu e o próprio corpo se tornam alvo de punições que vão desde a culpa às auto-mutilações.

Se, na dinâmica transferencial pudermos deslocar a causalidade das coisas para um outro lugar que não apenas o próprio corpo e o próprio eu, se introduzirmos outros elementos como causa do existente alterando a lógica do autoengendramento, acredito, estaremos intervindo e contribuindo para que o sujeito se veja como não responsável por todo o existente, por todo o acontecido, por todo

²¹ Tentativa por parte do analista em construir um modelo cognoscível para o Eu; na situação analítica, só é possível ao analista entrever alguns dos efeitos do pictograma, daí o recurso à “contribuição figurativa”.

o mal e sofrimento vivido.

[...] Na análise de psicóticos, Aulagnier constata o fracasso que a atividade psíquica encontrou de interpor entre si e uma realidade excessivamente frustrante, a fantasia como causa, ou seja, o desejo do outro como causa, a fim de poder continuar a investir nesse fragmento da realidade, apesar de ele Ter se revelado fonte de sofrimento. Uma realidade não fantasiável e, portanto, não investível, só pode ser representada na psique, através de uma inscrição mais arcaica, como tendo sido auto-engendrada. (VIOLANTE, 1994, p. 34)

Aulagnier (1984, p. 242), nos diz que:

[...] Pode-se ler no segundo capítulo de *Destinos do prazer* a análise que aí expus desse duplo princípio de causalidade em ação no trabalho de atribuição de sentido do eu. Em seminários posteriores, e não publicados, voltei a esta questão, privilegiando a análise da *mobilidade causal* necessária ao eu, e a *tripartição* das causas às quais deve poder apelar: o desejo do outro, o acaso, sua própria realidade psíquica.

Para o adolescente, o cumprimento da medida sócio-educativa de internação privativa de liberdade é uma realidade excessivamente frustrante.

O olhar restringido em seus horizontes, os muros, as grades, o outro e o Outro institucional não raras às vezes causa neste sujeito um sofrimento intenso. Dentre as manifestações de sofrimento, o auto-ódio e as auto-agressões se destacam devido à intensidade agressiva em que esse sujeito se pune pela realidade por ele vivida. Cortes auto-efetuados em todo o corpo, murros em si mesmo, arranhões provocados pelas próprias unhas, tentativas de suicídio são algumas agressões características vividas pelo adolescente no cumprimento de sua medida.

O sofrimento mobiliza a ação de registros arcaicos, primitivos, provocando angústia.

Desqualificado narcisicamente, empobrecido em sua auto-estima, o adolescente, desprovido de atributos desejáveis pelos outros, supõe ser ele a causa de seu sofrimento, a causa de tudo de ruim que lhe acontece.

Daí surge, arcaicamente, a suposta natureza auto-engendrada de seu sofrimento, o que caracteriza como vimos o postulado do originário.

O trabalho do analista, a meu ver, consiste em fazer operar a passagem de

uma causalidade auto-engendradora para uma causalidade inteligível, o que caracteriza o postulado do Eu, através de uma ampliação no campo das significações. Espera-se com isto que se altere na dinâmica psíquica a atribuição de sentido realizada pelo Eu. Espera-se que as provocações do analista alterem a mobilidade causal.

2.2 O processo primário

Na seção 2.1, vimos que o originário é um modo de funcionamento psíquico, o mais arcaico, anterior ao processo primário já postulado por Freud.

Vimos também que, segundo Aulagnier, o originário ignora todo signo de relação, atribuindo a causalidade do vivido como sendo auto-engendradora; daí o postulado do autoengendramento onde o objeto (seio) e zona complementar (boca), corpo e realidade, formam uma unidade simultânea, representada pictograficamente como sendo inseparáveis.

Isto posto, temos que o originário ignora todo signo de relação, sendo este último o que basicamente irá marcar a entrada em cena do processo primário.

Aulagnier considera que “[...] Nossa concepção do processo primário e de sua representação fantasmática da relação psique-mundo é, essencialmente, a mesma que nos legou Freud.” (ALAUGNIER, 1979, p. 69).

Apesar desta consideração e da modéstia de Aulagnier frente ao mestre, permito-me discordar da referida autora por reconhecer que o processo primário postulado por ela avança significativamente se comparado ao postulado por Freud, principalmente no que diz respeito ao princípio do prazer e ao princípio de realidade²².

Conceitualmente, se antes tínhamos o processo primário referido ao processo

²² Esta questão será desenvolvida ao longo do texto.

secundário²³, com o postulado do originário, o processo primário já não mais se refere apenas ao processo secundário; o processo primário torna-se um “entre” o processo originário e o processo secundário. Temos então:



Ainda no início do capítulo II, vimos que, o encontro entre boca (zona função) e seio (objeto complementar) no originário, irá criar na psique “algo” que ordenará previamente as construções do primário e do secundário; este algo nada mais é do que o fundo representativo.

O fundo representativo tem como base uma ancoragem somática presente na relação psique-corpo, psique-Outro.

Veremos nesta seção que, o processo primário começará a funcionar quando a realidade da separação se impuser sendo esta realidade o que fundamenta o início do signo de relação.

O processo primário, fundado no signo de relação será atravessado por esta antecipação vinda do originário, fundo representativo.

O fundo representativo é precursor do signo de relação a partir do momento em que, a relação psique-mundo, psique-Outro é antecipada pela relação psique-corpo.

[...] O afeto ligado ao pictograma do encontro inaugural boca-seio constituirá um “fundo representativo” sobre o qual todo sujeito funciona. Esse “fundo” mantém-se operante, em paralelo com o funcionamento das demais instâncias, acompanhando todas as experiências do Eu, apesar de que o Eu não pode tomar

²³ [...] Quando descrevi como ‘primário’ um dos processos psíquicos que ocorrem no aparelho anímico, o que tinha em mente não eram apenas considerações sobre a importância relativa e a eficiência; pretendi também escolher um nome que desse uma indicação de sua prioridade cronológica. É verdade que, até onde sabemos, não existe nenhum aparelho psíquico que possua apenas um processo primário, e nessa medida, tal aparelho é uma ficção teórica. Mas pelo menos isto é um fato: os processos primários acham-se presentes no aparelho anímico desde o princípio, ao passo que somente no decorrer da vida é que os processos secundários se desdobram e vêm inibir e sobrepor-se aos primários. (FREUD, 1900-1901, p. 546)

²⁴ As setas para um lado e para o outro dizem respeito à interação existentes nos processos onde um interage com o outro numa reciprocidade caracterizando um processo dinâmico.

Dinâmico “[...] qualifica uma perspectiva que considera os fenômenos psíquicos como resultantes do conflito e da composição de forças que exercem uma certa pressão, forças que são, em última análise, de origem pulsional.” (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 165).

conhecimento dele. A través desse “fundo representativo”, as demais experiências do sujeito, assim como as produções psíquicas das outras instâncias, serão inscritas junto à instância pictografante. Isto significa que todo componente afetivo ligado às sucessivas experiências vai passar por esse “fundo”, ou seja, esse “fundo” estará sempre em ação no registro dos afetos ligados às vivências do sujeito. (VIOLANTE, 1994, p. 99)

Vimos anteriormente que a psique se encontra e se reflete nos signos de vida que seu próprio corpo emite antes que o olhar se encontre com um outro; sendo assim o processo primário trará em si, as marcas, as vivências, as experiências advindas do originário.

Assim como o originário antecipa e é precursor do processo primário, este por sua vez é precursor e antecipa o processo secundário.

Veremos mais adiante que, a realidade, o complexo de Édipo, a castração e o Eu se acham presentes, como esboço, no processo primário.

Sendo um entre o originário e o processo secundário, o processo primário atravessa e é atravessado, antecipa e é antecipado.

Tendo se tornado um “entre” o originário e o processo secundário, Aulagnier, logo no início de seu tratado sobre processo primário nos diz:

[...] Limitar-nos-emos, portanto, a analisar os fatores que diferenciam radicalmente estas produções psíquicas das que são próprias ao originário, insistindo particularmente nos três conceitos que a entrada em função deste processo nos obriga a considerar: a imagem de coisas, o masoquismo primário, a imagem da palavra. (AULAGNIER, 1979, p. 69).

Segundo Freud,

[...] Os resíduos verbais derivam primariamente das percepções auditivas, de maneira que o sistema *Pcs.* possui, por assim dizer, uma fonte sensorial especial. Os componentes visuais das representações verbais são secundários, adquiridos mediante a leitura, e podem, inicialmente, ser deixados de lado, e assim também as imagens motoras das palavras, que, exceto para os surdos-mudos, desempenham o papel de indicação auxiliares. Em essência, uma palavra é, em última análise, o resíduo mnêmico de uma palavra que foi ouvida... Pensar em figuras, portanto, é apenas uma forma muito incompleta de tornar-se consciente. De certa maneira, também, ela se situa mais perto dos processos inconscientes do que o pensar em palavras, sendo inquestionavelmente mais antiga que o último, tanto ontogenética quanto filogeneticamente. (FREUD, 1923, 1925, p. 34-35)

Temos então que a representação de coisa é mais primitiva do que a de palavra.

Para Aulagnier, em um primeiro momento, o primário irá representar a relação entre as coisas, entre as figuras, compondo o signo de relação. Em um segundo momento, a imagem de palavra irá se agregar à imagem de coisa dando início à “significação primária”. A imagem de palavra aqui não se constitui ainda como signo lingüístico.

[...] A imagem de palavra aparece, como dito anteriormente, em um segundo momento do primário, não como significado lingüístico, mas como “significações primárias”. Estas são constituídas por seqüências fonéticas escutadas pelo bebê, que ainda não formam frases, mas que informam o primário sobre a intenção do desejo materno de dar ou recusar prazer. Em outras palavras, a voz materna que o bebê escuta, se for fonte de prazer ou de desprazer, será atribuída ao seu desejo de dar ou recusar prazer, respectivamente. (VIOLANTE, 2001, p. 34, 35)

Para se tornar dizível, a imagem de palavra, como signo lingüístico deve se juntar à imagem de coisa; isto só irá ocorrer no registro do Eu.

Veremos posteriormente que o postulado que rege o processo primário é a “onipotência do desejo do Outro”; sendo assim, uma vez que o desprazer pode ser atribuído ao desejo do Outro, a resposta desprazerosa do *infans* frente ao desejo do Outro, seu sofrimento ofertado, é o que irá fundamentar para Aulagnier o masoquismo primário. O fundamento do masoquismo primário é a interpretação projetada sobre o desejo do Outro.

Localizo já, aqui, a originalidade de Aulagnier na trama conceitual psicanalítica, principalmente em relação à concepção do processo primário.

Mas o que vem a ser o processo primário? Laplanche/Pontalis o definem contrapondo-o ao processo secundário.

[...] Processo Primário, Processo Secundário. Os dois modos de funcionamento do aparelho psíquico, tais como foram definidos por Freud. Podemos distingui-los radicalmente:

- a) do ponto de vista **tópico**: o processo primário caracteriza o sistema Inconsciente e o processo secundário caracteriza o sistema pré-consciente – consciente;

- b) Do ponto de vista **econômico-dinâmico**: no caso do processo primário a energia psíquica escoar-se livremente, passando sem barreiras de uma representação para outra segundo os mecanismos de deslocamento e de condensação; tende a reinvestir plenamente as representações ligadas às vivências de satisfação constitutivas do desejo (alucinação primitiva). No caso do processo secundário, a energia começa por estar 'ligada' antes de se escoar de forma controlada; as representações são investidas de uma maneira mais estável, a satisfação é adiada, permitindo assim experiências mentais que põem à prova os diferentes caminhos possíveis de satisfação.

A oposição entre processo primário e processo secundário é correlativa da oposição entre princípio de prazer e princípio de realidade. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 474, 475)

Freud, ao longo de sua clínica, a partir da experiência, é levado a reconhecer na formação dos sintomas e nos sonhos um modo de funcionamento do aparelho psíquico que apresenta leis próprias, específicas, diferente das apresentadas por processos mais evoluídos.

Freud postula o processo primário, caracterizado basicamente por dois mecanismos que ele veio a denominar por deslocamento e condensação²⁵.

No dizer de Freud:

[...] Pelo processo de *deslocamento* uma idéia pode ceder a outra toda a sua quota de catexia; pelo processo de *condensação* pode apropriar-se de toda a catexia de várias outras idéias. Propus que esses dois processos fossem considerados como marcos distintivos do assim denominado *processo psíquico primário* (FREUD, 1914-1916 p. 213). [...] Os processos irracionais que ocorrem no aparelho

²⁵ **Condensação** [...] um dos modos essenciais do funcionamento dos processos inconscientes: uma representação única representa por si só várias cadeias associativas, em cuja intersecção se encontra. Do ponto de vista econômico, é então investida das energias que, ligadas a estas diferentes cadeias, se adicionam nela. Vemos operar a condensação no sintoma e, de um modo geral, nas diversas formações do inconsciente. Foi no sonho que melhor foi posta em evidência. Ela traduz-se no sonho pelo facto de o relato manifesto, comparado com o conteúdo latente, ser lacônico: constitui uma tradução resumida. A condensação nem por isso deve ser assimilada a um resumo: se cada elemento manifesto é determinado por várias significações latentes, inversamente, cada uma destas pode encontrar-se em vários elementos; por outro lado, o elemento manifesto não representa num mesmo relato cada uma das significações de que deriva, de modo que não as subsume como o faria um conceito. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 129).

Deslocamento [...] fato de a acentuação, o interesse, a intensidade de uma representação ser suscetível de se soltar dela para passar a outras representações originariamente pouco intensas, ligadas à primeira por uma cadeia associativa. Esse fenômeno, particularmente visível na análise do sonho, encontra-se na formação dos sintomas psiconeuróticos e, de um modo geral, em todas as formações do inconsciente. A teoria psicanalítica do deslocamento apela para a hipótese econômica de uma energia de investimento suscetível de se desligar das representações e de desligar por caminhos associativos. O 'livre' deslocamento desta energia é uma das características principais do processo primário tal como ele rege o funcionamento do sistema inconsciente. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 162).

psíquico são os processos primários. (FREUD, 1900-1901, p. 548).

De acordo com Laplanche e Pontalis, o processo primário possui um modo de funcionamento completamente oposto ao processo secundário. No processo primário temos que:

[...] a finalidade do processo inconsciente (processo primário)²⁶ era estabelecer pelos caminhos mais curtos uma identidade de percepção, isto é, reproduzir, na modalidade alucinatória, as representações a que vivência de satisfação original conferiu um valor privilegiado. É em oposição a esse modo de funcionamento mental que podem ser descritas como processos secundários funções classicamente descritas em psicologia como o pensamento da vigília, a atenção, o juízo, o raciocínio, a ação controlada. No processo secundário, é a identidade de pensamento que é procurada (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 475)

Em resumo, as características do processo primário em Freud são:

- O processo primário é característico do sistema inconsciente;
- No processo primário, a energia presente no sistema psíquico escoar-se livremente, passando, sem barreiras, de uma representação à outra;
- Os mecanismos básicos do processo primário são o deslocamento e a condensação;
- O processo primário é regido pelo princípio do prazer;
- Reproduz a vivência de satisfação de forma alucinatória criando uma identidade de percepção.

Após percorrermos as características do processo primário em Freud, vejamos agora a concepção desse conceito para Aulagnier.

Vimos que o postulado do originário é o autoengendramento, ou seja, objeto (seio) e zona complementar (boca), corpo e realidade formam uma unidade inseparável representada pictograficamente. Sendo assim, o originário ignora todo o signo de relação.

Desde muito cedo, a psique do *infans* é confrontada com a realidade da

²⁶ Acréscimo meu.

ausência e do retorno da mãe. Para que esta realidade seja representada, é necessária a entrada em ação de um outro modo de funcionamento do psiquismo: o processo primário.

Vimos também que existe uma indissociabilidade ²⁷ entre a representação e os afetos para a psicanálise, sendo assim, a realidade da ausência e do retorno da mãe é sempre acompanhada dos afetos de prazer e de desprazer.

Isto posto, temos que [...] o primário começará a funcionar quando o conceito de separável se impuser. (VIOLANTE, 2001, p. 33).

[...] É o reconhecimento da separação entre dois espaços corporais, e, portanto, entre dois espaços psíquicos, reconhecimento imposto pela experiência da ausência e do retorno, que deverá ser representada pela figuração de uma relação que une o separado. Esta representação é, conjuntamente, reconhecimento e negação da separação... O seio é um objeto separado do próprio corpo e, portanto, um objeto cuja posse não é garantida; daí a recusa da psique em reconhecer como efeito do seu próprio desejo, uma separação que ela não tem o poder de abolir. (AULAGNIER, 1979, p. 69/70).

Como foi dito anteriormente, o conceito de processo primário em Aulagnier avança e se diferencia significativamente se comparado ao processo primário postulado por Freud.

Primeiramente vimos que o processo primário em Aulagnier, torna-se um “entre” o originário e o secundário; não mais apenas faz referência ao processo secundário como entendido por Freud.

Uma outra diferença diz respeito às considerações relativas ao princípio do prazer e ao princípio de realidade. Diferentemente de Freud, Aulagnier considera a participação do princípio de realidade no processo primário; não apenas o princípio do prazer estaria em jogo como em Freud.

[...] Pode-se ilustrar a dualidade princípio de prazer e princípio de realidade – considerando a relação entre estes princípios e o conceito de diferença – dizendo-se que o princípio de realidade está intrinsecamente unido à categoria da diferença, enquanto o princípio

²⁷ Quando digo da indissociabilidade entre afeto e representação referi-mo ao fato de todo afeto exigir e estar sempre ligado a uma dada representação mesmo que dela se separe para se ligar a uma outra.

de prazer tende a ignorá-la... Se o reconhecimento de um 'não-eu' precede, como afirmamos, o começo da atividade do secundário, deduz-se que o princípio de prazer e o princípio de realidade estão presentes no primário desde o início... O vivenciado impõe ao primário o reconhecimento de um 'outro espaço', razão pela qual dizíamos que ele já supõe um julgamento da realidade; a ação do princípio do prazer será de remodelar este 'outro espaço' para torná-lo adequado à representação do mundo forjada pelo primário, que poderá, assim, ignorar o que determinou sua entrada em atividade. (AULAGNIER, 1979, p. 100).

A ausência e o retorno da mãe obrigam a psique a confrontar-se com uma outra realidade diferente daquela auto-engendrada como no originário.

Em outros termos, a psique é obrigada a reconhecer esta realidade, da ausência e do retorno da mãe; conjuntamente temos reconhecimento e negação ²⁸.

O que o processo primário marca, introduz, faz a psique do *infans* se confrontar, é com a presença do reconhecimento de um outro espaço; temos então a passagem de uma realidade puramente psíquica, alucinada, auto-engendrada, para uma outra realidade. Para Aulagnier, a realidade do outro é a realidade da diferença presente entre o desejo da mãe e o do bebê (ver Aulagnier - Violência da Interpretação).

A partir da constatação da existência de um outro espaço, o primário, segundo Aulagnier, começa a representar signos de relação, o que ela denominou "significação primária". A imagem de palavra, presente no processo primário, diz respeito aos signos de relação e não ao signo lingüístico, como veremos posteriormente no processo secundário.

²⁸ [...] Na obra de Freud, três termos designam três tipos de resposta do sujeito, confrontando à realidade: VERNEINUNG, traduzido por negação (correspondendo aos termos franceses de *denégation* ou *négation*), VERWERFUNG, traduzido por rejeição (ou por *forclusão*, na terminologia lacaniana) e VERLEGNUNG, traduzido por *désaveu* ou *deni* (termos que não têm correspondente exato na língua portuguesa e que são, também traduzidos por negação). O primeiro é um mecanismo presente do discurso de todos: 'Eu *não* pensei nisto' (negação), mecanismo ao qual recorre constantemente o sujeito neurótico: o segundo designa o mecanismo psicótico de recusa da realidade e o terceiro é invocado por Freud para designar o mecanismo *princeps* do fetichismo, ou seja, a negação da percepção que revela a ausência do pênis feminino. (N. do T. AULAGNIER, 1979, p. 100/101). Segundo o tradutor, o termo aqui correspondente à negação é o VERLEGNUNG, traduzido para o francês como sendo *désaveu* ou *deni*. VERLEGNUNG, como dito acima, é um termo utilizado por Freud para significar a negação da percepção da ausência do pênis na mãe. Neste caso, temos a negação de uma percepção que não se refere à ausência do pênis na mãe pois estamos na fase pré-edípica onde ainda não há a percepção da distinção anatômica entre os sexos. A negação a que nos referimos diz respeito à negação da percepção da ausência da mãe, do seio, do

É a partir das percepções auditivas, das palavras coladas aos sons, que o *infans* irá relacionar e constatar a presença do Outro. “[...] O que quer que diga a voz, ela será sempre percebida como desejo de prazer ou intenção persecutória; o sentido libidinal prima sobre a significação lingüística.” (AULAGNIER, 1979, p. 97).

[...] O primário tem exigência de figurabilidade, ou seja, de representar signos de relação. Assim é que toda fantasia consiste em uma figuração cênica constituída por três elementos, estando um a olhar os outros dois – dois espaços sob a onipotência do desejo de um só. Como protótipos do Édipo, na cena figuram: fantasiante-mãe/outro sem seio; mãe – outro sem seio/fantasiante; fantasiante-outro sem seio/mãe. Essa é a estrutura relacional própria ao fantasma. A atribuição da causa do vivido à onipotência do desejo do Outro – o desejo da própria criança projetado em um dos pais ou o desejo dos pais – é o postulado que rege o primário. Por meio desse processo, todo prazer e todo desprazer vividos nos sucessivos encontros e desencontros como o Eu do Outro e com a realidade serão representados na psique e atribuídos ao desejo do Outros de dar ou recusar prazer – sendo a mãe, via de regra, o representante do Outro. Outro como suporte de que todo sujeito depende para se constituir: mãe, pai, enfim, o que remete a uma ordem cultural ... A imagem de palavra aparece, como dito anteriormente, em um segundo momento primário, não com significado lingüístico, mas como ‘significações primárias’. Estas são constituídas por seqüências fonéticas escutadas pelo bebê, que ainda não formam frases, mas que informam o primário sobre a intenção do desejo materno de dar ou recusar prazer. Em outras palavras, a voz materna que o bebê escuta, se for fonte de prazer ou de desprazer, será atribuída ao seu desejo de dar ou recusar prazer, respectivamente. (VIOLANTE, 2001, p. 33, 34, 35).

Temos então um lento percurso que vai da percepção de uma sonoridade à compreensão do sentido lingüístico; este caminho pode ser dividido em três fases, em três processos de atividade psíquica: o prazer de ouvir, o desejo de escutar e a exigência da significação. “[...] Ao prazer de ouvir já representado no originário pela zona-função (auditiva)-objeto complementar (voz), deve se acrescentar o desejo de escutar, antes que o Eu venha a exigir significação.” (VIOLANTE, 2001, p. 35).

Se no originário tínhamos o postulado do autoengendramento, no primário temos o postulado da onipotência do desejo do Outro, de dar ou recusar prazer.

Penso que a fragilidade do *infans*, sua dependência e incapacidade absoluta frente ao mundo devido à sua própria condição, fundamentam o postulado da

desprazer conseqüente desta ausência, da pausa entre o desejo e a satisfação, do escutado que não se escuta, do visto que não se vê, do sentido que não se sente.

onipotência do desejo do outro. A existência bem como a sobrevivência do *infans* encontra-se radicalmente entregue ao desejo do Outro se não houver acolhimento, adoção, não haverá vida.

Aulagnier identifica no primário os precursores do secundário, referidos à realidade²⁹, ao complexo de Édipo, à castração e ao Eu, todos sobre os quais a função da linguagem se apoiará.

Em relação ao complexo de Édipo: para Aulagnier, a criança é a sucessora historicizada da criança que outrora os representantes do par parental desejaram ser. A autora localiza aí o desejo dos pais de terem filhos.

A representação fantasmática³⁰ da cena primária é constituída por três elementos – criança (fantasiante), mãe e outro sem seio. A criança começa a perceber a presença deste outro sem seio, o pai, com o qual mantém uma relação. A Presença deste outro sem seio, que rouba o olhar da mãe, pode ser perturbadora, mas também pode ser fonte de prazer, sendo sua presença desejada pela criança.

Aulagnier adverte-nos a respeito do lugar do Pai em algumas teorias psicanalíticas, que muitas vezes o colocam em segundo plano, valorizando o lugar da mãe, ou deixando o lugar do pai apenas na boca da mãe.

O lugar e o desejo do pai pela criança são resgatados por Aulagnier. Em sua concepção, o desejo do pai é de suma importância no destino do sujeito.

A “angústia de amputação” é vista por Aulagnier como precursora da castração no primário. Como vimos anteriormente o primário começa a existir quando o conceito de separável se impõe; ao admitir a separação dos corpos, é necessário, também que a psique admita a autonomia do desejo do Outro de dar ou recusar prazer. Estando submetido à onipotência do desejo do Outro³¹, nada garante à psique uma resposta adequada a sua meta de prazer.

A angústia advém desta amputação da autonomia de uma zona-função ser

²⁹ Considero já ter percorrido teoricamente nas páginas anteriores esta questão.

³⁰ Ver citação da página 33.

³¹ Postulado que rege o processo primário.

fonte de prazer. “[...] O que implica a amputação do espaço psíquico de seu poder sobre uma função do próprio corpo.” (VIOLANTE, 2001, p. 37). A boca faminta só terá prazer se o seio lhe vier.

Para Aulagnier, o precursor do Eu no primário é o sujeito do Inconsciente sendo este uma auto-representação, uma resposta construída e constituída a partir da relação com o outro. O sujeito do Inconsciente, para a autora é esta resposta a resposta do Outro. Temos a *figuração de uma relação*. O sujeito do Inconsciente é este fruto, é-feito de uma relação que se estabelece entre a criança e o Outro.

[...] Portanto, não é a um objeto, nem a um atributo de intencionalidade, mas a uma resposta, que se identifica o sujeito do inconsciente, razão pela qual remete sempre à figuração de uma relação que ele fantasia existente entre o desejo da mãe e o prazer da criança. (AULAGNIER, 1979, p. 76).

Veremos no capítulo posterior que, para Aulagnier, o Eu é antecipado, historicizado e estruturado pela linguagem, ou seja, ela nasce em um “meio psíquico ambiente” recheado de significantes da história do par parental.

A qualidade desta antecipação, o desejo do par parental, de modo prevalente o da mãe, são fundamentais para a construção do Eu.

Vimos que o processo primário é precursor do Eu, na medida em que o sujeito do *Ics*, para Aulagnier, se identifica a uma resposta do Outro.

Podemos considerar no caso do adolescente deste estudo, do ponto de vista teórico, que foi uma criança mal-amada. Segundo Violante, a criança mal-amada é aquela que foi narcisicamente desqualificada, mal investida pela libido materna, antecipada e historicizada como desprovida de atributos desejáveis, sendo mal enunciada.

A resposta do desejo materno ao desejo do *infans*, neste caso, traz a marca de uma desqualificação. O signo de relação estabelecido entre a psique-corpo, psique-mundo, psique-Outro, característico do início do processo primário, surge como resposta a resposta do desejo do Outro. Se a resposta do desejo materno sem ser necessariamente fruto do ódio ou do não desejo foi inadequada ao desejo do *infans*, as significações primárias já trarão a marca deste Outro como sendo aquele que dá ou recusa prazer.

O processo primário como terreno das primeiras significações, será a base aonde a qualificação ou a desqualificação narcísica irá se asentar.

A desqualificação narcísica sofrida pelo Eu no momento de sua constituição é o que irá favorecer o surgimento da potencialidade melancólica.

Após percorrermos as características do processo primário, faremos no próximo capítulo análise do processo secundário.

2.3 O processo secundário ou o advento do Eu

Após percorrermos nas seções anteriores as noções de originário e processo primário, daremos início, nesta seção, à análise do processo secundário, tendo como característica principal o advento do Eu.

Vimos que, processo primário e processo secundário, são dois modos de funcionamento do aparelho psíquico que, segundo Freud, se distinguem radicalmente.

Do ponto de vista tópico, o processo primário caracteriza o sistema inconsciente enquanto o processo secundário é caracterizado pelo sistema pré-consciente consciente.

Do ponto de vista econômico-dinâmico, no processo primário, a energia psíquica escoá-se livremente, passando de uma representação à outra caracterizando os mecanismos de condensação e deslocamento; possui uma tendência de reinvestimento pleno nas representações ligadas à vivência de satisfação-alucinação primitiva.

Radicalmente diferente do processo primário, o processo secundário se caracteriza por apresentar energia ligada permitindo adiamento da satisfação bem como mais estabilidade e direcionamento da energia investida em suas representações.

Devemos destacar também que a oposição entre processo primário e

processo secundário é correlativa à oposição entre princípio de prazer e princípio de realidade, segundo Freud.

Se em Freud não há lugar para o princípio de realidade no processo primário, sendo este governado pelo princípio do prazer, vimos, no capítulo anterior que, para Aulagnier, o princípio de realidade já está presente no processo primário; esta é uma das grandes diferenças entre o pensamento de Aulagnier e Freud em relação à concepção do processo primário.

No processo secundário localizamos funções classicamente descritas em Psicologia tais como: o juízo, a atenção, o pensamento de vigília, o raciocínio, a ação controladora, a percepção.

A ação controladora bem como os outros processos supracitados se torna possíveis devido ao surgimento do ego.

[...] Nem todos os processos em que intervém o ego devem por esse fato ser descritos como processos secundários. Freud acentuou desde logo como estava subjugado pelo processo primário, nomeadamente nos modos de defesa patológicos. O caráter primário da defesa assinala-se então clinicamente pelo seu aspecto compulsivo e, em termos económicos, pelo fato de a energia posta em jogo procurar descarregar-se de forma total, imediata, pelos caminhos mais curtos. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 476)

Como dito anteriormente, daremos ênfase nesta seção ao estudo do Eu segundo Freud e Aulagnier. Uma atenção especial será dada à investigação de Aulagnier devido ao fato de, o conceito de Potencialidade e Potencialidade Melancólica estarem fundados na concepção que a autora tem a respeito do Eu, em sua conceituação própria.

Primeiramente faremos um pequeno percurso histórico do ego em Freud para posteriormente aprofundarmos no estudo da concepção teórica elaborada por Aulagnier.

Laplanche e Pontalis definem o ego como sendo:

[...] Instância que Freud, na sua Segunda teoria do aparelho psíquico, distingue do id e do superego. Do ponto de vista tópico, o ego está numa relação de dependência quanto às reivindicações do id, bem como quanto aos imperativos do superego e às exigências da realidade. Embora se situe como

mediador³², encarregado dos interesses da totalidade da pessoa, a sua autonomia é apenas inteiramente relativa.

Do ponto de vista dinâmico, o ego representa eminentemente no conflito neurótico o pólo defensivo da personalidade; põe em jogo uma série de mecanismos de defesa, estes motivados pela percepção de um afeto desagradáveis (sinal de angústia).

Do ponto de vista econômico, o ego surge como um fator de ligação dos processos psíquicos; mas, nas operações defensivas, as tentativas de ligação da energia pulsional são contaminadas pelas características que especificam o processo primário: assumem um aspecto compulsivo, repetitivo, desreal.

A teoria psicanalítica procura explicar a gênese do ego em dois registros relativamente heterogêneos, quer vendo nele um aparelho adaptativo, diferenciado a partir do id em contacto com a realidade exterior, quer definindo-o como o produto de identificações que levam à formação no seio da pessoa de um objecto de amor investido pelo id.

Relativamente à primeira teoria do aparelho psíquico, o ego é mais vasto do que o sistema pré-consciente-consciente, na medida em que as suas operações defensivas são em grande parte inconscientes.

De um ponto de vista histórico, o conceito tópico do ego é o resultado de uma noção constantemente presente em Freud desde as origens do seu pensamento. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p.172).

Ainda segundo Laplanche e Pontalis, Freud falava de ego (Ich) desde os seus primeiros trabalhos, mas de forma pouco especificada, designando a princípio a personalidade como um todo.

Cronologicamente, o pensamento de Freud e suas concepções do ego podem ser divididos em várias fases, cada uma marcando uma dada acepção do termo. Destacam-se os períodos compreendidos entre 1894-1900; o considerado período de transição que vai de 1914 a 1915, e o período considerado em psicanálise como sendo o da viragem de 1920³³, onde o ego teria se revestido de um sentido estritamente técnico, psicanalítico.

Por volta de 1880, a Psicologia e a Psicopatologia estavam às voltas com o estudo das alterações e desdobramentos da personalidade, dos chamados “estados segundos”. P. Janet, localizava na histeria a existência de um desdobramento simultâneo da personalidade; para ele haveria a formação de dois grupos de fenômenos: um constituído pela personalidade comum ligado à consciência e um

³² Para Freud o ego deve serviço a três senhores: ao id, ao superego e à realidade externa.

³³ Momento de profundas modificações do pensamento Freudiano

outro constituído por uma personalidade anormal, diferente, completamente desconhecido e ignorado pela primeira.

No período de 1895-1900, destacam-se os Estudos sobre a Histeria. No capítulo designado Psicoterapia da histeria, vemos a noção de ego estreitamente ligada à noção de consciência verificada na expressão “consciência do ego”. Freud constata nestes estudos a existência de um “conflito psíquico”, ou seja, haveria um material fora do campo da consciência que, a partir de seu surgimento e/ou de sua emergência, exigiria do ego a formação de defesas devido à incompatibilidade do material seja por conflito de interesses, de desejos, de interdições. Neste período, a noção de ego está diretamente ligada à noção de conflito neurótico.

O período de 1900-1905, segundo Laplanche e Pontalis, é caracterizado por apresentar hesitações no que diz respeito à noção de ego.

Na primeira exposição da teoria do aparelho psíquico, capítulo metapsicológico do livro *A interpretação do sonho*, Freud descreve sistematicamente as características e as diferenciações entre os sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente. O termo ego encontra-se ausente nestas exposições.

Posteriormente, em *O Homem dos ratos*, Freud retoma algumas idéias já pré-concebidas relativas à formação de um “conflito defensivo”; “[...] O ego afirma-se como a instância que se opõe ao desejo.” (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 180).

As noções de Narcisismo e de Identificação marcam o período de 1914-1915, considerado de transição por apresentar profundas modificações do pensamento Freudiano.

Dentre os trabalhos de Freud, o texto “Sobre o Narcisismo, Uma Introdução”, de 1914, sem dúvida alguma pode ser considerado como um dos mais importantes por conter e possibilitar a evolução de vários conceitos.

Devo ressaltar que não pretendo aqui desenvolver nem fazer uma exegese do conceito de narcisismo psis, isto, inevitavelmente resultaria em uma nova dissertação. Farei sim, uma pequena passagem em partes que considero fundamentais, principalmente aquelas que, em foco, se relacionam com o tema proposto nesta dissertação, a saber, a potencialidade melancólica.

Primeiramente vemos Freud transcender a noção inicial do termo narcisismo considerando-o para além de uma simples atitude psicológica e uma forma de perversão; o narcisismo reivindicaria,

[...] um lugar no curso regular do desenvolvimento sexual humano. [...] O narcisismo nesse sentido não seria uma perversão, mas o complemento libidinal do egoísmo do instinto de auto-preservação, que, em certa medida, pode justificavelmente ser atribuído a toda criatura viva. (FREUD, 1914, 1916, p. 89, 90)

A megalomania bem como os desvios de interesse das coisas e das pessoas, características presentes na demência precoce (Kraepelin), na esquizofrenia (Bleuler), nos povos primitivos e nas crianças, leva Freud a postular o narcisismo primário em contraposição ao narcisismo secundário, bem como estabelecer o conceito de libido do ego e libido do objeto.³⁴

A mobilidade da libido é o que leva Freud a questionar:

[...] Que acontece à libido que foi afastada dos objetos externos na esquizofrenia? A megalomania característica desses estados aponta o caminho. Essa megalomania, sem dúvida, surge às expensas da libido objetal. A libido afastada do mundo externo é dirigida para o ego e assim dá margem a uma atitude denominada narcisismo. Mas a própria megalomania não constitui uma criação nova; pelo contrário, é, como sabemos, ampliação e manifestação mais clara de uma condição que já existia previamente. Isso nos leva a considerar o narcisismo que surge através da indução de catexias objetais, como sendo secundário superposto a um narcisismo primário que é obscurecido por diversas influências diferentes. (FREUD, 1914, 1916, p. 91).

Para Freud o ego seria dotado de um índice libidinal primário, original; este é o fundamento do narcisismo primário.

[...] Assim, formamos a idéia de que há uma catexia libidinal original do ego, parte da qual é posteriormente transmitida ao objeto, mas que fundamentalmente persiste e está relacionada com as catexias objetais, assim como o corpo de uma ameba está relacionada com os pseudópodes que produz. (FREUD, 1914, 1916, p. 91, 92).

Ainda segundo Freud, haveria uma antítese entre libido do ego e libido do

³⁴ [...] Expressões introduzidas por Freud para distinguir duas modalidades de investimento da libido: esta pode tomar como objeto exterior, ou a própria pessoa (libido do ego ou narcísica), ou um objeto exterior (libido objetal). Existe, segundo Freud, uma balança energética entre estas duas modalidades de investimento, em que a libido objetal diminuiu quando aumenta a libido do ego, e inversamente. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 345).

objeto; quanto mais uma for empregada, mais a outra se esvazia.

Sabemos que “A história do movimento psicanalítico” e o texto do Narcisismo foram escritos em controvérsia com Jung e Adler. O conceito de narcisismo seria uma alternativa, uma diferenciação e uma resposta à libido não sexual de Jung bem como ao “protesto masculino” de Adler. Sendo assim, Freud se vê na obrigação de distinguir teoricamente uma energia sexual de uma instintiva do ego.

[...] Finalmente, no tocante à diferenciação das energias psíquicas, somos levados à conclusão de que, para começar, durante o estado de narcisismo, elas existem em conjunto, sendo nossa análise demasiadamente tosca para estabelecer uma distinção entre elas. Somente quando há catexia objetual é que é possível discriminar uma energia sexual – a libido – de uma energia dos instintos do ego. [...] Mas, em primeiro lugar, a distinção feita nesse conceito corresponde à distinção popular comum entre a fome e o amor. (FREUD, 1914, 1916, p. 92, 94).

Em relação ao “protesto masculino”, Freud tem as seguintes considerações:

[...] A pesquisa psicanalítica reconheceu desde o início, a existência e a importância do ‘protesto masculino’ mas o tem considerado contrariamente a Adler, como sendo narcisista em sua natureza e oriundo do complexo de castração. O ‘protesto masculino’ está relacionado à formação do caráter, em cuja gênese penetra juntamente com muitos outros fatores, sendo, contudo, inteiramente inadequado para explicar os problemas das neuroses, no tocante às quais Adler nada leva em conta, a não ser a maneira pela qual elas servem aos instintos do ego. (FREUD, 1914, 1916, p. 109).

Dando continuidade ao texto do narcisismo, Freud, considera que uma unidade como o ego não pode existir desde o início, sendo necessário que algo seja adicionado ao psiquismo para dar conta da produção do ego.

[...] uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido. Os instintos auto-eróticos, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo – uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo. (FREUD, 1914, 1916, p. 93).

Considero que todo percurso teórico elaborado por Aulagnier e tratado aqui neste trabalho culmina e diz respeito à construção do Eu, à nova ação psíquica que provocaria o narcisismo, a começar do originário, passando pelo processo primário até a chegada do processo secundário com a produção do Eu.

Ainda neste capítulo veremos a diferença entre o Eu estabelecido por Aulagnier e aquele estabelecido por Freud.

A controvérsia central deriva do fato de Freud considerar que: “[...] o ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície.” (FREUD, 1923, 1925, p. 40).

Veremos que para Aulagnier, o Eu é uma instância vinculada à linguagem, não havendo espaço em sua teoria para um Eu-corporal compensado por Freud. Não aprofundarei aqui essa discussão, mesmo por que, como dito anteriormente, o conceito de potencialidade melancólica será desenvolvido com base no Eu conceituado por Aulagnier.

O ponto de concordância entre os autores seria o fato de o Eu não se colocar desde o início, sendo necessário um longo percurso até o seu surgimento, “uma nova ação psíquica”.

Penso ser fundamental considerar que a “nova ação psíquica” não seria possível sem a presença do Outro. A condição prematura em que todos nascemos exige a presença deste Outro para que possamos viver e nos tornarmos sujeito. Em última análise, o Outro, seria o grande responsável e promovedor da nova “ação psíquica” proposta por Freud.

A nova “ação psíquica” do *Infans* seria uma resposta às ações psíquicas do Outro; Outro como causa.

Uma outra questão fundamental tratada neste estudo e considerada por Freud em seu texto sobre o narcisismo diz respeito à auto-estima. Para Freud:

[...] Nessa altura, podemos tentar um exame da atitude de auto-estima nas pessoas normais e nos neuróticos. Em primeiro lugar, parece-nos que a auto-estima expressa o tamanho do ego; os vários elementos que irão determinar esse tamanho são aqui irrelevantes. Tudo que uma pessoa possui ou realiza, todo remanescente do sentimento primitivo de onipotência que sua experiência tenha confirmado, ajuda-a a aumentar sua auto-estima. [...] a auto-estima depende intimamente da libido narcisista. (FREUD, 1914, 1916, p. 115).

Se neste instante para Freud ‘os vários elementos que irão determinar o tamanho do ego são irrelevantes’, aqui eles se tornam fundamentais para compreensão da auto-estima dos portadores de potencialidade melancólica. Veremos no capítulo sobre a potencialidade melancólica que, a rejeição, a impaciência, a aversão, o não investimento libidinal da mãe pelo filho desqualifica-o narcisicamente tornando-o um sujeito com baixo investimento no próprio Eu; em outras palavras, dotado de uma baixa auto-estima. Se para Freud a auto-estima tem a ver com o tamanho do ego, podemos deduzir que os portadores de potencialidade melancólica possui um “ego pequeno”.

Parafrazeando Freud de uma forma inversa devo dizer que: Tudo o que uma pessoa não possui ou não realiza, todo remanescente do sentimento primitivo de impotência que sua experiência tenha confirmado, ajuda-a a diminuir sua auto-estima.

Também veremos no capítulo sobre potencialidade melancólica como o golpe narcísico sofrido pelo Eu em sua constituição e a conseqüente desqualificação narcísica contribuem para uma baixa auto-estima.

Para Freud a auto-estima está diretamente ligada ao resíduo do narcisismo infantil, à realização do ideal do ego e à satisfação da libido objetal. Veremos ao longo dos capítulos como os portadores de potencialidade melancólica encontram-se comprometidos em relação a essas categorias. “[...] Uma parte da auto-estima é primária – o resíduo do narcisismo infantil; outra parte decorre da onipotência que é corroborada pela experiência (a realização do ideal do ego), enquanto uma terceira parte provém da satisfação da libido objetal.” (FREUD, 1914, 1916, p. 118).

O sentimento de inferioridade, sua fonte, estaria ligado ao empobrecimento do ego, aos danos sofridos pelo mesmo devido às catexias libidinais dele retiradas.

[...] A compreensão da impotência, da própria incapacidade de amar, em conseqüência de perturbação física ou mental, exerce um efeito extremamente diminuidor sobre a auto-estima. Aqui, em minha opinião, devemos procurar uma das fontes do sentimento de inferioridade experimentados por pacientes que sofrem de neurose de transferência, sentimentos que esses pacientes estão prontos a relatar. A principal fonte desses sentimentos é, contudo, o empobrecimento do ego, por causa das enormes catexias libidinais dele retiradas – por causa, vale dizer, do dano sofrido pelo ego em

função de tendências sexuais que já não estão sujeitas a controle. (FREUD, 1914, 1916, p. 116.).

A libido narcisista dos portadores de potencialidade melancólica encontra-se comprometida devido à desqualificação sofrida pelo Eu em sua constituição; sendo assim, um quantum de libido existente no ego, deve deslocar-se em direção ao Ideal do ego, pois só assim, possuirão, imaginariamente, atributos que consideram desejáveis pelo Outro; só assim possuirão aceitação no grupo através, como veremos, do “contrato narcisista”; só assim se sentirão capazes de serem amados.

O processo de identificação é fundamental para manutenção de laços libidinais ocorridos no interior do grupo dos adolescentes.

A identificação é para Freud “[...] a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa...” (FREUD, 1920, 1922, p. 133).

Veremos no próximo capítulo como o processo de identificação no interior do grupo dos adolescentes infratores perpassa as três modalidades propostas por Freud no texto supracitado, a saber, “identificação ao desejo, ao sintoma e ao objeto”.

Laplanche e Pontalis assim resumem o que a introdução do narcisismo acarreta quanto à definição de ego:

- a) [...] O ego não surge desde logo, nem mesmo como resultado de uma diferenciação progressiva. Exige para se constituir uma nova acção psíquica;
- b) Ele define-se como *unidade* relativamente ao funcionamento anárquico e fragmentado da sexualidade que caracteriza o autoerotismo;
- c) Oferece-se como objecto de amor à sexualidade, tal como um objecto exterior. Na perspectiva de uma gênese da escolha de objecto, Freud é mesmo levado a apresentar a seqüência: autoerotismo, narcisismo, escolha de objecto homossexual, escolha de objecto heterossexual;
- d) Esta definição do ego como objecto não permite confundi-lo com o mundo interior do indivíduo no seu conjunto. É assim que Freud insiste em sustentar, contra Jung, uma distinção entre introversão da libido sobre os fantasmas ou fantasias e um retorno desta ao ego;
- e) Do ponto de vista econômico, o ego deve ser considerado como

um grande reservatório de libido, de onde a libido é enviada para os objectos e que está sempre pronto a absorver parte da libido que reflui dos objectos...

- f) Por fim, Freud descreve como típica uma escolha “narcísica de objecto”... É assim que, na homossexualidade masculina, “o jovem não abandona a mãe, mas identifica-se com ela e transforma-se nela”. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 181).

Vários são os desdobramentos que a noção de Identificação, de narcisismo, e a análise da Melancolia trazem para o pensamento psicanalítico referente à noção de ego. Destaca-se o fato de o ego não apenas se achar parcialmente modificado em sua relação com o Outro, mas por tornar-se profundamente transformado nesta relação; mais além, o ego não apenas se transforma na relação com o Outro, mas se constitui nesta relação, a partir dela.

Enfim, chegamos ao período de 1920 em que a noção de ego se reveste de um sentido estritamente técnico, psicanalítico; é caracterizado como sendo o período da “viragem” por apresentar profundas modificações teóricas.

O que primeiramente se coloca é a passagem de um modelo a que se chamou primeira tópica, inconsciente, pré-consciente e consciente, para um outro, em que os termos id, ego e superego são empregados para descreverem a anatomia da mente e/ou do aparelho mental.

[...] A passagem da primeira para a Segunda tópica não implica que as novas “províncias” tornem caducos os limites precedentes entre Inconsciente, Pré-consciente e Consciente. Mas na instância do ego vêm reagrupar-se funções e processos que, no quadro da primeira tópica, estavam repartidos por diversos sistemas. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p. 183).

Esquemáticamente temos então: o ego como agente de defesa e repressor, o superego como sistema de interdições e o id como sede das pulsões.

Para Freud, o ego deve serviço a “três senhores”³⁵ e é ameaçado, conseqüentemente, por três tipos de perigo: “[...] o mundo externo, a libido do id e a severidade do superego. Três tipos de ansiedade correspondem a esses três perigos, já que a ansiedade é a expressão de um afastar-se do perigo.” (1923-1925, p. 72,73).

Resumidamente, a partir do Ego e o Id, constatamos uma expansão no que diz respeito à noção de ego bem como um alargamento de suas funções, dentre as quais, a qualidade de ser em grande parte inconsciente se destaca, e é este o ponto em que Freud mais insiste. “[...] Também uma parte do ego – e sabem os céus que parte tão importante – pode ser *Ics*, indubitavelmente é *Ics*.” (FREUD, 1923-1925, p.30).

Para finalizar este pequeno percurso, deixemos com Freud a definição de ego:

[...] Formamos a idéia de que em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso o seu *ego*. É a esse ego que a consciência se acha ligada: o ego controla as abordagens à motilidade – isto é, à descarga de excitações para o mundo externo. Ele é a instância mental que supervisiona todos os seus próprios processos constituintes e que vai dormir à noite, embora ainda exerça a censura sobre os sonhos. Desse ego procedem também as repressões, por meio das quais procura-se excluir certas tendências da mente, não simplesmente da consciência, mas também de outras formas de capacidade e atividade. ... o ego é aquela parte do id que foi modificada pela influência direta do mundo externo, por intermédio do *Pcpt.-Cs.*; em certo sentido, é uma extensão da diferenciação de superfície. Além disso, o ego procura aplicar a influência do mundo externo ao id e às tendências deste, e esforça-se por substituir o princípio de prazer, que reina irrestritamente no id, pelo princípio de realidade. Para o ego, a percepção desempenha o papel que no id cabe ao instinto. O ego representa o que pode ser chamado de razão e senso comum, em contraste com o id, que contém as paixões. Tudo isto se coaduna às distinções populares com que estamos familiarizados; ao mesmo tempo, contudo, só deve ser encarado como confirmado na média ou idealmente. (FREUD, 1923-1925, p. 28, 39).

Após percorrermos a noção de ego em Freud, passemos agora ao estudo do eu elaborado por Aulagnier.

Para Aulagnier, “[...] Todo indivíduo nasce num espaço falante...” (1979, p. 105) num “meio psíquico ambiente”, sendo o meio familiar, “um micro-meio”, um “minúsculo fragmento do campo social”, “[...] percebido e investido pela criança como metonímia do todo.” (AULAGNIER, 1979, p. 105). Este espaço serve para a criança como elo intermediário entre ela e o mundo.

³⁵ Para mais detalhes das relações do ego com o id e o superego, ver cap. V, “As relações dependentes do ego”, livro XIX, 2ª ed. Edição Standard das obras completas de Sigmund Freud.

Os dois organizadores essenciais do espaço familiar são o discurso e o desejo do casal parental. A ação exercida por e sobre a psique do *infans* desta organização é fundamental para a constituição do eu.

Ainda segundo Aulagnier, o eu é uma instância enunciante, constituída pelo discurso; sendo assim, exige significação e atribui tudo aquilo que vive a uma causalidade intelegível. Este é o postulado que rege esta instância. O fato de ser uma instância constituída pelo discurso, marca uma especificidade e uma diferença conceitual em relação o ego Freudiano.

[...] Em “Diálogo com Piera Aulagnier”, em *Cuerpo, história interpretación*, Luis hornstein indaga em que Aulagnier pensa quando insiste na diferença entre sua noção de Eu e o ego freudiano, ao que ela responde: “Para mim, o Eu é uma instância que está diretamente vinculada à linguagem. Não há lugar em minha concepção metapsicológica para o conceito freudiano de ego-id indiferenciado. Nesse sentido, não se pode fazer uma equivalência entre a maneira como Freud se serve do conceito de ego e o que defini como Eu. (VIOLANTE, 2001, p. 39).

Também Aulagnier aponta diferença em relação ao Eu lacaniano:

[...] “Minha diferença com Lacan é que, para mim, o Eu não está condenado ao desconhecimento, nem é uma instância passiva. Se bem que seus primeiros identificados sejam provindos pelo discurso materno, o Eu é também uma instância identificante e não um produto passivo do discurso do Outro.” (VIOLANTE, 2001, p.39).

Temos então um Eu antecipado, historicizado e estruturado pela linguagem, sendo constituído por duas dimensões: a identificada (provinda pelo discurso materno), e a identificante (que não é produto passivo do discurso do Outro).

É historicizado, pois, nasce em um contexto histórico, na história edipiana dos pais e do meio familiar; é estruturado e antecipado pela linguagem, pois nasce em meio psíquico ambiente recheado de significantes, sendo assim, possui a qualidade de ser pré-enunciado e pré-vestido pelo discurso do casal parental e seus membros.

Como dito anteriormente, os dois organizadores essenciais do espaço familiar são o discurso e o desejo do par parental, ambos fundamentais e necessários para a constituição do Eu; neste “meio psíquico ambiente”, Aulagnier enfoca a função do

“porta-voz”, do desejo do pai e da linguagem fundamental.

É denominado porta-voz:

[...] a função atribuída ao discurso da mãe, na estruturação da psique: porta-voz no sentido literal do termo, pois é a esta voz que o *infans* deve, desde seu nascimento, o fato de Ter sido incluído num discurso que, sucessivamente, comenta, prediz, acalenta o conjunto de suas manifestações, mas porta-voz, também no sentido do delegado, de representante de uma ordem exterior cujo discurso enuncia ao *infans* suas leis e exigências. (AULAGNIER, 1979, p. 106).

É através do porta-voz, do discurso materno que o bebê será inserido no discurso do meio, no registro simbólico. O porta-voz possui também função identificatória.

Aulagnier utiliza o termo “sombra falada” para dizer de um discurso que antecipa o *infans* antes mesmo de sua existência física. Esta sombra, falada, diz do bebê lá onde ele ainda não está.

O conjunto de enunciados proferidos pela mãe é herdeiro de sua história edipiana, portanto, a princípio, o que a mãe transmite é um reprimido de sua história, uma repetição da interdição necessária que reorganizará a psique da criança.

Segundo Aulagnier:

[...] De maneira geral, o termo mãe vai, a partir de então, se referir a um sujeito em que supomos presentes as seguintes características:

- a repressão bem realizada de sua própria sexualidade infantil;
- um sentimento de amor dedicado à criança;
- seu acordo com o essencial do que o discurso cultural do seu meio diz sobre a função materna;
- a presença, ao seu lado, de um pai da criança, a quem ela dedica sentimentos positivos. (1979, p. 110).

A função materna exerce sobre a criança, uma “violência primária”; este conceito diz respeito às interpretações da mãe sobre as manifestações do bebê, imprescindíveis para a formação de seu psiquismo.

A violência primária é necessária para a constituição do Eu; mas pode ocorrer

uma “violência secundária”, um risco de excesso, desnecessário, nocivo e prejudicial para a criança.

A violência secundária incide basicamente em uma das atividades do Eu, a saber, a atividade de pensar.

A atividade de pensar, comporta, introduz na dinâmica mãe-criança uma diferenciação do até então consolidado, dominado pela mãe; refiro-me á criação, ao surgimento de um espaço de autonomia mínima por parte da criança. O Poder pensar, a atividade e a liberdade de pensamento é o primeiro representante do tornar-se sujeito, deslocado, apartado do Outro; o primeiro instrumento de uma autonomia.

[...] o pensamento é por excelência, o instrumento do disfarce, do oculto, do segredo, o lugar possível da mistificação e do engano.

A criança não pode esconder sua recusa de comer ou dormir, não pode esconder que defeca, mas pode, talvez, esconder que finge amar, escutar ou, inversamente, que finge não entender ou não desejar a interdição. Contrariamente às atividades do corpo, a atividade de pensar não apenas representa uma última função, cuja valorização vai prevalecer sobre o conjunto de seus precursores, mas ela é a primeira cujas produções podem permanecer desconhecidas para a mãe e, também, a atividade graças à qual a criança pode descobrir as mentiras maternas e compreender o que a mãe não gostaria que ela soubesse. Vemos, assim, instalar-se uma estranha luta na qual, do lado da mãe, ela tentará saber o que o outro pensa, tentará ensiná-lo a pensar o “bem” ou um “bem pensar”, definidos por ela, enquanto que, do lado da criança, aparece o primeiro instrumento de uma autonomia, de uma recusa, que não colocam diretamente em perigo sua sobrevivência.

A criança não pode, a não ser ao preço de sua vida, recusar-se a comer, dormir e defecar por muito tempo; mas ela pode tentar preservar um espaço solitário e autônomo, onde ela possa pensar o que a mãe não sabe ou não gostaria que ela pensasse. (AULAGNIER, 1979, p. 123, 124).

Com o advento do Eu, todo o existente adquire o status de pensável tornando-se assim, dizível. O pensamento dizível torna-se intelegível;

[...] assim se estabelece uma “função de intelecção”, cujo produto será o *fluxo ideativo* que acompanhará o conjunto da atividade, da mais elementar à mais elaborada, da qual o Eu pode ser o agente. Toda fonte de excitação e toda informação só podem Ter acesso ao *registro do Eu*, se puderem dar lugar à representação de uma idéia. (AULAGNIER, 1979, p. 59).

Se anteriormente o prazer de ouvir antecedia o desejo de escutar, agora, o prazer de pensar deve anteceder um desejo de pensar, que antecederá a exigência de significação.

A função de intelecção como nova forma de atividade se apresenta à psique como uma nova zona-função erógena, cuja idéia torna-se objeto a ser investido ou não conforme a lógica prazer-desprazer daí resultante.³⁶

Passemos agora à análise da função paterna como organizadora essencial do espaço em que o Eu se constitui.

Para Aulagnier, a presença do pai, seu desejo e sua função estão presentes desde muito cedo no cenário em que a organização psíquica do *infans* se dá.

Mesmo que em um primeiro momento, ela, a criança, desconheça este outro, o pai, ele se faz presente também na psique materna, na transmissão de seu nome e na relação que a mãe mantém com sua função, obviamente, de acordo com o histórico de sua relação edípica.

Aulagnier não reduz a função paterna articulada tão somente ao valor que a mãe lhe atribui. O desejo do pai de Ter filhos e por esta criança, seu discurso, é fundamental na trama edípica e marcará seu lugar nesta organização.

Ainda segundo Aulagnier, toda criança, onde quer que ela nasça, deve aceitar a constatação que sua primeira relação com a mãe desconheceu os seguintes elementos:

- [...] o corpo do homem possui um órgão que a mulher não possui;
- Este objeto é, para ela, objeto de prazer e necessário à procriação;
- Todo *infans* descobre que o primeiro objeto investido pela totalidade de sua libido não responde da mesma forma, que a mãe deseja outra coisa que ele não pode dar, que seu prazer sexual tem um outro suporte.

³⁶ Podemos localizar aqui a gênese da atividade reflexiva; do pensamento enquanto atividade investida ou não, desenvolvida ou inibida; para que o sujeito se torne um pensador, é necessário que passe por este instante de forma que o pensamento seja prazeroso, reconhecido e valorizado pelo Outro.

- A mãe respeita, teme ou venera o discurso de um outro ou dos outros. Seu desejo (do *infans*) e sua demanda, não são suficientes para que ele obtenha a resposta que ele espera. Daí decorre sua busca (e aqui ainda continuamos no universal) para tentar saber quem ela deseja, ou quem lhe dita a lei. Em nossa cultura, esta busca fá-lo deparar com o pai e seu desejo. (AULAGNIER, 1979, p. 136).

Para além do “primeiro representante do Outro”³⁷, o encontro com o pai, este “primeiro representante dos outros, este “outro sem seio”, desconhecido, pode ser fonte de prazer e de afeto.

A função paterna demarca um espaço de prazer deslocado do campo das necessidades; sendo este “outro sem seio”, o que ele tem a oferecer é algo para além de uma função corpórea específica da mãe.

[...] O que marca seu traço específico e diferencial, por oposição ao encontro com a mãe, é que o encontro paterno não se faz no registro da necessidade, sendo esta a razão pela qual o pai é, indubitavelmente, quem induz a primeira brecha na colusão original que tornava indissociáveis a satisfação das necessidades do corpo e a satisfação da “necessidade” libidinal. Esta brecha vai induzir a psique do *infans* a reconhecer que, se esta presença é desejada pela mãe, ela permanece totalmente estranha ao campo da necessidade. (AULAGNIER, 1979, p. 138).

Isto não implica que o pai não possa alimentar a criança, mas esta atividade se dará não entrelaçada a um dado biológico.

Assim como os cuidados maternos, os cuidados paternos são essenciais na constituição do Eu. A voz paterna, o encontro de suas mãos com o corpo do bebê, seu envolvimento, seu olhar e a transmissão de seu desejo, são organizadores essenciais para a psique do *infans*.

O pai, sendo este desconhecido desejado pela mãe, a quem ela lhe dirige o olhar e lhe atribui poder, sendo também este que deseja a mãe e sabe como ela goza, torna-se alvo de uma ambivalência afetiva; irá ser representado como objeto a seduzir e/ou como objeto a odiar.

Por ser a voz que interdita, que separa a relação dual mãe-criança; por ser o representante da lei, detentor das chaves que dão acesso ao simbólico barrando o

incesto e por roubar a cena e o olhar da mãe, o pai se torna alvo de sentimentos hostis, objeto a ser odiado.

Paradoxalmente, as razões que o torna objeto a odiar são as mesmas que o transforma em objeto a ser amado e a seduzir. Graças ao pai é que nos tornamos sujeitos, que entramos no registro do simbólico e que nos separamos da relação inaugural para darmos entrada na triangulação edípica. Sendo assim, o pai é também objeto a ser amado e a seduzir.

Tornar-se desejado pelo pai é supor possuir os atributos que este deseja na mãe; “[...] O que o pai deseja em mim é o desejável de minha mãe: assim poderia ser formulado o que é o fundamento do desejo da criança de seduzir o pai.” (AULAGNIER, 1979, p. 140.).

Enfim, para Aulagnier, a função paterna será demarcada por três referentes:

- [...] a interpretação que a mãe se deu a propósito da função de seu próprio pai;
- a função que a criança atribui a seu pai e a função que a mãe atribui a ele;
- o que a mãe deseja transmitir desta função e o que ela pode querer interditar a seu respeito. (AULAGNIER, 1979, p. 136).

A esses três referentes, Violante acrescenta: “[...] a função que o próprio pai da criança se atribui.” (VIOLANTE, 2001, p. 47).

Sendo o Eu uma instância diretamente vinculada à linguagem, o alicerce que ordenará o seu capital semântico e que determinará sua forma de investimento com sua palavra e pensamento bem como sua comunicação, é constituído pela “linguagem fundamental”.

É através e por causa da linguagem fundamental que o Eu nomeará o afeto (inconsciente) tornando-o um sentimento dizível, significantizável, consciente. É também através desta linguagem que o sistema de parentesco será designado, o que é fundamental para a entrada no registro do simbólico.

Em se tratando de Identificação, segundo Violante, Aulagnier mantém a teoria

³⁷ Expressão de Lacan que se refere à mãe e/ou à função materna.

Lacanian do Estádio do espelho³⁸ na formação do Eu, obviamente adequando-a à sua própria teoria segundo a qual o Eu é constituído por duas dimensões: a identificada e a identificante³⁹. Sendo assim:

[...] Podemos, então deduzir que, no Estádio do espelho, o identificante se reconhece no identificado enunciado e investido pela libido materna, pede confirmação ao olhar da mãe e investe no identificado. Essa seria a “assunção jubilosa de si”, conforme se expressa Lacan, sendo esse o momento narcísico fundamental no qual o Eu ideal se constitui como uma unidade identificado-identificante, quando visto e escutado se juntam. (VIOLANTE, 2001, p. 53).

Veremos também quando tratarmos do projeto identificatório que o identificante não apenas investe no identificado, mas também, em um eu posterior, a ser construído, ainda não existente, ideal.

Isto é o que faz Aulagnier postular os dois princípios do funcionamento identificatório, a saber, permanência e mudança⁴⁰.

Para que o Eu mantenha uma unidade, uma estabilidade identificatória, é necessária a manutenção de certos pontos de certeza, de ancoragem, construídos e advindos da parte identificada. Estes pontos garantem ao Eu uma história, um texto, tecido mesmo em sua ausência; antecipado e historicizado pela linguagem, o Eu, enquanto um “saber sobre o Eu”, mantém e se sabe possuidor de parágrafos constitutivos de sua história. Estes primeiros parágrafos farão parte de uma escrita permanente.

A logicidade e a coerência interna deste texto se darão de acordo com a tecitura e o entrelaçamento dos primeiros enunciados com os em permanente construção.

³⁸ Segundo J. Lacan, fase da constituição do ser humano que se situa entre os seis e os dezoito meses; a criança, ainda num estado de impotência e de descoordenação motora, antecipa imaginariamente a apreensão e o domínio da sua unidade corporal. Esta unificação imaginária opera-se por identificação com a imagem do semelhante como forma total; ilustra-se e actualiza-se pela experiência concreta em que a criança apercebe a sua própria imagem num espelho. A fase do espelho constituiria a matriz e o esboço do que há de ser o ego. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p.236.)

³⁹ Vimos anteriormente que a diferença de Aulagnier em relação a Lacan consiste no fato de, para ela, o Eu não é uma instância puramente passiva construída a partir do Outro.

⁴⁰ Ver AULAGNIER, Piera. Os dois princípios do funcionamento identificatório: permanência e mudança. In *Um intérprete em busca de sentido I*. São Paulo: Escuta, 1990.

[...] O Eu é esse compromisso que nos permite reconhecer-nos como elemento de um conjunto e como ser singular, como efeito de uma história que de longe nos precedeu e como autor daquela que nossa vida conta, como morto futuro e como vivo capaz de não levar em conta demais aquilo que sabe sobre esse fim. (AULAGNIER, 1979, p. 187).

Se, no Estádio do espelho temos um momento narcísico fundamental no qual o Eu ideal se constitui, até o final do Édipo, este Eu ideal será desidealizado devido à assunção da castração.⁴¹

A castração também é um momento fundamental na constituição do sujeito; neste instante, o Eu se vê deixando de ser aquilo que imaginou que seria, mas que na verdade nunca foi.

Para Aulagnier,

[...] A castração pode ser definida como a descoberta, no registro identificatório, *de que não ocupamos jamais o lugar que acreditávamos nosso e que inversamente já estávamos destinados a ocupar um lugar no qual não poderíamos ainda encontrar-nos*. A angústia surge no momento em que descobrimos o risco que implica o saber que não estamos, para o olhar dos outros, no lugar que acreditávamos ocupar e que poderemos não mais saber de que lugar nos falam, e em que lugar nos situa aquele que nos fala. Será necessário, então, reconhecer que as referências que asseguram ao Eu seu saber identificatório podem sempre esbarrar numa ausência, num luto, numa recusa, numa mentira que obrigam o sujeito ao doloroso questionamento de seus objetos, de suas referências, de sua ideologia. Eis porque a castração é uma experiência na qual podemos entrar, mas da qual, num certo sentido, *não podemos sair*: podemos nos recusar a participar dela, podemos empreender uma desesperada marcha-ré, mas é ilusão acreditar que dela podemos sair. O que podemos fazer é assumir a experiência de forma a preservar para o Eu alguns pontos fixos, que servirão como apoio quando surgir um conflito identificatório. Acreditar na possibilidade de um mundo no qual o homem evitaria a angústia ligada à sua dependência ao desejo do Outro ou o preço a pagar pelo desejo de onipotência e pelo desejo de morte – que empreendem sempre um surdo combate – é acreditar num mito ou, então, é desconhecer completamente a psique. ... A angústia de castração é o tributo que todo sujeito paga a esta instância que se chama o Eu, e sem a qual

⁴¹ [...] Complexo centrado no fantasma (fantasia) de castração, que vem trazer uma resposta ao enigma posto à criança pela diferença anatômica dos sexos (presença ou ausência de pênis): esta diferença é atribuída a um corte do pênis da criança do sexo feminino.

A estrutura e os efeitos do complexo de castração são diferentes no rapaz e na menina. O rapaz teme a castração como realização de uma ameaça paterna em resposta às suas actividades sexuais, do que lhe advém uma intensa angústia de castração. Na menina, a ausência do pênis é sentida como um dano sofrido que ela procura negar, compensar ou reparar.

O complexo de castração está em estreita relação com o complexo de Édipo, e mais especificamente com a sua função interditoria e normativa. (LAPLACHE/PONTALIS, 1988, p. 111.).

ele não poderia ser sujeito de seu discurso. Castração e identificação são as duas faces de uma mesma unidade, e uma vez o Eu constituído, a angústia ressurgirá cada vez que as referências identificatórias oscilam. Nenhuma cultura pode proteger o sujeito contra o perigo dessa oscilação, da mesma forma que nenhuma estrutura pode preservar o sujeito da experiência de angústia. (AULAGNIER, 1979, p. 158, 159).

Com a assunção da castração e o conseqüente declínio do Complexo de Édipo, o Eu se vê remetido a uma problemática identificatória. Desidealizado, o Eu deverá realizar uma operação que vai da passagem de um Eu ideal, para um Ideal do Eu. Uma modificação na economia libidinal deverá permitir e possibilitar ao Eu o investimento em uma imagem de si futura, remodelada. A partir deste momento, o Eu estará identificado a um projeto. Aulagnier assim define o “Projeto Identificatório”:

[...] Por projeto identificatório definimos a autoconstrução contínua do Eu pelo Eu, necessária para que esta instância possa se projetar num movimento temporal, projeção de que depende a própria existência do Eu. O acesso à temporalidade e o acesso a uma historicidade são inseparáveis: a entrada em cena do Eu é, conjuntamente a entrada em cena de um tempo histórico... O projeto é a construção de uma imagem ideal que o Eu se propõe a si mesmo, imagem que poderá aparecer num espelho futuro, como o reflexo daquele que olha. (AULAGNIER, 1979, p. 154, 156).

Como dito anteriormente, o projeto identificatório corresponde ao Ideal de Eu Freudiano.

Aulagnier considera impossível proceder a uma análise da função do Eu se não for levado em conta o campo sociocultural ao qual o sujeito pertence. Sendo assim, o que o Eu espera tornar-se, sua imagem identificatória, deverá ser valorizada pelo grupo o qual privilegia e/ou repudia certos modelos. O conceito de projeto identificatório está articulado necessariamente a uma dimensão social.

Estamos assim lançados a uma dimensão para além do espaço familiar. Aulagnier considera que o registro sócio-cultural possui função metapsicológica.

O conceito de “Contrato Narcisista” refere-se a esta dimensão extra-familiar onde podemos observar um duplo movimento: a aceitação por parte do grupo deste novo sujeito que deverá valorizar e perpetuar as suas exigências, bem como o compromisso deste sujeito em valorizar e respeitar as regras deste grupo. Para Aulagnier,

- [...] A relação entre o casal parental e a criança leva sempre o traço da relação do casal com o meio social que o cerca (o termo meio remete, segundo a problemática particular do casal, à sociedade no sentido amplo ou ao subgrupo cujos ideais são partilhados pelo casal).
- O Discurso social projeta sobre o *infans* as mesmas antecipações que a antecipação própria ao discurso parental: bem antes do novo sujeito estar lá, o grupo pré-investirá o lugar que ele supostamente ocupará, na esperança de que ele transmita, de forma idêntica o modelo sócio-cultural.
- O Sujeito, por sua vez, procura e deve encontrar, neste discurso, referências que lhe permitam se projetar num futuro, a fim de que seu afastamento deste primeiro suporte, representado pelo casal parental, não se traduza pela perda de todo suporte identificatório. (AULAGNIER, 1979, p. 146,147).

O contrato narcisista é uma dimensão social onde o Eu encontra suporte identificatório.

O projeto identificatório e o contrato narcisista fazem parte de uma realidade que Aulagnier denominou “Realidade histórica”. Para a autora,

[...] acreditamos no papel essencial desempenhado pelo que chamamos a *realidade histórica*. No que se refere a esta realidade, um mesmo peso é, por nós, atribuído aos acontecimentos que podem atingir o corpo e aos acontecimentos que foram efetivamente vividos pelo casal durante a infância do sujeito, ao discurso feito à criança e às injunções que lhe foram feitas, mas *também* à posição de excluído, explorado, de vítima, que a sociedade, efetivamente, impõe ao casal ou à criança.... O reforço operado pela realidade social: rejeição, mutilação, ódio, despossessão; todas situações às quais nos remete a problemática psicótica, nós as encontramos realizadas e não mais simplesmente fantasiadas na relação do meio ao casal. (AULAGNIER, 1979, p. 153).

Para finalizar, devemos dizer que, para Aulagnier, o corpo ocupa um lugar no funcionamento psíquico; em cada etapa, vemos este corpo ser representado de acordo com o postulado em que se encontra: no originário, como sendo auto-engendrado; no primário, como sendo causado pela onipotência do desejo do Outro; no secundário, ou pelo Eu, como tendo uma causalidade intelegível. O corpo é esta base somática que, representada pelo Eu, irá compor uma unidade para o sujeito.

Quando me refiro ao corpo representado pelo Eu no processo secundário como compondo uma unidade para o sujeito, quero dizer que, com o advento do Eu, uma organização na imagem corpórea de si se dá em oposição ao funcionamento anárquico e fragmentado da sexualidade que caracteriza o auto-erotismo.

2.4 O superego em adolescentes infratores: O Outro da Lei nos fora da Lei

Vimos na seção anterior que o ego não é uma instância pronta, dada a priori; se constitui a partir de um “meio psíquico ambiente”, antecipado, historicizado e estruturado pela linguagem.

Assim como o ego, o superego também se constitui em um “meio psíquico ambiente”, estruturado, antecipado e historicizado pela linguagem.

Veremos nesta seção como o superego comporta duas dimensões: uma voltada para exigência pulsional, do Id, e uma outra voltada para a influência moral, ética, do campo do Outro.

Como dito anteriormente, em janeiro de 2000 iniciei minha práxis clínica em um estabelecimento que se destina à execução da medida sócio-educativa de internação aplicada a adolescentes autores de ato infracional após o devido processo legal.

Vimos que a legislação brasileira prevê seis diferentes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semi-liberdade e internação. A construção dessa experiência se passa em um espaço institucional privativo de liberdade, o que introduz na dinâmica dos fatos, nas inter-relações e no atendimento uma série de efeitos específicos, causados mesmo pelo estado de privação de liberdade.

Todo psicólogo, bem como todos os profissionais que lidam ou irão lidar com a clínica de adolescentes ou outras modalidades que os envolvem, devem considerar as seguintes questões: para Maurício Knobel, as características que descrevem o estar adolescente são

[...] (1) busca de si mesmo e da identidade; (2) tendência grupal; (3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; (4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até um misticismo mais fervoroso; (5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características do pensamento primário; (6) evolução sexual manifesta, que vai do auto-erotismo até a heterossexualidade genital adulta; (7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associadas; (8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão

mais típica deste período de vida; (9) uma separação progressiva dos pais e; (10) constantes flutuações do humor e do estado de ânimo. (ABERASTURY & KNOBEL, 1989, p. 29).

Uma outra característica típica – e agora iremos falar especificamente de adolescentes infratores – é a presença de um superego peculiar, formado a partir de um meio psíquico ambiente⁴² próprio, em uma estrutura familiar marginal, diferente dos modelos idealmente esperados pela ideologia tradicional burguesa.

A presença de um superego peculiar é a questão que este texto pretende levantar, toda ela baseada na experiência e na práxis cotidiana com adolescentes e com suas respectivas famílias.

A peculiaridade do superego em adolescentes infratores diz respeito e se justifica devido a um modo de ser próprio a este grupo, a um estilo de conduta. Suas exigências morais, seus imperativos éticos, as severidades e crueldades das cobranças possuem um caráter próprio diferente da norma vigente.

Foi a partir do atendimento clínico e da investigação dos campos institucionais, jurídicos, sociais, que são, a meu ver, os quatro campos de atuação do psicólogo em uma instituição destinada ao cumprimento da medida sócio-educativa de internação, que se pôde chegar à hipótese de uma peculiaridade do superego em adolescentes infratores.

O texto não tem a pretensão de fazer uma exegese do superego dentro da Psicanálise; mas é um convite a uma releitura atenta do texto freudiano relativo ao superego, pois, considero que em várias passagens as significações possíveis da formação e constituição do superego dão margens às interpretações tendenciosas, principalmente aquelas que dizem respeito às questões morais, éticas e relativas a modelos e ideais sociais.

Mas o que vem a ser o superego para a psicanálise? Laplanche e Pontalis o definem como sendo:

⁴² Para Aulagnier (1979, p.105) “[...] todo indivíduo nasce em um espaço falante.” **O meio psíquico ambiente** é justamente este espaço, sendo a família um “minúsculo fragmento do campo social”, um “micro meio”, responsável pela organização das primeiras relações objetais do *infans*. O meio familiar primeiramente funciona e serve de elo intermediário percebido e investido pela criança como

[...] uma das instâncias da personalidade tal como Freud a descreveu no quadro da sua segunda teoria do aparelho psíquico: o seu papel é assimilável ao de um juiz ou de um censor relativamente ao ego. Freud vê na consciência moral, na auto observação, na formação de ideais, funções do superego. Classicamente, o superego é definido como o herdeiro do complexo de Édipo; constitui-se por interiorização das exigências e das interdições parentais. Certos psicanalistas recuam para mais cedo a formação do superego, vendo esta instância em ação desde as fases pré-ediípianas (Melanie Klein) ou pelo menos procurando comportamentos e mecanismos psicológicos muito precoces que constituíram precursores do superego (Glover, Spitz, por exemplo). (LAPLANCHE & PONTALIS 1988, p. 643).

Iremos considerá-lo no seu duplo aspecto: um, voltado para a exigência pulsional, do ID, e um outro, voltado para a influência moral, religiosa, de valores e imperativos éticos. O superego comporta essas duas dimensões.

[...] O superego, contudo, não é simplesmente um resíduo das primitivas escolhas objetais do ID; ele também representa uma formação reativa enérgica contra essas escolhas. A sua relação com o ego não se exaure com o preceito: 'Você deveria ser assim (como seu pai)'. Ela também compreende a proibição: 'Você não pode ser assim (como seu pai), isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz; certas coisas são prerrogativas dele.' (Freud, 1937-1939, p. 49) “[...] O ideal do ego, portanto, é o herdeiro do complexo de Édipo, e, assim, constitui também a expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do id. Erigindo esse ideal do ego, o ego dominou o complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, colocou-se em sujeição ao id. Enquanto que o ego é essencialmente o representante do mundo externo, da realidade, o superego, coloca-se em contraste com ele, como representante do mundo interno. (FREUD, 1923-1925, p. 51)⁴³

Este trecho do texto freudiano nos leva, a meu ver, a uma série de interpretações, tendo como causa o fato mesmo da duplicidade do superego apontada por Freud.

Localizo também aqui o ponto em que os entendimentos dos imperativos do superego são tendenciosos. Por que certos colegas psicanalistas, em discussões

“metonímia do todo”. Segundo Aulagnier, os dois organizadores essenciais do espaço familiar são o discurso e o desejo do casal parental.

⁴³ Neste instante o superego em Freud se confunde e é sinônimo de ideal do ego. Na 31ª conferência das ‘Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise’, de 1933, Freud parece, no entanto, sugerir a idéia de uma diferenciação entre duas dimensões: “[...] Resta mencionar mais uma importante função que atribuímos a esse superego. É também o veículo do ideal do ego, pelo qual o ego se avalia, que o estimula e cuja exigência por uma perfeição sempre maior ele se esforça por cumprir.” (FREUD, 1932-1936, p. 84)

teóricas e clínicas, tendem a pensar o superego somente em sua vertente de imperativos morais, éticos, socialmente aceitos? Por que o não entendimento das exigências do id, de suas “mais importantes vicissitudes libidinais? Qual seria a instância psíquica responsável pelo atendimento das exigências pulsionais? Qual instância realizaria os imperativos – faça, não deixe de fazer, mate, roube, transgrida, goze?

Entendo que o superego também é a instância realizadora dessas exigências, o veículo pelo qual o id seria atendido em suas mais importantes vicissitudes libidinais. O superego deve ser considerado nesse duplo aspecto.

Em discussões de casos clínicos, muitas vezes ouvimos a expressão “falta o superego nos adolescentes infratores”.

Como pensar o sujeito sem considerar as três instâncias psíquicas, a saber, o Id, o Ego e o Superego?

Por ser entendido, muitas vezes, apenas em uma vertente, aquela relativa à formação enérgica às exigências do id, e o texto freudiano dá margens a essa tendência, que o superego é tido como ausente naqueles em que a transgressão se faz presente em ato.

Lemos também “[...] O superego ao longo do desenvolvimento do indivíduo, recebe contribuições de sucessores e substitutos posteriores aos pais tais como professores e modelos, na vida pública, de ideais sociais admirados.” (Freud, 1937-1939, p. 171).

Nesta passagem, Freud nos diz que o superego ‘recebe contribuições de sucessores e substitutos posteriores aos pais como professores e modelos na vida pública de ideais socialmente admirados’, ou seja, o superego não se constitui apenas a partir destes preceitos, não os toma totalmente como referenciais em sua formação; se assim o fosse, deveríamos imaginar uma sociedade ideal, constituída de eus ideais, socialmente admirados.

[...] Facilmente podem adivinhar que, quando levamos em conta o superego, estamos dando um passo importante para nossa compreensão do comportamento social da humanidade – do problema da delinquência, por exemplo – e, talvez, até mesmo

estejamos dando indicações práticas referentes à educação. (FREUD, 1932, p. 87).

Em relação aos adolescentes infratores, preceitos morais como não matar, não roubar, dentre outros, são por eles, questionáveis; não devemos afirmar a inexistência destes preceitos, mas devemos reconhecê-los como tênues, transponíveis, transgredidos. Veremos posteriormente alguns dos preceitos seguidos pelos adolescentes, suas regras e mandamentos.

Retomando a citação freudiana, o que ele quer dizer com “modelos, na vida pública de ideais sociais admirados”? Teríamos apenas um modelo de ideal socialmente admirado? O que dizer dos legítimos representantes do tráfico? Do poder paralelo? Dos justiceiros⁴⁴, dos líderes de rebeliões, e dos modelos, em outro público tão admirados?

Não raro, em atendimento aos adolescentes infratores, escutamos suas grandes admirações por modelos “não socialmente aceitos”. Vários são os projetos identificatórios⁴⁵ em que os adolescentes tomam como modelo e se identificam⁴⁶ aos grandes do poder paralelo, da criminalidade. Estes são também alguns modelos por eles admirados, almejados.

Estando os adolescentes internados, cumprindo medida socioeducativa privativa de liberdade, ou mesmo fora desta condição, nas gangues de rua, não raro constatamos a formação de grupos em que os seus integrantes elegem um líder o qual assume o comando e dita o que deve e o que não deve ser feito. Muitos são os adolescentes que realizam ações, as mais variadas sob o comando de um líder por eles eleito.

⁴⁴ **Justiceiros** são aqueles sujeitos que fazem justiça com as próprias mãos. Matam bem como tomam outras providências em nome de uma justiça própria e entendem seus gestos como justos, devidos.

⁴⁵ Conceito elaborado por Piera Aulagnier e que pode ser entendido como sendo o mesmo que o ideal do ego em Freud.

Ideal do ego: [...] Expressão utilizada por Freud no quadro da sua Segunda teoria do aparelho psíquico: Instância da personalidade resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com seus substitutos e com os ideais coletivos. Enquanto instância diferenciada, o ideal do ego constitui um modelo a que o indivíduo procura conformar-se. (LAPLANCHE/PONTALIS, p.289).

⁴⁶ **Identificação:** “[...] Processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa

Na definição freudiana, o líder é aquele sujeito que encarna o ideal do ego dos membros de um determinado grupo.

Na minha experiência, aqueles que vi ocupar este lugar, o de líder, eram sujeitos que possuíam algumas qualidades do tipo: histórico vasto de atos infracionais, principalmente homicídios; apresentavam o que os adolescentes chamavam de “disposição”⁴⁷; demonstravam habilidades na arte da negociação; eram chefes do tráfico; demonstravam coragem e se expunham à possibilidade da morte sem temor aparente.

Podemos afirmar que os grandes líderes de rebeliões, dos grupos, do tráfico, dos comandos são os legítimos representantes da lei paralela, com seus códigos próprios, avesso à moralidade dominante, da lei normalizadora, da ética dos “bons princípios”; destaco os bons princípios, pois, estes líderes se arrogam em dizer que seus códigos devem ser seguidos por verem neles também uma eticidade, uma moralidade, diferente, mas não isenta de princípios.⁴⁸

Assim como na definição freudiana “[...] o superego de uma criança é, com efeito, construído segundo o modelo não de seus pais, mas do superego de seus pais.” (FREUD, 1932-1933, p. 87), podemos dizer que o superego dos adolescentes infratores é com efeito construído segundo o modelo não de seus líderes, mas do superego dos seus líderes.

Não desconsidero a máxima freudiana de que o superego é herdeiro do complexo de Édipo, mas considero o fato de, desde muito cedo, os adolescentes os quais estamos trabalhando, por não encontrarem espaço no desejo do par parental, buscam nas ruas, e nelas passam grande parte de suas existências, os modelos a serem seguidos, seus líderes.

peessoa. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações.” (LAPLANCHE/PONTALIS, p.295).

⁴⁷ Característica daqueles que tem disposição para matar, roubar e praticar todo tipo de ato infracional.

⁴⁸[...] Os criminosos agem com consciências felizes. Não se julgam fora da lei ou da moral, pois conduzem-se de acordo com o que estipulam ser o preceito correto. A imoralidade da cultura da violência consiste justamente na disseminação de sistemas morais particularizados e irreduzíveis a ideais comuns, condição prévia para que qualquer atitude criminosa possa ser justificada e legítima. (COSTA, Jurandir Freire. O Medo Social in Veja 25 anos – Reflexões para o Futuro).

Já vimos que para Freud as três modalidades de identificação são: identificação ao desejo, ao sintoma e ao objeto.

Considero que, o processo de identificação dos adolescentes infratores a seus líderes comporta essas três dimensões.

O desejo de poder, de reconhecimento, de aparição, de matar dos líderes criminosos é admirado e almejado pelos membros do grupo.

Se entendermos os atos criminosos dos líderes como sintomas, inclusive sociais, devemos aceitar que os adolescentes infratores se identificam ao sintoma daqueles os quais admiram; os copiam e realizam os mesmos atos como forma de aceitação e reconhecimento por parte do grupo o qual estão inseridos.

O desejo dos líderes não só se manifestam em ato, mas também pela linguagem. Veremos posteriormente que a marginalidade possui uma linguagem repleta de códigos, de gírias, que também são admiradas, valorizadas e perpetuadas pelo grupo como forma de demarcação de uma diferença: diferença social no modo de ser, de agir, de querer ser e de representar o mundo.

A linguagem condensa, a meu ver, as três modalidades de identificação. Por ela e através dela capturamos as modalidades referidas.

Os objetos valorizados e almejados pelos líderes também os são pelos membros do grupo. O modo de vestir, as armas, as jóias, os carros, as motos, enfim, todos os bens de consumo idealizados pelo líder são também idealizados pelos membros do grupo.

Podemos concluir que os membros do grupo se identificam ao projeto identificatório do líder.

Após procedermos à leitura de alguns textos freudianos que versam sobre o superego, passemos agora à análise de dois espaços fundamentais para se pensar a constituição do sujeito; obviamente a ênfase dada aqui recai sobre o superego, pois, é a instância focalizada e investigada.

Os dois espaços os quais me refiro são: a família e o meio social; este último

entendido como espaço outro, para além do complexo de Édipo e/ou do parental.

Considerando a máxima freudiana de que “o superego é herdeiro do complexo de Édipo”, passemos agora à análise da família, primeiro núcleo organizador ou quem sabe desorganizador das tenras relações objetais as quais formam este precipitado que Freud chama de superego.

[...] O amplo resultado da fase sexual dominada pelo Complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no Ego, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do Ego retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do Ego como um ideal do Ego ou Superego. (FREUD, 1923-1925, p. 49).

Não só os adolescentes são atendidos diariamente em suas interações, mas também seus familiares.

Há toda uma programação existente no centro que contempla o atendimento às famílias.

Semanalmente, os familiares dos adolescentes são atendidos pela equipe técnica. Nestes atendimentos se prioriza a singularidade de cada caso bem como a história pessoal de cada membro familiar. Deve-se sempre procurar uma articulação entre a história familiar e o caso dos adolescentes internados, sendo estes, o foco por onde circula toda problemática.

Além dos atendimentos individualizados dos membros familiares, há toda uma programação que viabiliza encontros de grupos, bem como programações festivas que valorizam a participação da família no acompanhamento dos casos.

Tratar e integrar a família na condução dos casos é uma das prioridades realizadas pela equipe técnica do centro o qual me refiro⁴⁹

Além do trabalho direto realizado junto aos familiares dos adolescentes, uma outra atividade é considerada fundamental para apreensão, entendimento e compreensão da estrutura familiar a qual estamos tratando. Refiro-me às visitas

⁴⁹CIA BH Centro de integração do adolescente – Belo Horizonte/MG

domiciliares realizadas pela equipe técnica.

Como o próprio nome indica, as visitas domiciliares compreendem visitas realizadas às residências dos familiares dos adolescentes.

Considerando a influência na formação dos adolescentes, analisando sua estrutura e a natureza de suas relações, a família ocupa um lugar de destaque na perspectiva de trabalho; é necessário que seja considerada parte integrante e ativa na condução dos casos.

Foi a partir do atendimento clínico direto com os familiares dos adolescentes, através de encontros e reuniões, e da verificação da realidade social na qual estão inseridos, pelas visitas domiciliares, que se pôde traçar o perfil e proceder a análise das famílias destes adolescentes.

Roudinesco, em seu livro *A família em desordem* nos diz:

[...] Em 1870, Frédéric Lê Play, sociólogo liberal e evolucionista,...., divide a família em três tipos: a família patriarcal, em que os descendentes permanecem sob a dependência do pai até sua morte; a família de linhagem, em que apenas um dos filhos herda, permanecendo sob o teto de seus pais; a família restrita que se reduz ao casal e aos filhos. A cada estrutura corresponde, segundo Lê Play, uma etapa da evolução rumo ao mundo moderno, que conduz a família à sua dissolução. (ROUDINESCO, 2002, p. 42).

A família dos adolescentes em questão também difere da ordem familiar econômica burguesa onde a estrutura possui três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos.

Poderíamos considerá-la uma família em desordem?

O que a princípio podemos considerar é que possui uma organização peculiar, fora dos padrões estabelecidos e tidos como ideais. Em sua maioria, a mãe é quem trabalha e organiza o espaço familiar.

A figura paterna, muitas vezes se acha ausente, e, quando de sua presença, é responsável por agressões e violência em excesso, causadora de traumas, frustrações, perdas e abandono, bem como do esfacelamento do espaço familiar. Costuma ser também um legítimo representante do tráfico, das gangues, com seus

valores específicos, com suas leis próprias, estando elas às margens dos códigos e dos pactos tradicionalmente aceitos. “[...] O pai é o primeiro representante dos outros, ou do discurso dos outros (do discurso do meio).” (AULAGNIER, 1979, p. 138).

Ocupando um lugar de destaque no desfecho do Complexo de Édipo e responsável também pelas primeiras identificações, o pai, começa aí a refletir sua imagem para o olhar do outro, sendo parte integrante na formação do superego do menino ou da menina.

[...] Os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância serão gerais e duradouros. Isso nos conduz de volta à origem do ideal do ego; por trás dele jaz oculta a primeira e mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação com o pai em sua própria pré-história pessoal. (FREUD, 1923-1925, p. 45) “[...] O superego retém o caráter do pai.” (FREUD, 1923-1925, p. 49).

Neste instante, como dito anteriormente, o superego se confunde e é sinônimo do ideal do ego.

Não raro, em atendimento aos adolescentes infratores, constatamos a identificação destes em relação aos pais opressores, violentos; muitas vezes, seus atos infracionais são uma repetição dos crimes e dos atos violentos cometidos pelos seus respectivos pais. Sofrer e presenciar atos agressivos na condição passiva e posteriormente repeti-los na condição ativa, é um dado clínico a ser considerado.⁵⁰

Fazer um percurso junto aos adolescentes em suas identificações, retificá-las possivelmente, é uma das direções nas conduções dos casos.

Retomando a estruturação familiar, a mãe, mesmo sendo em sua maioria responsável pelo trabalho e pela organização familiar, também é acometida por patologias diversas, causadas pela dinâmica familiar e também, por que não dizer, pela miséria na qual está inserida.

Em relação à participação nas atividades do centro, nos atendimentos e nas

⁵⁰Os casos de adolescentes que cometeram estupro, em sua maioria, apresentaram a reversibilidade pulsional citada. Não me aprofundarei nesta questão aqui por considerá-la uma problemática específica que nos remete ao estudo das pulsões e suas vicissitudes bem como às questões relativas ao sadismo e ao masoquismo

visitas, as mães superam consideravelmente os pais⁵¹.

[...] De maneira geral o termo mãe vai, a partir de então, se referir a um sujeito em quem supomos as seguintes características: - a repressão bem realizada de sua própria sexualidade infantil; - um sentimento de amor dedicado à criança; - seu acordo com o essencial do que o discurso cultural do seu meio diz sobre a função materna; - a presença, a seu lado, de um pai da criança a quem ela dedica sentimentos positivos. (AULAGNIER, 1979, p. 110).

Tanto a função materna quanto a função paterna encontram-se abaladas naquilo que se espera de um “meio psíquico ambiente” favorável à constituição do ego e do superego; o discurso e o desejo do par parental são dois organizadores essenciais, do psiquismo. “[...] para a Psicanálise a família, seja qual for sua evolução e sejam quais forem as estruturas às quais se liga, será sempre uma *história* de família, uma *cena* de família.” (ROUDINESCO, 2003, p.129).

A família, sendo um meio psíquico privilegiado pela psique do *infans*, quando em desordem, desestrutura-se e é atravessada pelo caos afetivo e econômico, contribui para que a rua se torne para a criança o local de sua moradia.

Faremos agora uma incursão para um espaço outro, para uma “cena extra familiar”; consideraremos o meio e o registro sociocultural que, para Aulagnier e para Freud, exercem função meta psicológica.

[...] A relação entre o casal parental e a criança leva sempre o traço da relação do casal com o meio social que o cerca (o termo meio remete, segundo a problemática particular do casal, à sociedade no sentido amplo ou ao subgrupo cujos ideais são partilhados pelo casal). – O discurso social projeta sobre o *infans* a mesma antecipação que a antecipação própria ao discurso parental: bem antes do novo sujeito estar lá, o grupo pré-investirá o lugar que ele supostamente ocupará, na esperança de que ele transmita, de forma idêntica o modelo sociocultural. – O sujeito, por sua vez, procura e deve encontrar, neste discurso, referências que lhe permitam se projetar num futuro, afim de que seu afastamento deste primeiro suporte, representado pelo casal parental, não se traduza pela perda de todo suporte identificatório. A realidade da opressão social sobre o casal, ou da posição dominante exercida pelo casal, desempenhará um papel na maneira pela qual a criança elaborará seus futuros enunciados identificatórios. (AULAGNIER, 1979, p. 146,147).

O espaço extra-familiar, é, em grande parte, o local pelo qual e através do

⁵¹Não raro, os pais dos adolescentes infratores são impossibilitados de comparecerem às atividades e às visitas no centro por estarem cumprindo pena em outro sistema penal.

qual o ego e o superego irão constituir-se.

Não tendo encontrado lugar no desejo do par parental, é nas ruas, nas gangues, nos grupos, através de um contrato narcisista⁵², de um pacto de troca, que o sujeito irá investir uma parte significativa de sua libido, esperando sempre uma recompensa, um lugar, um reconhecimento, um nome. Sua história será em grande parte construída e constituída nestes espaços para além da cena familiar⁵³.

O medo, a insegurança, a incerteza, a desconfiança, a exploração, os abusos, as drogas, a morte, são fatos e elementos de seu cotidiano que alicerçam e embasam suas representações, marcadas pela dramaticidade de seu existir.

Em Freud, vemos também assegurado o lugar do meio na formação do ego e do superego.

[...] Os pormenores da relação entre o ego e o superego tornam-se completamente inteligíveis quando são remontados à atitude da criança para com os pais. Esta influência parental, naturalmente, inclui em sua operação não somente a personalidade dos próprios pais, mas também as famílias, as tradições raciais e nacionais por eles transmitidas, bem como as exigências do *milieu* social que representa. (FREUD, 1937-1939, p. 171).

Devemos entender e ter como postulado que, todo sujeito é atravessado, constituído e formado também a partir de sua “realidade histórica”. Obviamente é necessário dizer que a valorização do conceito de realidade histórica⁵⁴ em nada

⁵² Conceito elaborado por Aulagnier que diz respeito à relação da criança com o meio social. Para a autora, é necessário que o grupo social reserve um lugar a esta criança e a invista como legítimo ocupante deste lugar. A criança demanda ao grupo reconhecimento de que ela lhe pertence. “[...] A qualidade e a intensidade do investimento presente no contrato que liga o casal parental ao meio, como reconhece Aulagnier, agirão no espaço em que o Eu da criança deverá se constituir.” (VIOLANTE, 2001, p. 60).

⁵³ “[...] Podemos argumentar que esse isolamento dos adultos mais próximos pode levar muitos jovens a buscarem ideais dentro de grupos e de gangues, a buscar entusiasmo e valentia nas drogas.” SERENY, Gitta. *Gritos no Vazio*. A História de Mary Bell. Belo Horizonte (Gutenberg, 2002, p. 411).

⁵⁴ “[...] No que tange à “realidade histórica”. Aulagnier atribui o mesmo peso tanto aos acontecimentos que podem atingir o corpo da criança aqueles “que foram efetivamente vividos pelo casal durante a infância do sujeito, o discurso feito à criança e as injunções que lhe foram feitas” (VI, p.216) - quanto à “posição de excluído, explorado, de vítima, que a sociedade, efetivamente, impõe ao casal ou à criança”. Segundo Aulagnier, em certo número de anamnese de psicóticos, “surpreendemo-nos com o reforço operado pela realidade social: rejeição, mutilação, ódio, despossessão; todas as situações às quais a problemática psicótica nos remete são encontradas realizadas e não mais simplesmente fantasiadas, na relação do meio com o casal” (VI, p.153). (VIOLANTE, 2001, p. 60).

implica numa desvalorização da realidade psíquica

Após termos percorrido os espaços privilegiados que corroboram na formação do superego, sendo eles, o núcleo familiar e o meio social, passemos agora para análise do meio onde esta construção se revela, se evidencia, através de enunciados próprios, particulares e singulares.

O acesso às representações, ao discurso, se dá através do atendimento direto aos adolescentes e a seus respectivos pais.

Inevitavelmente, o fenômeno da transferência aparece, sendo ela positiva, negativa e mista; seu manejo é fundamental na condução dos casos.⁵⁵

O que primeiramente nos deparamos é com uma linguagem própria, carregada de gírias e de códigos. Penetrar nesta linguagem, abrir espaço para que ela apareça, desvendá-la e apreendê-la, é uma tarefa necessária para que a comunicação se estabeleça e o trabalho se efetue. Não só o discurso se apresenta em sua especificidade; uma série de leis e exigências se faz presentes no cotidiano da internação.

Todo um conjunto de regras deve ser obedecido e a cobrança para quem rompe o pacto é severa, chegando mesmo à pena de morte.

Em meio a uma série de leis, duas se destacam pela severidade de sua cobrança; são elas: - os adolescentes não perdoam a quem eles chamam de “x9”, “cagüete”, “dedo duro”, aquele que entrega os planos, as armações, os segredos. A pena para quem rompe o pacto do segredo é o isolamento, agressões violentas ao corpo e em última instância, a pena de morte. Tal atitude é inaceitável por parte dos adolescentes.

O adolescente que tem como ato infracional o estupro, a quem eles chamam “Jack”, não é aceito no grupo; não existe aceitação parcial; a pena para quem cometeu este delito é a de morte. É necessário, no atendimento destes casos, a

⁵⁵Obviamente, o fenômeno da transferência em uma instituição privativa de liberdade apresenta especificidades provocadas pelo estado mesmo de perda de liberdade. Dentre os vários lugares em que o analista é posto nas representações dos adolescentes, um particularmente chama a atenção: o analista é aquele que representa a possibilidade de conquista ou adiamento da liberdade através de seus relatórios.

criação de um lugar próprio para o cumprimento da internação; o quadro de horários de todas as atividades destes adolescentes deve ser alterado, considerando a dinâmica das atividades dos outros internos. Vários são os argumentos para fundamentar a pena decretada pelo grupo para quem comete este ato infracional. Romper com estes princípios é uma tarefa difícil e talvez quase “impossível”. Esta lei está presente em todos os presídios e é defendida assim como é sustentada como princípio por todos os detentos.

Temos também: - não roubar pertences dos colegas (ladrão de varal); - higiene nas horas de refeição (não é permitido entrar sem camisa e manifestações corpóreas desagradáveis); - respeitar a higienização pessoal; - respeitar a hora do sono dos colegas; - respeitar os familiares, as namoradas e todos aqueles que se apresentam nos dias de visita; - toda promessa deve ser cumprida.

Todas as transgressões são inevitavelmente penalizadas pelos próprios integrantes do grupo.

Enfim, ao contrário de algumas afirmações que pregam a inexistência do superego em adolescentes infratores bem como a não internalização da lei, temos aí confirmada, a presença sim, de um superego exigente, severo, ameaçador, que não perdoa e cobra implacavelmente as transgressões das leis próprias deste grupo. Vimos também confirmadas a presença dos códigos a serem cumpridos, dos pactos a serem respeitados.

O contrato narcisista se efetiva a partir deste duplo movimento: a aceitação por parte do grupo deste novo sujeito que irá valorizar e perpetuar as suas exigências, e o compromisso deste sujeito em valorizar e respeitar o grupo, projetando-se nele como parte integrante deste lugar que irá lhe conferir um reconhecimento.

2.5 O conceito de potencialidade

Para Aulagnier, o que fundamenta, justifica e dá sentido ao conceito de psicopatologia é o funcionamento da instância denominada Eu.

O Eu não é um dado a priori, mas uma instância a ser construída ao longo de um percurso histórico. Neste sentido, tornou-se necessário percorrer um caminho teórico que se iniciou com o originário, o processo primário até a formação do Eu e/ou o processo secundário.

Na linguagem de Aulagnier, um caminho que vai de T0-T1 até a chegada de T2⁵⁶ onde se instala a potencialidade com a assunção (ou não, ou parcial) da castração.

O conceito de potencialidade só é possível com o advento do eu.

Ao longo de sua práxis clínica e após seu rompimento com Lacan, em 1969, Aulagnier introduz no arsenal conceitual psicanalítico a noção de potencialidade.

Violante considera que:

[...] Em 1975, Aulagnier passa a substituir o termo “estrutura” por “*potencialidade*”: potencialidade neurótica, psicótica (a esquizofrenia e a paranóica) e polimorfa ou composta – a toxicomania, a perversão, certas formas de somatização e a relação passional e alienante. (VIOLANTE, 1994, p.133).

Considerar que Aulagnier apenas substitui o termo estrutura por potencialidade parece-me a princípio um equívoco, pois, esta consideração sugere ter havido uma simples troca de termos, de estrutura para potencialidade; isto não teria nada de inovador.

Vejo com reservas tal consideração, pois, o conceito de potencialidade é original, próprio, e traz em sua elaboração uma especificidade.

Aulagnier mantém sim as noções estruturais de neurose, psicose e perversão, mas elabora de forma *sul-generis* estas noções como veremos.

⁵⁶T0 – Designa o momento do nascimento do *infans*

T1 – O advento do eu

T2 – Tempo de concluir. Uma virada e uma encruzilhada no movimento identificatório, que não se prestam a uma definição unívoca. A necessidade do eu de modificar sua relação de dependência em relação ao pensamento dos pais é um dos acontecimentos responsáveis por essa virada. Tempo em que há a instalação de uma potencialidade que poderá, num tempo mais ou menos próximo ou distante, adotar a forma manifesta de uma neurose, de uma psicose ou dessas problemáticas polimorfas das quais a perversão, certas expressões somáticas, certos comportamentos atuados são protótipos. “[...] As posições defensivas que se instalam em T2 são a “conclusão” que o eu dá para uma “psicopatologia” infantil, polimorfa e da qual sempre encontraremos signos.” (AULAGNIER, 1984, p. 213, 240).

Em 1975, no seu livro *A violência da interpretação*, Aulagnier utiliza o termo potencialidade. De forma ainda indefinida, a autora diz se tratar de uma “potencialidade psíquica” que poderá se manter enquanto tal ou gerar a eclosão de uma psicose no caso da potencialidade esquizofrênica e da paranóia.

Sendo assim, segundo Violante,

[...] A potencialidade fica assim entendida como se fosse algo virtual, em potencial, ou seja, uma *disposição psíquica* estabelecida na infância – fator que Freud atribui à fixação da libido, incluindo-o na sua “série complementar”, ao lado do fator constitucional e do advindo das experiências infantis e da idade adulta. (VIOLANTE, 1994, p. 133,134).

Em 1984, em seu livro *O Aprendiz de Historiador e o Mestre Feiticeiro – Do discurso identificante ao discurso delirante*, Aulagnier define, numa acepção mais ampla, o conceito de potencialidade.

[...] É neste ponto, designado no meu esquema por T2, que se instala a potencialidade (neurótica, psicótica, polimorfa) que decidirá sobre as formas de resposta e de defesa (neurótica, psicótica, perversa, somática) de que poderá dispor o eu confrontado com um conflito que pode surgir em diferentes pontos de seu percurso. *O conceito de potencialidade engloba os “possíveis” do funcionamento do eu e de suas posições identificatórias, uma vez terminada a infância.* (AULAGNIER, 1984, p. 228).

O que a potencialidade vem instaurar em definitivo é um leque de respostas que o eu pode dar aos conflitos por ele vividos em relação aos objetos, em relação ao seu encontro com o eu do outro, com suas demandas e em relação às dificuldades enfrentadas no confronto com a realidade.

Para Aulagnier,

[...] A teoria analítica nos oferece critérios – não são os únicos, mas são os nossos – não para definir a totalidade das respostas (neste registro o mesmo ocorre com a história do indivíduo e com a história de uma cultura: ninguém pode prever os possíveis futuros), mas pode elucidar as *condições* cuja presença ou ausência entravam *inevitavelmente* o funcionamento do eu. Dessas condições nossa teoria parece ter dado, com razão a meu ver, um leque completo, por mais extenso que seja o campo de observação ou mais antigos que sejam os escritos que delas tratam. (AULAGNIER, 1984, p.228).

Ainda segundo Aulagnier, o poder maléfico ou benéfico de um encontro, de

um desencontro, de uma perda, enfim, de um episódio, depende de múltiplos fatores, mas sua grande importância será sempre proporcional às repercussões sobre a economia identificatória do eu.

Em relação aos acontecimentos que o coloca em risco, o eu deverá recorrer ao seu arsenal de defesas; descobrir uma de suas propriedades, achar respostas inéditas, providenciar soluções que possam senão superá-los, pelo menos torná-los vivíveis.

[...] Está em poder do eu, de seu trabalho de investigação, de conhecimento, de previsão, *inventar* respostas frente às mudanças do “meio” psíquico e físico que o envolve, mas que não está em seu poder inventar novas defesas, se certas condições (externas ou internas), necessárias para seu funcionamento, lhe faltarem. (AULAGNIER, 1984, p. 228).

Vimos anteriormente que o conceito de potencialidade só é possível a partir do advento do eu.

O eu por sua vez advém a partir de um edifício identificatório que, segundo Aulagnier, passa por sucessivos resultados de encontro entre a sua dimensão identificante e a identificada pelo olhar e a fala do outro.

O processo identificatório é contínuo, não cristalizado; há no processo construtivo do eu sempre um movimento, uma não paralisação de sua form(a)ção.

[...] Uma seqüência de identificados vêm alternadamente se juntar ao identificante, e são a fonte desse trabalho de *automodificação* que o eu infantil opera, a favor ou contra o desejo do outro. Se porventura se deixasse capturar, ou se ele mesmo se fixasse numa única dessas posições, o movimento identificatório cessaria. A crença do eu na existência de *um* identificado, fonte de prazer ou de conflito, mas que ele acredita ser o único possível no momento em que o encontra, está ligada à sua dependência, alternadamente aceita ou recusada, da imagem que lhe remete de si mesmo este outro, objeto de um investimento privilegiado. (AULAGNIER, 1984, p.229).

Ainda segundo Aulagnier, a partir de certo ponto, as informações que os outros e a realidade enviam a um eu, o faz crê na inexistência de *um* identificado.

Em sua relação com a realidade, o eu percebe no olhar do pai, da mãe, de um irmão, de um amigo, de um avô, que,

[...] nenhum olhar pode se pretender único espelho e que o conjunto dos olhares desses outros, por ele investidos, lhe propõe as peças de um quebra cabeça que só ele pode montar: é ele que terá de escolher aquelas que o ajudarão a prosseguir e a consolidar sua construção identificatória. (AULAGNIER, 1984, p. 230).

As peças de um quebra cabeça; eis a metáfora a qual recorre Aulagnier para pensar o “edifício identificatório”.

Seguindo a metáfora proposta por Aulagnier, o edifício identificatório ou, o quebra cabeça, será sempre composto pelas primeiras peças que garantem para o sujeito seus pontos de certeza ou suas referências simbólicas. Estas primeiras peças, estes primeiros encaixes, foram providas pelos identificados presentes no discurso parental; de modo prevalente, no materno. Esta seria a dimensão identificada na qual o eu é historicizado e antecipado pelo discurso do Outro.

A essas primeiras peças se juntarão os identificantes pelo qual a criança se nomeia, se identifica e se reconhece; primeiramente apoiados nos significantes parentais para depois deles se distanciarem. Esta é a dimensão identificante.

O edifício identificatório é composto por essas duas dimensões: a identificada e a identificante; por isso ele é sempre compósito.

Para que um quebra cabeça se sustente, é preciso que as peças estejam bem ajustadas entre si; ainda assim, por mais que a construção esteja aparentemente firme, com as peças bem encaixadas, existirão sempre pontos de fragilidade, riscos de desencaixe e de fissura entre as peças.

Se a fissura se situar no interior do primeiro agrupamento, teremos a potencialidade psicótica, onde o conflito se estabelecerá entre as dimensões identificada e identificante do eu.

Se a fissura ocorrer entre o primeiro agrupamento e as peças acrescentadas que são testemunhas do que se tornou e do que está se tornando o eu, teremos a potencialidade neurótica; esta por sua vez, ameaça a relação do eu com seus ideais “[...] únicos capazes, acredita ele, de atrair em seu favor o amor, a admiração, o desejo.” (AULAGNIER, 1984, p. 231).

Há a possibilidade de um terceiro risco:

[...] As peças do quebra cabeça estão aparentemente bem encaixadas, mas o construtor não reconhece no quadro resultante o modelo que se supunha deveria reproduzir; sendo assim, a relação entre o primeiro agrupamento e o resto do quebra cabeça é tal que qualquer mudança, mesmo de uma só peça, é inaceitável, pois comportaria o desencaixe das peças centrais. (AULAGNIER, 1984, p. 231, 232).

As mudanças e os acréscimos no quebra cabeça são inevitáveis; neste caso, resta ao sujeito “[...] a possibilidade de decretar a equivalência entre os elementos diferentes, mas que, na verdade, afirma ele, são intercambiáveis.” (AULAGNIER, 1984, p. 232).

Para o sujeito inexistente diferença, sendo ela “[...] uma ilusão, uma enganação, um erro de visão.” (AULAGNIER, 1984, p. 232).

O modelo da realidade, do corpo, da sexualidade, da organização social tal como proposto e imposto é o único responsável pela distorção, pela enganação e pelo erro da visão.

A relação do sujeito com a realidade estará comprometida; resta a este sujeito uma tentativa de modificar a realidade por torná-la objetivamente responsável pelo sofrimento do qual padece.

O Eu justificará sua recusa de se dobrar às exigências da realidade pela “[...] qualidade de abusivo ou de enganador que atribui a qualquer poder, provando desta forma a si mesmo o fundamento da sua causalidade, de seus julgamentos e de suas exigências.” (AULAGNIER, 1984, p. 232).

Aulagnier denomina esta terceira possibilidade de potencialidade polimorfa. Segundo a autora, a passagem desta potencialidade ao estado manifesto dará lugar a quadros sintomáticos que são a perversão, certas formas de somatização, a toxicomania e a relação passional e/ou alienante.

O conceito de potencialidade fica então entendido como sendo conflitos identificatórios que se estabelecem: no interior do eu, entre suas dimensões – a identificante e a identificada (conflito psicótico); entre eu e seus ideais (conflito neurótico); no interior do eu e entre o eu e seus ideais (conflito da potencialidade polimorfa).

A introdução de uma fissura em meio ao edifício identificatório faz ecoar um texto de Freud tardio, inacabado, todavia pertinente à investigação do ego enquanto cindido, dividido; trata-se do texto “A divisão do ego no processo de defesa”, de 1938.

Neste texto, duas questões encontram-se inter-relacionadas, a saber, a noção do ato de ‘rejeição’ (*verleugnung*) e a noção de que esse ato resulta numa divisão (*splitting*) do ego.

A rejeição e sua conseqüente divisão do ego estariam intimamente relacionadas ao complexo de castração.

[...] Suponhamos, portanto, que o ego de uma criança se encontra sob a influência de uma poderosa exigência instintual que está acostumado a satisfazer e que é subitamente assustado por uma experiência que lhe ensina que a continuação dessa satisfação resultará num perigo real quase intolerável. O ego deve então decidir reconhecer o perigo real, ceder-lhe passagem e renunciar à satisfação instintual, ou rejeitar a realidade e convencer-se de que não há razão para medo, de maneira a poder conservar a satisfação. Existe, assim, um conflito entre a exigência por parte do instinto e a proibição por parte da realidade. Na verdade, porém, a criança não toma nenhum desses cursos, ou melhor, toma ambos simultaneamente, o que equivale à mesma coisa. Ela responde ao conflito com duas reações contrárias, ambas válidas e eficazes. Por um lado, com o auxílio de certos mecanismos, rejeita a realidade e recusa-se a aceitar qualquer proibição; pelo outro, no mesmo alento, reconhece o perigo da realidade, assume o medo desse perigo como um sintoma patológico e subsequentemente tenta desfazer-se do medo. Deve-se confessar que se trata de uma solução bastante engenhosa da dificuldade. Ambas as partes na disputa obtêm sua cota: permite-se que o instinto conserve sua satisfação e mostra-se um respeito apropriado pela realidade. Mas tudo tem de ser pago de uma maneira ou de outra, e esse sucesso é alcançado ao preço de uma fenda no ego, a qual nunca se cura, mas aumenta a medida que o tempo passa. As duas reações contrárias ao conflito persistem como ponto central de uma divisão (*splitting*). (FREUD, 1937, 1939, p. 309, 310).

Neste contexto, Freud analisa uma saída específica encontrada frente à ameaça de castração, a saber, a criação de um fetiche.” [...] Criou um substituto para o pênis de que sentia falta nos indivíduos do sexo feminino – o que equivale a dizer, um fetiche.” (FREUD, 1937, 1939, p. 311.).

Em um outro texto de 1937 intitulado “*Análise Terminável e Interminável*”, Freud estende a aplicação da idéia de uma divisão do ego para além dos casos de

fetichismo; trata-se, porém, das alterações do ego frente aos perigos advindos do mundo interno e externo.

[...] Se perguntarmos qual a fonte da grande variedade de tipos e graus de alteração do ego, não poderemos fugir à primeira alternativa óbvia, ou seja, a de que tais alterações são congênitas ou adquiridas. Destas, o segundo tipo seria o mais fácil de tratar. Se forem alterações adquiridas, isso certamente terá acontecido no decurso do desenvolvimento, a partir dos primeiros anos de vida, pois o ego tem de tentar, desde o próprio início, desempenhar sua tarefa de mediar entre seu id e o mundo externo, a serviço do princípio de prazer, e de proteger o id contra os perigos do mundo externo. Se, no decurso desses esforços, o ego aprende a adotar uma atitude defensiva também para com seu próprio id, e a tratar as exigências instintuais deste último com perigos externos, isso acontece, pelo menos em parte, porque ele compreende que uma satisfação do instinto conduziria a conflitos com o mundo externo. Posteriormente, sob a influência da educação, o ego se acostuma remover a cena da luta de fora para dentro e a dominar o perigo *interno* antes que se tenha tornado *Externo*, e, provavelmente, com mais frequência, tem razão em assim proceder. Durante essa luta em duas frentes – posteriormente haverá uma terceira frente (referência ao superego) –, o ego faz uso de diversos procedimentos para desempenhar sua tarefa, que, para exprimi-la em termos gerais, consiste em evitar o perigo, a ansiedade e o desprazer. Chamamos esses procedimentos de '*mecanismos de defesa*'. (FREUD, 1937, 1939, p. 268.).

Veremos posteriormente como os mecanismos de defesa são partes integrantes do funcionamento psíquico e que há por parte do sujeito uma escolha defensiva.

Ainda segundo Aulagnier, falar em potencialidade é postular que a psique é capaz de assinar um pacto de não agressão recíproca entre os sujeitos. A passagem do potencial ao manifesto aconteceria quando “[...] o sujeito, confrontado com um acontecimento que sente como um perigo para sua frágil construção, toma a palavra para defender *sua* construção, com o risco de por em perigo a de seus parceiros.” (AULAGNIER, 1984, p.233).

O poder desvelador de certos encontros também pode ser responsável pela passagem do potencial ao manifesto.

2.6 O conceito de potencialidade melancólica

Como foi dito logo na introdução deste trabalho, a potencialidade melancólica é um conceito elaborado em tese de doutorado pela prof. Dra. Maria Lúcia Vieira Violante no programa de estudos pós-graduados em psicologia clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Quando o eu adquire em definitivo um possível modo de funcionamento em decorrência da posição identificatória por ele assumida e dos conflitos que tiver de tratar com sua realidade externa e interna, instala-se a potencialidade. A potencialidade consiste numa disposição psíquica que pode atualizar-se ou manter-se em potencial.

Segundo Aulagnier, o eu infantil recorre a um polimorfismo de defesas no enfrentamento dos conflitos identificatórios.

[...] Toda situação, todo encontro futuro que reativar o conflito mobilizará as defesas de que o eu poderá dispor para fazer frente a ele. Defesas “polimorfos” que culminarão *numa* “escolha defensiva”, que será função da freqüência e da “natureza” dos obstáculos encontrados antes desse “momento encruzilhada” representado por T2. Entre T1 e T2 a pequena criança recorre, alternadamente, à defesa mais capaz de resolver de *imediato* o conflito encontrado. Mecanismos de somatização, fóbicos, rituais obsessivos, reconstruções de um momento e de um fragmento da realidade, o privilégio atribuído a tal ou qual pulsão parcial, são parte integrante do funcionamento psíquico de toda criança. Mas, assim como as pulsões deverão, ou deveriam, se submeter à “primazia do genital”, tornarem-se prazeres preliminares a serviço de um prazer que se torna gozo, também o leque das defesas se submeterá à primazia de *uma* “escolha defensiva”. Defesa “escolhida” segundo a elaboração que o eu terá conseguido impor às formas que adotam para ele os perigos que ameaçam o prosseguimento de seu trabalho de identificação. (AULAGNIER, 1984, p. 238).

Sendo a potencialidade uma disposição psíquica bem como *uma* escolha defensiva estabelecida na infância, a potencialidade melancólica deve ser entendida como sendo uma disposição patológica à melancolia bem como uma determinada posição identificatória do eu e seu conseqüente modo de funcionamento.

Para Freud, (1937, 1939, p. 270):

[...] Os mecanismos de defesa servem ao propósito de manter afastados os perigos. Não se pode discutir que são bem sucedidos

nisso, e é de duvidar que o ego pudesse passar inteiramente sem esses mecanismos durante seu desenvolvimento. Mas é certo também que eles próprios podem transformar-se em perigos. Às vezes se vê que o ego pagou um preço alto demais pelos serviços que eles lhe prestam. O dispêndio dinâmico necessário para mantê-los, e as restrições do ego que quase invariavelmente acarretam, mostram ser um pesado ônus sobre a economia psíquica. Ademais, esses mecanismos não são abandonados após terem assistido o ego durante os anos difíceis de seu desenvolvimento. Nenhum indivíduo, naturalmente, faz uso de todos os mecanismos de defesa possíveis. Cada pessoa não utiliza mais que uma seleção deles, mas estes se fixam em seu ego. Tornam-se modalidades regulares de reação de seu caráter, as quais são repetidas durante toda a vida, sempre que ocorre uma situação semelhante à original. (FREUD, 1937, 1939, p.270)

Tais considerações freudianas nos permitem localizar com relativa precisão o conceito de potencialidade a título de disposição psíquica.

A potencialidade melancólica diz respeito a aspectos melancólicos, a traços melancólicos, não à manifestação aberta da melancolia.

Segundo Violante, sob certas circunstâncias de perda real ou imaginária de amor, de um ideal, de uma ilusão, de alguém, o sujeito portador de potencialidade melancólica poderá vir ou não a manifestar-se em crise. Para a referida autora, em sujeitos não portadores de potencialidade melancólica, tais situações de ameaça, de perda, de perigo, não possuiria força suficiente para a eclosão da melancolia.

Ainda segundo Violante, a potencialidade melancólica é determinada por múltiplos fatores, sendo eles constitucional, disposicional e advindos de experiências da vida infantil.

Vários são os “traços mentais” (expressão freudiana) e/ou manifestações clínicas encontrados em portadores de potencialidade melancólica sendo elas: “insatisfação do ego” (traço fundamental da melancolia, segundo Freud), baixa auto-estima, perda da capacidade de amar, perda do interesse pelo mundo, auto-recriminações, súplica desesperada de amor dirigida ao outro, dependências de provisões narcísicas vindas de fora, manutenção do eu como objeto do outro, dependência e ambivalência na relação com o outro, projeto identificatório de obediência total, baixo investimento da libido objetual e das atividades do eu, negação da frustração.

Violante, ao longo de seu percurso teórico localiza alguns autores que abordam os efeitos psicogênicos da perda do amor materno, devido à indiferença, à rejeição, à separação, impaciência ou perda definitiva da mãe. Vejamos:

[...] Ferenczi (1929) constata um “*arrefecimento da vontade de viver*”, entre crianças “mal acolhidas”, ou seja, crianças que notaram “*sinais conscientes e inconscientes de aversão ou de impaciência da mãe*”. Verifica que crianças acolhidas com rudez e sem gentileza morrem fácil e voluntariamente ou se mantêm vivas, com desgosto pela vida. Futuramente, nestas pessoas, vão predominar traços de pessimismo, ceticismo, nostalgia e desconfiança.

Winnicott (1984) afirma que “*a ausência de esperança é a característica básica da criança que sofreu privação...*” – uma “*privação emocional*”, no seu entender. A essa privação atribui o poder facilitador no surgimento futuro da melancolia. Conclui mais tarde que “*uma criança carente é doente...*” e que uma nova provisão ambiental só pode fazer com que ela passe “*de doente para menos doente*”

As pesquisas de Spitz e Bowlby realizadas com crianças que, na tenra idade, foram privadas do *amor materno* – por separação ou perda – revelam que nelas é freqüente o aparecimento da melancolia. Ambos os autores assinalam como indicadores dessa privação afetiva a ausência temporária (cuja duração é excessiva para a criança) ou permanente da mãe.

O fenômeno do hospitalismo, estudado por Spitz, atribui o marasmo depressivo da criança à ausência de suporte afetivo, cuja satisfação cabe à função materna prover.

Bowlby (1979) estuda as seqüelas psicogênicas deixadas pela perda da figura materna, entre os 6 meses e 6 anos de idade. À *privação materna* atribui o poder de favorecer o aparecimento, no futuro, da melancolia. Afirma que “*as frustrações realmente importantes são as que dizem respeito à necessidade que a criança tem de amor e atenção por parte dos pais*”.

Bleichmar (1981) relaciona a *indiferença ou rejeição materna* com o *narcisismo* e suas conseqüências.

Aulagnier afirma em seu artigo sobre a estrutura perversa, que a ausência da *mãe* ou a rejeição lança o bebê num “vazio identificatório” gerador de angústia. (1967). (VIOLANTE, 1994, p.13, 14,15).

Qual seria a razão deste percurso? Porque estas fundamentações?

Em seu livro *A criança mal amada – Estudo sobre a potencialidade melancólica* –, Violante analisa os casos em que a potencialidade melancólica é favorecida pela perda prematura do amor materno, por rejeição ou morte. Segundo a autora, “[...] *a desqualificação narcísica sofrida pelo eu, no momento de sua constituição, adquire um poder facilitador no surgimento da potencialidade melancólica.*” (VIOLANTE, 1994, p. 10).

Dito de outro modo, enquanto o desejo da mãe pelo filho instaura seu narcisismo, a rejeição, a impaciência, a aversão, o não investimento da mãe por este filho desqualifica-o, tornando-o um sujeito com baixo investimento no próprio eu.

O que acontece na potencialidade melancólica em se tratando da constituição do eu e/ou do narcisismo?

Vimos anteriormente que, para Aulagnier, o eu é antecipado, historicizado e estruturado pela linguagem, ou seja, para que o eu se constitua, é necessário que haja por parte do casal parental um pré-investimento neste novo ser que está por vir.

O discurso e o desejo do par parental são organizadores do espaço familiar e são fundamentais para a constituição do eu.

O amor materno, de modo prevalente, leva a criança a investir no próprio eu para, num tempo posterior, futuro, investir nos objetos, na realidade e no eu dos outros.

A constituição do narcisismo, entendendo este como amor a si, se deve primeiramente a este investimento amoroso vindo do casal parental; dito de outro modo, o desejo da mãe e/ou do pai pelo filho instaura seu narcisismo, que mais tarde será relativizado e não extinto.

Vimos também que Aulagnier mantém a teoria lacaniana do estágio do espelho na formação do eu.

Segundo Lacan, no estágio do espelho, temos um momento narcísico fundamental no qual primeiramente há a constituição do Eu ideal. Desta forma é que primeiramente o eu ingressa no cenário psíquico, como uma unidade narcisicamente investida; identificado ao objeto privilegiado do desejo materno. Essa seria a “assunção jubilosa de si” conforme expressão lacaniana.

Com a assunção da castração e o conseqüente declínio do complexo de Édipo, o eu se vê remetido a uma problemática identificatória. Neste instante, é necessário que o eu realize uma operação que vai da passagem do Eu ideal para um Ideal do eu.

Desidealizado, uma economia libidinal deverá permitir e possibilitar ao eu o investimento em uma imagem de si futura, remodelada, a qual dará lugar ao projeto identificatório.

Poderíamos nos casos de potencialidade melancólica pensar na constituição de um Eu ideal? Que Eu ideal seria este golpeado narcisicamente, dotado de baixa auto-estima, desqualificado e desinvestido libidinalmente?

Poderíamos falar de “vossa majestade o bebê” nos casos de potencialidade melancólica? Como nos diz Aulagnier (1989, p.236.) “[...] Pobre majestade – podemos acrescentar – tão dependente do outro!...”.

Considero a questão do Eu ideal como sendo uma ficção.

O conceito de potencialidade melancólica não nos permite pensar em um Eu ideal, pois, nestes casos, toda a construção do EU foi abalada pelo discurso do Outro, a mãe de forma prevalente.

Vimos que para Aulagnier, o Eu é antecipado, historicizado e estruturado pela linguagem. Nos casos de potencialidade melancólica devemos indagar: qual a qualidade da antecipação feita pelo Outro? Qual a pré-história da mãe e o efeito desta na história daquele que está por vir? Houve uma antecipação histórica e um desejo do bebê lá onde ele ainda não está? Em qual berço repousará este ainda inexistente, mas presente no discurso? Qual discurso?

Em se tratando da potencialidade melancólica,

[...] O júbilo cede lugar ao antijúbilo e o Eu não se constitui na primeira forma, como um Eu ideal, libidinalmente auto-investido. Desse modo, estabelece-se um primeiro conflito identificatório entre a dimensão identificante do Eu e a identificada, que fora mal-enunciada e mal-investida pela libido materna. (VIOLANTE, 1994, p.136).

No lugar da assunção jubilosa de si, temos uma “assunção decepcionante de si onde o eu não assume por completo a diferenciação e a separação do eu materno”.

[...] A assunção decepcionante de si faz-se acompanhar da impossibilidade de o Eu assumir, por completo, a diferenciação e

separação do Eu materno. Empobrecido desde o início e dotado de baixa auto-estima, o Eu mantém-se dependente de provisões narcísicas vindas de fora, dirigindo ao outro – sempre idealizado – uma “súplica desesperada de amor” (na expressão de Radó). (VIOLANTE, 1994, p. 136).

Segundo Violante, a perda prematura do amor materno representa um golpe narcísico contra o eu onde a desilusão que o eu sofreria posteriormente graças à castração dá lugar a uma não-ilusão e/ou antiilusão.

Desqualificado narcisicamente, empobrecido, dotado de baixa auto-estima, o sujeito portador de potencialidade melancólica, mantém a mãe e o outro sempre idealizado. Ainda que esse sujeito demande amor e identificação, seu investimento da libido objetal é baixo. O outro é para ele um objeto mais de necessidade do que de prazer; dito de outro modo,

[...] Assim como a mãe mantém-se idealizada, o outro é sempre idealizado e, ainda que o sujeito dele dependa e lhe demande amor e identificação, é baixo o seu investimento da libido objetal, tanto quanto é baixa sua auto-estima. Esse outro é um objeto que responde mais à necessidade do que ao prazer, ou melhor, o sujeito potencialmente melancólico transforma o objeto de prazer em objeto da necessidade, de cujo amor o Eu depende para assegurar-lhe uma referência identificatória passível de ser investida pelo próprio sujeito. Neste sentido, a idealização do outro se relaciona com a alienação, mas diversamente da alienação – onde o que se aliena é o pensamento -, a potencialidade melancólica é uma patologia que reside mais no nível dos investimentos. (VIOLANTE, 1994, p. 137).

Vimos que o desejo e o investimento do par parental na criança é o suporte de toda dimensão identificatória e fundamental para a constituição do eu.

Em se tratando de potencialidade melancólica, a distinção entre a criança não-desejada e *mal-amada* se faz necessária.

Aulagnier, na análise de psicóticos e de sujeitos portadores de potencialidade psicótica, identifica “[...] falta de desejo pela criança, falta de desejo pelo prazer de engendrar, falta de uma significação que tornaria o encontro entre ambos fonte de um prazer transmissível e dizível.” (AULAGNIER, 1975, p. 224).

Para Violante,

[...] A criança não-desejada é aquela que não pôde ser “imaginada”, pré-enunciada e pré-investida pela libido materna como um ser novo,

um ser autônomo. Antes, fora “fantasmada” pela mãe, como se fosse um complemento seu, exatamente, para vir a ocupar o lugar dessa “falta”, conforme a realidade histórica do esquizofrênico desvenda. Na paranóia, com muita frequência, Aulagnier identifica que o sujeito fora desapossado de seu direito de desejar e de pensar autonomamente, para vir a responder ao conflito entre desejos na relação do casal parental selada, inexoravelmente, pelo ódio. A criança não-desejada carrega assim o fardo de não-ser; nem novo e nem autônomo para desejar e pensar. (VIOLANTE, 1994, p. 22).

Ainda segundo Violante,

[...] Do ponto de vista teórico, a *criança mal-amada*, sem ser necessariamente fruto do ódio ou do não-desejo, é aquela que foi *narcisicamente desqualificada*, por ter sido mal enunciada e mal investida pela libido materna. Esta desqualificação do narcisismo infantil pode acentuar-se, ao ser reforçada pelo pai. (VIOLANTE, 1994, p. 22).

Os adolescentes desse estudo se enquadram na definição de criança mal-amada, pois foram desqualificados narcisicamente, mal investidos e mal anunciados pelo discurso do casal parental, portanto, não desenvolveram psicose infantil. Constituíram-se de forma fragilizada, mas se constituíram enquanto sujeitos.

Por fim, resta-nos localizarmos em quais das potencialidades estaria localizada a potencialidade melancólica.

[...] Do mesmo modo que Freud coloca a melancolia na linha divisória, entre a neurose e a psicose, a meu ver, a *potencialidade melancólica* também se encontra a meio caminho, entre a potencialidade neurótica e psicótica. Trata-se de uma potencialidade polimorfa, na medida em que abriga um conflito identificatório composto: no interior do eu (como na psicose, segundo Aulagnier) e entre o Eu e seus ideais (como na neurose, segundo Aulagnier). (VIOLANTE, 1994, p.135).

Violante vê uma semelhança entre a potencialidade melancólica e a psicose, com exceção do delírio. Assim como na potencialidade psicótica, um déficit na constituição do Eu, em seu interior, entre a dimensão identificante e a identificada pode ser constatada. Por isto, a fragilidade do edifício identificatório nos portadores de potencialidade melancólica é um dado clínico significativo.

As relações passionais e alienantes, a toxicomania e a perversão ocupam lugar de destaque na potencialidade melancólica estando essa localizada na potencialidade polimorfa.

Fragilizado em sua constituição desde o início, o eu dos portadores de potencialidade melancólica também enfrentam problemas em relação ao projeto identificatório. Assim como na potencialidade neurótica, a relação com os ideais encontra-se comprometida.

No próximo capítulo, procederemos à análise clínica do caso por mim estudado.

III. DESENVOLVIMENTO E ELABORAÇÃO DO CONCEITO DE POTENCIALIDADE MELANCÓLICA POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO

3.1 Análise clínica do caso

3.1.1 *No âmbito institucional*

Vimos logo na introdução deste trabalho que “análise procedida junto ao adolescente desse estudo se passa em um espaço institucional privativo de liberdade, que introduz na dinâmica dos fatos, nas inter-relações, nos atendimentos e na dinâmica transferencial, especificidades causadas pelas características próprias apresentadas em casos de potencialidade melancólica, bem como pelos efeitos do estado privativo de liberdade”...

Vimos também que, “historicamente, as instituições destinadas ao cumprimento da medida sócio-educativa de uma internação são marcadas por ideologias que atravessam todo corpo institucional e que a lógica repressiva, estigmatizante típica dos sistemas carcerários está presente no dia-a-dia institucional”...

Apesar de todo avanço ideológico adquirido com as propostas do ECA no âmbito das medidas sócio-educativas de internação, os desafios de toda a equipe técnica em romper com o instituído e trabalhar numa lógica instituinte são constantes.

No âmbito dos atendimentos, gostaria de destacar uma questão institucional que considero fundamental a ser percorrida, refiro-me à suspeição.

A suspeição é um fantasma institucional e o adolescente se torna o objeto privilegiado causa desta suspeição. Estando o adolescente em cumprimento de medida sócio-educativa de internação, este é recheado de significações estigmatizantes, dentre elas, a periculosidade se torna, a meu ver, a grande causa da suspeição. Como disse, todo o corpo institucional é atravessado por este fantasma; gostaria de destacar aqui seus efeitos na equipe técnica.

Ao longo de minha práxis institucional pude observar em colegas de equipe a

presença do medo na cena do atendimento; medo de ser violentado, agredido, e em última instância, de ser feito refém. Isto, a meu ver, acarreta grandes implicações negativas na condução dos casos.

Um atendimento que tem como dado contra-transferencial o medo por parte do técnico em atender o adolescente é fadado ao fracasso.⁵⁷

Primeiramente, a cena que tem como base o medo como dado contra-transferencial só é possível com a presença de um outro; refiro-me à solicitação e à determinação institucional que se atenda com a presença do agente de segurança. Este outro ouvido fere eticamente os princípios básicos norteadores da clínica, bem como impossibilita que a história daquele adolescente possa aflorar. O agente de segurança e/ou educador se torna agente da repressão na cena do atendimento.

Não só a equipe técnica e todos os funcionários da instituição são atravessados pelo fantasma da suspeição, mas também, o próprio adolescente. Para ele, o outro companheiro de alojamento, de internação, e todo corpo institucional incluindo a equipe técnica são vistos com desconfiança.

O agente educador por ser também agente de segurança, aquele que contém, encarna para o adolescente de forma privilegiada a suspeição. Sendo assim, como atender e conduzir o caso com a presença deste outro?

Em minha práxis tive que comprar uma longa briga institucional para que pudesse atender sem a presença deste outro repressor. Com muita dificuldade e não menos com desgaste institucionais na relação com a diretoria e com os seguranças, consegui esta façanha, esta posição e este procedimento.

A análise procedida junto ao adolescente deste estudo realizou-se individualmente e através do acompanhamento de outras atividades.

O acompanhamento do adolescente no dia a dia institucional, a saber, nos atendimentos da terapia ocupacional, nas atividades esportivas, nas saídas programadas, na escola, nas refeições, nas atividades em grupos, nas atividades profissionalizantes é extremamente importante para uma maior compreensão do

⁵⁷ Presenciei por algumas vezes colegas de equipe e agentes educadores serem feitos reféns.

caso. Várias foram as manifestações ocorridas fora do atendimento particular que apontaram para a minha hipótese diagnóstica. Pude observar tais manifestações ao longo dos atendimentos e através do acompanhamento destas outras atividades.

Não só os adolescentes são atendidos diariamente, mas também seus familiares e pessoas de referência. Há toda uma programação institucional que contempla o atendimento às famílias, em grupo e de forma individualizada.

3.1.2 Sobre a pré-história institucional

W. deu início à sua medida sócio-educativa de internação em março de 2002 por praticar ato infracional análogo ao artigo 157 do código penal, ou seja, assalto a mão armada.

Logo nas entrevistas iniciais, declarou ter um longo percurso institucional, o que ficou comprovado devido a uma grande pasta contendo relatórios informativos e interpretativos de suas travessias anteriores, de sua trajetória de vida.

No “termo de audiência”⁵⁸ pude verificar as seguintes informações: “W. declarou que passa a maior parte do tempo nas ruas, o que denota que está necessitando de uma medida firme e eficaz com vistas à sua reeducação”. Lemos ainda: “ficou demonstrada a omissão e o abandono por parte dos pais do adolescente, que nunca compareceram a este juizado, o que demonstra o quanto o mesmo é vítima da omissão não só do estado que esperou que o mesmo cometesse doze atos infracionais para intervir, mas também de seus pais que nunca apareceram”.

Evidencia-se já na audiência a trajetória de rua de W. bem como a omissão e o abandono por parte dos pais.

No capítulo intitulado “O superego em adolescentes infratores, o Outro da lei nos fora da lei”, lemos as seguintes informações: “A família, sendo um meio psíquico

⁵⁸ Ata jurídica em que consta a análise e o julgamento do ato infracional praticado pelo adolescente com a presença e manifestação do Promotor de Justiça, do Juiz, do Defensor Público, do Advogado e do réu.

privilegiado pela psique do *infans*, quando em desordem desestrutura-se e é atravessada pelo caos afetivo e econômico, contribui para que a rua se torne para a criança o local de sua moradia... não tendo encontrado lugar no desejo do par parental, é nas ruas, nas gangues, nos grupos, através de um contrato narcisista, de um pacto de troca, que o sujeito irá investir uma parte significativa de sua libido, esperando sempre uma recompensa, um lugar, um reconhecimento, um nome. Sua história será em grande parte construída e constituída nestes espaços para além da cena familiar”.

A trajetória de rua e o sentimento de abandono de W. também ficaram evidentes em relatórios multidisciplinares procedentes de outras instituições pelas quais ele passou. Nestes relatórios temos as seguintes informações: “O adolescente apresenta discurso angustiante no que se refere à sua vida no âmbito sócio familiar... Percebemos que W. está completamente apático e sem implicação em relação às questões pertinentes à sua vida...”.

Em relação ao uso de drogas, lemos o seguinte: “Em relação a vivência com a droga, W. hoje demonstra ser um toxicômano que usa droga de forma ‘anestesiante’ ou ‘restauradora’ de um vazio provocado pelo abandono”.

[...] Se o desejo materno representa o suporte de toda dimensão identificatória, a falta do amor materno expropria a criança desse suporte. É este “buraco” que tenho encontrado no sujeito potencialmente melancólico. (VIOLANTE, 1994, p. 62.).

Sobre a família, os relatórios dizem: “O adolescente rejeita qualquer idéia de convívio com a mãe e o padrasto, alegando que ela o rejeita, o abandonou... A referência forte do adolescente é com a família paterna, porém, tem aproximadamente três anos que o adolescente está nas ruas de BH, pois comparece à casa dos tios esporadicamente... Devido ao fato de se sentir rejeitado pela mãe e alegando ter sido abandonado pela mesma, este voltou para BH onde ficou morando com seus tios paternos, porém, ficava mais tempo nas ruas do que na casa deles...”.

Considero interessante a verificação destes relatórios, pois eles contêm informações pertinentes a respeito da minha hipótese diagnóstica.

No entanto, devo ressaltar que somente tive acesso a estas informações

depois de, através dos atendimentos e da observação de W. no âmbito institucional, formular minha hipótese diagnóstica. Não foram as informações e os relatórios anteriores que conduziram e/ou induziram a minha hipótese diagnóstica. Penso que esta deve ser feita a partir dos atendimentos e na situação de transferência. Sendo assim, iniciei o atendimento de W. mantendo uma neutralidade de saber a respeito de sua história.

3.1.3 Os atendimentos

Nas entrevistas preliminares, W. se apresentou apático, desinteressado; sua fala era lenta, arrastada; seu olhar era vago.

Para que W. pudesse falar, eram necessárias provocações sem as quais o silêncio imperava. “Silêncio gritante” na expressão de Aulagnier.

O pensamento de W. mantinha-se organizado apesar de apresentar certa pobreza de conteúdo.

No início, verificou-se também que W. apresentava um descuido consigo mesmo, com sua higienização e apresentação pessoal.

Vimos na seção 2.3, o processo secundário que, para Aulagnier, as duas grandes funções do Eu são pensar e investir.

Nos casos de potencialidade melancólica, o pensar e o investir encontram-se comprometidos. Segundo Violante (1994, p. 40.) “[...] Parece inexistir libido disponível para investimentos, no sujeito portador de acentuada potencialidade melancólica...”.

Devemos nos perguntar: qual a “realidade histórica” de W.? O que em sua história o levou à prática de atos infracionais, às ruas e à toxicomania?

Para Aulagnier, a realidade histórica diz dos acontecimentos efetivamente vividos pelo sujeito; não foram simplesmente fantasiados.

O acesso à realidade histórica de W. se deu através de seus atendimentos, como dito, comprometido no início pela pobreza de seus pensamentos bem como

pelo seu baixo investimento na capacidade de falar, investir e de brincar. Também foram necessárias investigações e entrevistas com seus familiares: tios, tias, mãe e também sua companheira com a qual teve um filho. Passemos aos dados apresentados.

W. pode ser considerado um típico portador de acentuada potencialidade melancólica. É mulato e contava com 17 anos quando iniciou sua internação no centro já referido.

Procedente de uma cidade no interior de MG, W. morou com sua mãe até completar um ano e meio de idade, época em que foi deixado por ela em companhia de sua avó paterna.

Segundo entrevistas com familiares e com a própria mãe de W., a separação entre o casal, mãe e pai do adolescente, se deu devido ao fato de, o pai de W. ser usuário de álcool e drogas chegando a contrair AIDS. A mãe relata que entre o casal havia muita briga e que o pai muitas vezes a agrediu na presença dos filhos. Após ser diagnosticado portador do vírus HIV, o pai de W. passou a não mais trabalhar entregando-se cada vez mais ao vício do álcool e à drogadição, incluindo maconha e cocaína, sendo esta última também usada de forma injetável.

Devido à gravidade deste “meio psíquico ambiente” e o baixo investimento libidinal de sua mãe, W., com um ano e meio de idade vai morar na casa da avó paterna junto com o pai na cidade de BH.

Quando contava com sete anos de idade, falece seu pai, vítima de complicações devido ao uso abusivo de álcool e de drogas, bem como pelo descomprometimento em relação à sua doença, AIDS.

Dois meses após a morte de seu pai, W. perdeu sua avó paterna a qual ele chamava de mãe. Segundo relato de familiares, após esta perda, W. apresentou comportamento depressivo, desinvestindo em sua capacidade de falar, brincar e de se relacionar, situação que se repetiu ao longo de seus atendimentos na relação transferencial e institucional.

Estas duas perdas reais representaram um golpe narcísico para W. Segundo Violante:

[...] A par da baixa auto-estima e do baixo investimento no objeto, considero central a questão da *perda*, na potencialidade melancólica. O temor da perda conduz o sujeito a antecipá-la e vivê-la como fatal e iminente. Mais do que perda do objeto, trata-se do medo de perder referências identificatórias, por intermédio da perda do objeto ou de seu amor. (VIOLANTE, 1994, p. 41)

Vimos que o conceito de realidade histórica engloba os acontecimentos realmente vividos pelo sujeito e não os apenas imaginados.

Obviamente que o conceito de realidade histórica em nada invalida ou tem a pretensão de invalidar o conceito de realidade psíquica nem pode ser considerado um retrocesso em relação àquilo que Freud superou, a saber, a supervalorização da realidade e subvalorização da fantasia. Podemos dizer que Freud se liberta da supervalorização da realidade e não da valorização da realidade.

Toda realidade histórica é acompanhada de uma realidade psíquica. Sobre o encontro com a realidade nos diz Aulagnier:

[...] quanto mais o episódio é objetivamente responsável pela intensidade e pela qualidade do afeto que provoca, mais a representação ideativa que o eu faz dela terá dificuldades em estabelecer uma distância entre suas respectivas causalidades. (AULAGNIER, 1984, p. 35.).

Veremos adiante como W. estabelece uma relação de causalidade entre o abandono da mãe e o fato de ter ido parar nas ruas, usar drogas e cometer atos infracionais.

W., assim como outros adolescentes por mim atendidos, sabia de seus horários comigo; ainda assim, passou longo tempo perguntando se eu poderia lhe atender, se eu iria lhe chamar para conversarmos. Nos dias de seu atendimento e mesmo fora deles, perguntava-me: “você pode me atender hoje? Você vai me chamar?”. Por várias vezes indaguei a W.: porque você sempre pergunta isto? Você sabe dos seus horários e que vou lhe atender. Ele, por várias vezes respondia: “às vezes você vai esquecer de mim!”.

Esta demanda acompanhada do fantasma do esquecimento não se dava apenas comigo; W. a repetia também com os outros técnicos.

Além do fantasma da perda, de ser esquecido, W. se sentia rejeitado.

[...] Mais do que uma crença individual na fatalidade, a “certeza” do sujeito com potencialidade melancólica é de que tudo o que ele tem de bom, isto é, que lhe dê referências investíveis de si, ele perde, e o perde por sua própria culpa. Sua apreensão frente à perda e à rejeição é constante; e o que ele repete é a demanda-perda de provisões narcísicas, por não poder com elas se identificar, mantendo-as integradas ao Eu como referências identificatórias investidas. Por isso, este sujeito mantém-se demandante antes que desejante; ou melhor, seu desejo está submetido ao desejo do outro, o qual é sempre idealizado, enquanto o Eu é sempre subestimado. (VIOLANTE, 1994, p.42.).

Não só nos atendimentos, W. apresentava os fantasmas da perda, de ser esquecido e da rejeição. Vários eram os programas externos realizados que contemplavam cultura, esporte e lazer. Adolescentes eram selecionados para participarem destas “saídas externas” com base em critérios tais como: bom comportamento da medida, freqüência à escola, a cursos profissionalizantes bem como tempo de medida e outros. Mesmo já tendo sido escolhido para participar de tais atividades, W. sempre falava que não seria escolhido, que todos o “tiravam”⁵⁹ Ao ser participado que estaria entre os selecionados, quase sempre respondia: “não acredito!”. Intervi por várias vezes perguntando: o quê você não acredita? Que possui qualidades? Que é merecedor? Considero que você possui qualidades e que é merecedor sim de coisas boas em sua vida. Acredite!

Em relação às perguntas freqüentes de W. se eu o ira atender, se eu poderia lhe atender, entendi que, na transferência, repetia seus fantasmas de perda, de abandono e de rejeição. Ao longo de sua análise, no momento em que achei oportuno, interpretei que ele tinha medo de me perder, que tinha medo que eu o esquecesse, o abandonasse, assim como aconteceu com seu pai, sua avó e muito cedo, com sua mãe.

Essa interpretação primeiramente foi negada, mas ao longo de sua análise contribuiu para a abertura de seu lcs., principalmente em direção às representações que tinha em relação à mãe.

[...] Se a perda é vivida como fatal e iminente pelo sujeito com potencialidade melancólica – “como W. nos revela” –, o ódio e os sentimentos hostis suscitados pela frustração são negados. Segundo

⁵⁹ Expressão utilizada pelos adolescentes quando se sentem ofendidos, desprezados, humilhados e injustiçados.

Aulagnier, a negação da frustração é um dos mecanismos de defesa central, na melancolia. (VIOLANTE; 1994, p. 45.).

Conclui que a negação da frustração é um dos mecanismos de defesa central também na potencialidade melancólica.

Na sessão seguinte à interpretação supracitada, W. lembra que durante o velório da avó, sua mãe compareceu. Diz que não reconhecia a mãe e que ficou confuso sem saber quem era aquela mulher, o que ela queria. Mesmo com seus familiares dizendo: “Esta é a sua mãe.”, ficou perdido na situação.

W. confessa que ficou invadido por uma questão, uma pergunta: “Como assim ela é minha mãe? O que é ser mãe? Por que ela é minha mãe e o que quer de mim?”.

Tais lembranças fizeram ecoar em W. a questão de sua origem e novamente o fantasma do abandono e da rejeição apareceu de forma avassaladora, deixando-o extremamente angustiado.

[...] Se, para Lacan, o estádio do espelho é o mecanismo formador do Eu, na sua primeira forma – como um Eu ideal – através da identificação especular, a partir da experiência clínica com psicóticos Aulagnier é levada a postular a ocorrência de uma *identificação primária*, anterior a especular. Ela consiste num protótipo identificatório, que é precursor do Eu.

Desde o início da vida, o encontro inaugural bebê-mãe, ou, mais precisamente, boca-seio, tem uma função identificatória, ainda que anteceda a constituição do Eu.

Desde esse primeiro encontro, inicia-se a dialética identificatória constitutiva do sujeito. Nesse encontro entre uma psique e um mundo extrapsique – no qual sobressaem o próprio corpo do bebê e a psique dos outros, sobretudo a da mãe –, o demandante bebê, que nem sabe o que demandar (a não ser libido), recebe como oferta o seio materno. Nesse instante, o seio torna-se suporte de um desejo e de uma demanda. Assim é que, segundo Aulagnier (1986), a dialética subentendida na identificação primária, neste primeiro encontro, é constituída pelas seqüências: “*a mãe deseja que o Infans demande*’ e ‘*o infans demanda que a mãe deseje*” (Aulagnier, p. 197).

Neste instante, no qual ocorre a experiência de satisfação alimentar/libidinal, o seio materno é o suporte de uma demanda e de um desejo que coincidem. O que especifica essa *identificação primária*, através da qual o bebê se identifica com as percepções co-extensivas à resposta materna, é a alienação do bebê no desejo e no imaginário da mãe. (VIOLANTE, 1994, p. 94, 95).

Para W., a resposta materna foi a do abandono, da rejeição; se identificou e se aprisionou nessa resposta ocupando o lugar de abandonado e de rejeitado.

[...] Apesar de considerar que o termo identificação deveria ser usado apenas no registro do Eu, para Aulagnier, o Eu tem um precursor: o *sujeito do inconsciente*. Define o sujeito do inconsciente como a “*auto-apresentação, na e pela qual o ‘fantasiante’ se reconhece como resposta e efeito da interpretação que a atividade primária forja do desejo do Outro*”. Isto significa que, graças ao processo primário, o bebê interpreta o desejo do outro e, através de uma fantasia, se auto-apresenta como a resposta dada a esse suposto desejo. Isto implica, no nível inconsciente, que o *sujeito do inconsciente* – protótipo identificatório do Eu – *identifica-se a uma resposta* (e não a um objeto ou a um atributo) dada à fantasia que relaciona o desejo materno ao prazer da criança. (VIOLANTE, 1994, p.103,104.).

Para o sujeito portador de uma potencialidade melancólica, parece existir uma incapacidade em integrar elementos que sejam prazerosos a respeito de si mesmo, os quais venham desmentir o identificado mal investido e mal enunciado pela mãe que justificam sua rejeição e abandono.

Esta é uma dificuldade a ser enfrentada na condução de casos de potencialidade melancólica: fazer integrar um significante novo que venha desmentir o identificado materno.

Em outro atendimento, W. lembra que a Sr.^a M., sua mãe, após a morte do pai e da avó, o leva para morar consigo na cidade do interior de MG na qual residia.

Situação completamente nova e/ou estranha. W. se viu morando com aquela que dizia ser sua mãe e duas irmãs em uma cidade também desconhecida.

Neste novo, o que parecia ecoar em W. era um “de novo”, novamente. Refiro-me ao abandono primordial sofrido por W. quando este contava com mais ou menos um ano e meio de idade.

A ansiedade provocada por esta situação apontava nesta direção. Neste novo ou neste de novo, *again*, o que ele temia e antecipava era a repetição de uma rejeição, de um abandono, de uma perda, de uma nova e antiga separação.

Esta foi a minha interpretação confirmada por W. na seguinte expressão: “Se ela me abandonou uma vez, entregou-me para meu pai e minha avó, por que não

faria 'de novo'? Por que não me abandonaria? Lembro-me de quando fui para casa de minha mãe, sentia o tempo todo algo estranho, não sabia bem o que era, parecia um medo, mas medo de quê? Parece que você está certo, acho que eu sentia medo da minha mãe me deixar, não me querer. Sentia também que ali não era o meu lugar”.

Entendi que W. questionava qual era o seu lugar no desejo materno, o que ele (W.) representava para ela (mãe); esta era sua dúvida constante.

Interpretei dizendo que estes sentimentos eram causados por uma dúvida que o perseguia, a saber, se ele era amado, querido pela mãe e que por isso se sentia estranho, sem lugar. Após a interpretação, silêncio e término da sessão.

O estranho, na verdade, era um já conhecido.

Por ter sido mal enunciado pelo discurso materno, o portador de potencialidade melancólica sempre se questiona a respeito do seu lugar no desejo do Outro; deseja ser desejado, mas ao mesmo tempo, não se acha merecedor deste desejo. Falta ao portador de potencialidade melancólica significantes que atestam que ele tem atributos desejáveis pelo Outro. Parece sempre imperar o identificado pela mãe que o desqualifica narcisicamente.

A rejeição materna leva o sujeito a subestimar-se e a superestimar o Outro; o idealiza e dele depende para a construção de referências de si. A rejeição materna desqualifica o sujeito impedindo o seu auto-investimento no Eu.

[...] a desqualificação narcísica engendrada pela função materna propicia a constituição de um Eu empobrecido e dotado de baixa auto-estima (do mesmo modo que o Eu do melancólico segundo Freud e Radó); em decorrência, este EU mantém-se dependente de provisões narcísicas vindas de fora, ou seja, mantém-se como objeto do outro (do mesmo modo que o Eu do melancólico, segundo Radó e Aulagnier). (VIOLANTE, 1994, p.16).

A baixa auto-estima era uma das características marcantes em W.. Sua evidência aparecia no discurso e na sua relação com o próprio corpo, com sua imagem. Como dito anteriormente, sua higienização era precária e foi necessário um longo trabalho da terapia ocupacional para ajudá-lo neste sentido.

W. fumava demais. Certo tempo apresentou problemas respiratórios devido ao tempo e ao uso abusivo de cigarros. Ao presenciá-lo exagerando em seu tabagismo, intervi junto ao adolescente dizendo que ele estava fumando demais e que isto iria e já estava prejudicando-o; sua resposta foi: “Tenho mais é que morrer, sair desta vida, vida maldita, não estou nem aí”.

A questão da auto-estima e do cuidado-de-si era devidamente abordada por toda a equipe técnica. Era necessário recuperar um mínimo de narcisismo ali existente para que o adolescente pudesse dar continuidade à sua medida de forma satisfatória e para que junto a ele pudéssemos esboçar um mínimo de projeto identificatório.

Dando continuidade às suas recordações relativas à mãe, W. inicia um outro atendimento lembrando de cenas familiares que o marcou, ou melhor, dizendo, que o remarcou.

Começa dizendo que sua mãe batia e o xingava demais; se perguntava o porquê de sua mãe fazer isto com ele; disse não compreender. “Tudo de ruim que acontecia em casa, minha mãe me culpava. Além de me bater, minha mãe me obrigava a vender picolé nas ruas; disse que eu tinha que trabalhar, que não era pra ‘mim’ ficar à toa”.

Ao ser indagado a respeito do que sentia vivendo nesta situação, W. respondeu: “não sentia raiva, maldade, para não revidar; passava meu tempo mais nas ruas”.

Ao mesmo tempo em que negava sua raiva, no âmbito da questão, expressava de forma agressiva: “ficava revoltado porque nunca entendi por que minha mãe me deixou!”.

[...] Para Freud, assim como para Aulagnier, a ambivalência em relação ao objeto perdido – no caso, a mãe – também é um aspecto fundamental na melancolia. Observo, contudo, que, na ambivalência, o pólo do ódio é negado – assim como a frustração também o é – e o amor é enfatizado. Dito de modo mais preciso, a mãe perdida é mais idealizada do que propriamente amada. O sujeito com potencialidade melancólica nega o ódio ao objeto perdido, mas vivencia um auto-ódio, pelo fato de culpar-se perante a perda do amor do objeto. O objeto perdido, ao ser idealizado, torna-se exigente e, portanto, persecutório. (VIOLANTE, 1994, p. 47,48.).

Junto com a ambivalência em relação ao objeto perdido, W. trazia uma questão direcionada ao “enigma do abandono”. Sempre buscava uma resposta que pudesse preencher este vazio de significação. Em conformidade com sua potencialidade melancólica, ou melhor dizendo, em conformidade com sua pré-disposição à melancolia, produzia sempre significantes que o desqualificava narcisicamente, a saber: “sou feio, preto, não sou como meu irmão, tinha mesmo é que ser bandido”.

Este irmão idealizado pela mãe e enigmático para W. era um desconhecido. Segundo W., “minha mãe queria que eu fosse como meu irmão, mas eu nunca o conheci”.⁶⁰

W., além de ser desqualificado pelo discurso materno por ser o que era, também era obrigado a ser aquilo que nem conhecia. Sua problemática identificatória o deixava perdido; nem “Eu ideal, nem Ideal de eu”. [...] O vazio de identificações auto-investidas vivenciado pelo Eu presente no sujeito com potencialidade melancólica impede que esse Eu estabeleça projetos factíveis e se projete no futuro com a forma de um Eu auto-investido. (VIOLANTE, 1994, p.63). O que ser então? Vimos anteriormente que nos casos de potencialidade melancólica, o júbilo cede lugar ao anti-júbilo e o projeto identificatório encontra-se comprometido. A pergunta: “quem sou eu” aflige o portador de potencialidade melancólica e a busca desesperada por esta resposta quase sempre encontra um vazio de significação capaz de apaziguar sua aflição.

Para Aulagnier, todo analista deve ter interesse pela “realidade histórica” do paciente. Por realidade histórica entende [...] os acontecimentos que, efetivamente marcaram a infância do sujeito... (AULAGNIER, 1979, p. 216.).

A apreensão desta realidade se dá através de relatos feitos ao analista, pelo próprio paciente ou por terceiros.

Ainda segundo Aulagnier, é tarefa da análise, na medida do possível, localizar o [...] acidente que golpeou a psique infantil... (AULAGNIER, 1984, p.50.).

⁶⁰ Este irmão era filho do pai de W. com outra mulher.

Em meio às recordações de seu convívio com a mãe e irmãs, W. relata um acontecimento o qual foi o responsável por sua saída definitiva do convívio familiar, bem como de sua inserção nas ruas e nas drogas.

Conta que certo dia, sua mãe tinha saído pela cidade para realização de compras e outros afazeres. Sendo assim, W. ficou em casa na presença de suas irmãs. Quando sua mãe chegou, W. e suas irmãs estavam trancadas no quarto brincando. Ao perceber que os irmãos estavam trancados no quarto, a mãe de W., tomada por uma fúria incontrolável, esmurrou a porta até que eles a abrissem; após terem aberto o quarto, sua mãe o espancou até sangrar.

W. diz não entender o porquê sua mãe teria feito isto com ele, pois estava brincando e não estaria fazendo nada demais.

Enquanto hipótese, cheguei a pensar que a mãe imaginou que W. estava assediando suas irmãs sexualmente; isto, a princípio, justificaria tamanha fúria e violência por parte da Sr.^a M. Provoquei W. nesta direção para que ele encontrasse um sentido para tal cena; mesmo assim, não significou ou pelo menos não expressou a construção de algo que pudesse significar o ocorrido. Esta cena se configurou enquanto enigma em todo o caso.

Desqualificado narcisicamente, desprovido de atributos desejáveis pelo Outro, rejeitado e agredido, W. resolve sair de casa.

Antes de passarmos à sua trajetória de rua, farei um relato de uma visita domiciliar o qual pude entrevistar a mãe, bem como observar a dinâmica familiar. Nesta altura dos acontecimentos e neste tempo de análise, foi necessário o contato com esta mãe; escutá-la se tornou fundamental.

Agendamos uma visita domiciliar na cidade do interior onde se encontrava a Sr.^a M. e suas filhas, mãe e respectivas irmãs de W. Nesta visita, foram: eu, um assistente social, um supervisor de segurança, W. e o motorista.

A chegada à casa da Sr.^a M. foi marcada por uma nova decepção. A mãe de W. bem como suas irmãs não se encontravam conforme havíamos combinado. W. ficou sem graça assim como toda a equipe. O sentimento de abandono e rejeição vividos pelo adolescente foi reativado juntamente com uma sensação de descaso

vivida por todos nós. Mobilizamos os vizinhos para localização de sua família; após algum tempo, apareceram.

Como se não bastasse o infortúnio do desencontro, o encontro foi marcado pela indiferença de sua mãe; apenas suas irmãs demonstraram afeição.

[...] A *criança mal-amada*, do ponto de vista empírico, é a criança “mal acolhida”, sobre a qual fala Ferenczi (1929): aquela que “*notou sinais conscientes e inconscientes de aversão ou de impaciência da mãe*”, assim como de indiferença ou de rejeição. (VIOLANTE, 1994, p.21).

Na cena do encontro, W. notou sinais conscientes e/ou inconscientes de aversão e de rejeição da mãe. A trama do olhar e um “silêncio gritante” atestaram e denunciaram o jogo pulsional.

Em carta endereçada à mãe, W. expressa e confirma sua percepção.

No capítulo anterior, vimos que a potencialidade melancólica abriga um conflito no interior do Eu bem como entre o Eu e os ideais.

Um dos ideais de W. era retornar ao convívio familiar o qual, após a visita relatada, ficou abalado.

Esta nova e repetida frustração acionou em W. um conflito em relação ao seu projeto identificatório familiar. Por muito tempo, a desesperança e a desilusão tomaram conta de W.. Era necessária a construção de um outro projeto que excluísse sua tão desejada família. Veremos adiante suas ilusões familiares construídas junto à sua companheira S. com a qual teve um filho; ilusão também decepcionante.

Como dito anteriormente, na ocasião da visita domiciliar, tive a oportunidade de entrevistar a mãe de W.

Para Aulagnier, o Eu é antecipado, historicizado e estruturado pela linguagem. Vimos também o lugar fundamental ocupado pelo porta-voz, o primeiro representante do Outro, a mãe, na constituição do Eu.

O que pude escutar em tal entrevista foi que, W. não foi antecipado nem historicizado pelo discurso materno, ou o foi de forma pouco investido. Um ventre

vazio de significantes e de história foi o que pude perceber no discurso da Sr.^a M.; um ser por vir desprovido de antecipação e de projeção; não um ser lá onde ele ainda não está.

Nesta entrevista, a desqualificação narcísica ficou confirmada. Os sentimentos de rejeição e abandono por parte de W. estavam ali presentes no discurso materno. Uma “criança mal amada”, “mal acolhida”, assim foi a história infantil de W., verificada também por excelência no discurso materno.

Após o retorno da visita da domiciliar, W. angustiou-se intensamente a ponto de ser encaminhado ao serviço de psiquiatria do centro; foi medicado com antidepressivo. A libido investida no objeto retrocedeu para o Eu em forma de auto-recriminações e condenações; desapontamento amoroso; nova lesão ao narcisismo.

[...] Encontro em Abraham respaldo à minha tese quanto à *perda prematura do amor materno* e conseqüente *desqualificação narcísica*, como estando na gênese da *potencialidade melancólica*, ainda que Abraham esteja se referindo à melancolia. Como vimos, ele afirma ser o desapontamento amoroso ser o fator desencadeante da melancolia (no adulto), mas que a força patogênica de tal desapontamento depende do fato de poder ser inconscientemente encarado “*como uma repetição de uma experiência traumática infantil original*”, ocorrida no início da vida, a qual veio representar “*grave lesão ao narcisismo infantil*”, como é o caso da *perda da mãe*. Conclui que todo o processo psicológico do melancólico gira em torno da *mãe*, tratando-se de uma necessidade narcísica de amor frustrada. (VIOLANTE, 1994, p. 152.).

Segundo relatório médico, “O jovem W. apresentava um quadro sugestivo de depressão. Foi medicado, apresentava insônia e fadiga. Após três meses, apresentou melhora, passou a recusar a medicação que foi suspensa”.

Com o passar do tempo, W. pôde novamente investir sua libido retirada do objeto mãe e deslocá-la em outra direção. Refiro-me à retomada de investimentos em sua companheira e namorada com a qual teve um filho.

Inicialmente, através de contatos telefônicos, localizamos S. e agendamos com ela uma visita ao CIA-BH.

Os primeiros encontros entre ambos foram marcados por afeições e trocas de afinidades. S. dizia pretender viver com W. tão logo o mesmo retornasse à

comunidade; no entanto, afirmava: “Eu gosto muito de W., ele sabe disto; ele já aprontou muito; agora eu quero que ele tenha responsabilidade, porque eu quero um companheiro. Se for para ele continuar nesta vida, eu vou largá-lo.”.

Após este posicionamento de S., W. começou a comportar-se em conformidade com o Outro; Outro institucional, Outro analista, Outro sua mulher e mãe de seu filho. Apresentava discurso pronto respondendo muitas vezes àquilo que supostamente acreditava que queríamos ouvir.

[...] A referência identificatória de si, a fim de ser investida, é buscada através da submissão ao desejo do outro, o qual é sempre idealizado e de cujas provisões narcísicas o sujeito depende... para ter referências investíveis de si, depende do fato de obtê-las do outro e, por isso, de estar em conformidade com sua oferta. (VIOLANTE, 1994, p. 36,38.).

O que W. demonstrava com esta atitude era uma demanda desesperada de amor e de identificação que viesse apaziguar um medo gerado pela angústia de poder perder aquilo que havia conquistado. W. demonstrava sempre um medo de perder tudo aquilo que lhe garantisse um mínimo de referência identificatória.

O sujeito portador de potencialidade melancólica, [...] mantém-se demandante antes que desejante; ou melhor, seu desejo está submetido ao desejo do outro, o qual é sempre idealizado, enquanto o Eu é sempre subestimado. (VIOLANTE, 1994, p.42).

Juntamente com sua submissão ao desejo do Outro, W. também demonstrava uma idealização em relação a este Outro o qual supunha possuir atributos desejáveis.

Na transferência, chegou a demonstrar ciúmes pelo fato de sua namorada também ser atendida por mim. Chegou a pensar que S. me desejava e que queria ter um caso comigo.

A figura do analista sendo idealizada por W. provocou em seu inconsciente uma identificação; identificação ao Ideal do eu. Sua namorada estava apaixonada por aquilo ou por aquele que W. queria ser; esta foi a interpretação que dei ao mecanismo causa do ciúme apresentado por W.

Com o passar do tempo, S. começou a faltar em suas visitas ao CIA-BH. Aparecia uma vez ou outra levando consigo o filho de W. A alternância de sua presença bem como de sua ausência começou a provocar em W. desconfiança, irritação, fúria e um ódio de si; também começou a se culpar pela iminência da perda do objeto. Novamente a angústia dava o seu sinal; era preciso ficar atento, pois, W. chegou a pensar e a falar em suicídio.

Toda a fenomenologia da potencialidade melancólica começou a aparecer: desqualificação narcísica, culpa, ódio de si, auto-recriminações, medo, agressividade, sentimento de abandono e rejeição, baixa auto-estima, demanda desesperada de amor, idealização e menosprezo em relação ao objeto. O cuidado no manejo transferencial era um grande desafio. W. vivia um luto antecipado.

[...] No sujeito com potencialidade melancólica, o auto-ódio parece relacionar-se intimamente com a culpa pela perda do objeto – no caso, o amor materno –, e, conseqüentemente com a necessidade de punição... A culpa pela perda faz o ódio dirigir-se contra si próprio. É como se a rejeição sofrida tivesse sido auto-engendrada. (VIOLANTE, 1994, p. 52,53.).

Juntamente com a culpa e outros sentimentos hostis a si e ao outro, a ambivalência começou a mostrar sua face; ora amava, ora odiava S. Ao mesmo tempo em que idealizava o objeto, W. acionava defesas maníacas chegando a negar a importância deste objeto.

A porta da fantasia tinha sido aberta e neste mundo uma série de fantasmas começou a povoar a mente de W. Sentia-se traído; imaginava que S. estava com outro. Chegou por várias vezes a fazer planos para matá-la tão logo estivesse em liberdade. Ao ser apaziguado, retomava planos de convivência harmoniosa e familiar junto a S. e ao seu filho.

A pedido de W., juntamente com o assistente social, investigamos e localizamos o paradeiro de S.; estava vivendo e morando maritalmente com outra pessoa.

Situação complicada. Como dizer a W. a real circunstância já sabendo seus efeitos maléficos? Foi necessário um trabalho de contorno até que W. pudesse ele mesmo concluir.

Este trabalho de elaboração junto a esta perda foi razoavelmente bem sucedido. Por antecipar a perda do objeto, o portador de potencialidade melancólica também antecipa uma elaboração frente a esta perda; quando ela se dá, tudo funciona como se já tivesse havido. O que o portador de potencialidade melancólica teme e antecipa é a rejeição, o abandono, a perda, enfim, a separação.

Novamente sinto ecoar o texto de Freud “A divisão do ego no processo de defesa” de 1938; obviamente, a partir de seus desdobramentos e possíveis *insights*.

Enquanto hipótese, parece que uma parte do ego afirma, sente, vivencia a realidade e seus efeitos; uma outra parte nega, elabora e encontra saídas frente à realidade.

Dentre as manifestações vividas por W. frente à perda do objeto, uma se destaca pela intensidade de seu aparecimento; refiro-me à questão da culpa.

[...] Enquanto a criança amada pode adquirir a confiança de não perder a mãe se se opuser à vontade materna, a criança mal-amada, ou melhor, o portador de potencialidade melancólica – conforme revela as crianças deste estudo – culpa-se por ter perdido o amor materno e teme opor-se aos desígnios do outro. (VIOLANTE, 1994, p. 71).

A culpa vivenciada por W. pôde ser apreendida através de seus atendimentos onde a auto-recriminação, a cruel auto-depreciação combinada com uma autocrítica eram as principais características do discurso de W.

Também pude verificar a intensa culpabilização vivida por W. através de suas cartas endereçadas à sua mãe.

Foram necessárias intervenções que apaziguassem o superego em seu massacre ao ego em suas exigências para que W. alcançasse um mínimo de aceitação de si como sujeito de valor e de atributos desejáveis pelo Outro.

Como se não bastasse as intensas auto-recriminações vividas através da culpa por ter perdido o amor materno bem como o de sua namorada, W. teve que enfrentar uma situação também de extrema gravidade.

O cuidado com a saúde dos adolescentes é uma determinação estabelecida

pelo ECA. Para tanto, todos eles são submetidos a exames médicos inclusive o de HIV.

W. foi submetido a este exame e ficou comprovado que este era soropositivo. Mais um golpe narcísico para W. O resultado do exame abalou profundamente sua psique. O trabalho analítico bem como de toda a equipe agora estava voltado para este foco: fazer com que W. aceitasse a doença e não perdesse o interesse pela vida, o que era um grande desafio.

Diante do diagnóstico, para além do acompanhamento realizado no CIA-BH, W. foi encaminhado ao “Grupo viver”, uma organização não governamental de apoio a indivíduos soropositivos.

W. foi acolhido em um grupo psicoterapêutico da ONG que realizava seus encontros quinzenalmente, sob a supervisão de uma psicóloga. A participação de W. nesta proposta objetivou fornecer a ele conteúdos informativos e de conscientização sobre a doença e suas implicações, além de possibilitar um suporte sócio-afetivo.

Vimos no capítulo anterior que cada processo tem o seu postulado; sendo assim, tudo que se passa com o corpo é representado pela psique: no originário, como sendo autoengendrado; no primário, como sendo causado pela onipotência do desejo do Outro; no secundário, como sendo uma causa inteligível. Ocorre que o Eu pode deformar ou recusar a inteligibilidade como causalidade e ficar em consonância com as duas primeiras.

Mesmo que o adulto tenha capacidade de atribuir seu sofrimento a uma causalidade inteligível, ele se questionará: por que ele, por que naquele momento de sua vida?

Temos que todo sofrimento orgânico é um sofrimento psíquico. O corpo é fonte de prazer, mas pode tornar-se fonte de sofrimento.

Vimos no capítulo destinado ao estudo do originário que ‘o sofrimento mobiliza a ação de registros arcaicos, primitivos, provocando angústia’. Vimos também a suposta natureza arcaica autoengendradora como causa do sofrimento, o que caracteriza o postulado do originário.

W., após tomar conhecimento de sua doença, angustiou-se de forma intensa a ponto de manifestar em seu próprio corpo a natureza autoengendradora de seu sofrimento. Refiro-me ao auto-ódio e às auto-agressões de intensidade exacerbada vividas como forma de punição pela realidade excessivamente frustrante.

Pedagogicamente, todo um trabalho de orientação em relação ao cuidado-de-si foi necessário junto ao adolescente bem como em relação aos outros que com W. mantinham convivência. Romper com o preconceito e possibilitar uma convivência harmoniosa livre de equívocos, mas não isenta de cuidados, tornou-se um desafio e uma meta.

Do ponto de vista psicanalítico, as intervenções realizadas procuravam fazer com que W. inocentasse o próprio corpo como causa autoengendradora de seu sofrimento; só assim o adolescente poderia investi em si mesmo e em seus projetos. A condução do caso neste instante, consistiu em fazer operar uma passagem da suposta causa autoengendradora de sua doença para uma causalidade inteligível, que caracterizam o postulado do originário e do processo secundário respectivamente. Objetivou-se com isto que a dinâmica psíquica do adolescente pudesse ser alterada através de uma ampliação de sentido realizada pelo Eu. Isto é o que Aulagnier denominou “mobilidade causal”. Tais intervenções foram razoavelmente bem sucedidas, pois, com o tempo, W. começou a demonstrar um cuidado consigo no que diz respeito à ingestão da medicação específica bem como em relação à sua higienização. Também começou a aceitar o fato de ser soropositivo; parou de falar em suicídio e retomou a construção de pequenos projetos principalmente em relação ao filho; interessou-se pelos seus direitos enquanto pai, falava em trabalho e retomou um desejo de retornar ao convívio familiar apesar de seus fantasmas de abandono e rejeição por parte da mãe.

Até aqui, fiz um percurso das características de W. enquanto portador de potencialidade melancólica engendradora pela desqualificação narcísica devido à perda pré-matura do amor materno; no caso em questão, também pela perda da avó e do pai ainda quando criança.

No caso de W., quais seriam as marcas decorrentes da função paterna?

Aulagnier, na trama conceitual psicanalítica retoma a importância da função

paterna na constituição do sujeito. Para a referida autora, a função paterna será demarcada por três referentes, a saber: a interpretação que a mãe deu a respeito de seu próprio pai; a função que a criança atribui a seu pai e a função que a mãe atribui a ele; enfim, o valor e a qualidade da transmissão que a mãe faz em relação ao pai. Violante (1994, p. 136.) acrescenta: “[...] a função que o próprio pai da criança se atribui”.

Na concepção da Sr.^a M., o pai de W. era extremamente agressivo, violento, bem como irresponsável; entregava-se ao vício das drogas e do álcool.

O acesso de W. às representações da mãe a respeito de seu pai se deu em um tempo bem posterior à sua infância, pois, como sabemos, W. separou-se de sua mãe ainda bebê e foi morar com sua avó e seu pai em BH-MG.

Em entrevista com os familiares de W., estes quase confirmaram as representações de sua mãe; disseram que seu pai era irresponsável e que passava a maioria do tempo nos bares bebendo; também disseram que W. era parecido com seu pai principalmente em relação à desobediência.

Apesar de ter morado em companhia do pai até mais ou menos seus sete anos de idade, a convivência entre ambos ficou comprometida pelos comportamentos e procedimentos paternos. Sua marca foi a da ausência; quando de sua presença, uma imagem degradada pelo vício.

Aulagnier nos fala do “horror da degradação” como correlato ao da castração quando o sujeito se defronta com um pai que esconde o fracasso através da violência e da arbitrariedade. A autora nos diz:

[...] o pai revela ao olhar mais maduro da criança o quanto sua força é ilegal, o quanto seus gritos desmascaram o que ele não tem, sinais irrecusáveis de uma derrota imperdoável ou de uma patologia ofensiva. A violência e a força revelam a miséria, o ridículo e o fracasso que elas encobrem. A rigidez do legislador aponta os abusos que ele comete em nome de uma lei que ele trai, as ideologias e as grandes idéias são cruamente desmentidas por este “pobre coitado” que se coloca, para os outros, como defensor delas. Este “visto” decepcionante é intolerável: aquele que olha se vê dominado pelo “horror da degradação”, forma que toma, neste contexto, o horror da castração. (AULAGNIER, 1979, p.249.).

W. pouco falava de seu pai; quando se referia a ele, repetia as

representações da mãe a seu respeito.

Apesar do pouco tempo de convivência com a figura paterna e da marca de sua ausência, W. identificou-se ao sintoma de seu pai. Quando de sua pré-adolescência, entregou-se também ao vício do álcool e das drogas. Futuramente, como por ironia do destino, do “acaso e do há caso”, também contraiu a doença do pai; “tal pai, tal filho”.

Para além de sua relação com o pai, o que estava em questão era a relação de W. para com seu filho; solicitava sempre sua presença bem como demonstrava carinho afeto e admiração para com ele. Apesar destas manifestações, W. já repetia uma situação de ausência, marca de sua relação com o próprio pai.

Tive que intervir apontando para W. sua repetição⁶¹. Todo um trabalho elaborativo foi realizado junto ao adolescente para que este pudesse ampliar o campo semântico que a palavra “pai” abrangia. Era preciso barrar uma tendência à repetição que começava a se configurar. O desejo de liberdade se esboçava com mais intensidade e seu filho era o objeto causa deste desejo.

Por algum tempo a direção do caso seguiu os passos relativos à paternidade de W.; considero relativo o sucesso deste percurso, pois, W. apresentava um desejo de mudança, ou seja, projetos identificatórios para além da criminalidade. Obviamente eram trabalhados com o adolescente os limites de seus projetos para que este não se iludisse de forma insana. Felizmente e/ou infelizmente é necessário trabalhar junto aos adolescentes os limites do imaginário adequando-os à realidade social a qual se encontram.

Considero que, na esfera psíquica, não apenas o Eu ideal deva ser relativizado, mas também o Ideal de Eu.

Na seqüência, farei um relato da trajetória de rua do adolescente. Esse relato

⁶¹ [...] Ao nível da psicopatologia concreta, processo incoercível e de origem inconsciente, pelo qual o indivíduo se coloca ativamente em situações penosas, repetindo assim experiências antigas sem se recordar do protótipo e tendo pelo contrário a impressão muito viva de que se trata de algo plenamente motivado na actualidade. Na elaboração teórica que Freud lhe dá, a compulsão à repetição é considerada um factor autónomo, irreduzível em última análise a uma dinâmica conflitual onde não interviesse senão o funcionamento conjugado do princípio de prazer e do princípio de realidade. Ela é referida fundamentalmente ao carácter mais geral das pulsões: a sua característica conservadora. (LAPLANCHE/PONTALIS, 1988, p.125.)

está posto em um tempo posterior, pois, o adolescente falou de seu percurso nas ruas também em um tempo posterior. Somente no final de seus atendimentos é que W. lembrou e falou dessa experiência.

3.1.4 A trajetória de rua.

Vimos anteriormente a cena violenta e traumática que causou a saída definitiva de W. da convivência familiar. Assustado, espancado, violentado, traumatizado e rejeitado, W. inicia sua trajetória de rua.

[...] Sabemos que a criança, para fazer uma separação dos pais, padece, sofre. Para separar-se do Outro o sujeito precisa forjar recursos psíquicos muito requintados, para suportar, criar suporte, inventar seu “romance familiar”⁶². Trata-se de uma ficção inventada, necessária à criança como recurso para separar-se desses primeiros objetos de amor e para *des-envolver*, sair do envolvimento... É em nome disso, de “procurar o que falta em casa”, que algumas dessas crianças e adolescentes chegam à rua. Essa é a nossa mais comum interpretação. Arrisco-me a trazer outras dimensões: a falta de oferecimento, pelo social, de um lugar simbólico onde o sujeito possa reconhecer-se como singular e como pertencente a uma coletividade; e, essencialmente, a ida para a rua como uma necessidade de estrutura – uma saída ética patológica. Quando digo isso, refiro-me ao fato de o sujeito necessitar do “deslocamento” da cena traumática, o que a rua consente em realizar. Ali o sujeito atua suas vivências traumáticas, pela via da repetição, ao mesmo tempo em que busca na rua um ponto de fuga de alguma situação insuportável experimentada em casa. (FERREIRA, 2001, p. 32,33.).

Na cidade do interior em que morava o adolescente, passava o trem que ia de BH-MG à Vitória no ES.

W. relata que, no dia em que saiu de casa, resolveu pegar o trem para ir para BH. Em meio a uma confusão mental e/ou equívocos de direção, pegou o referido trem só que em sentido contrário, ou seja, seu destino foi à cidade de Vitória no ES. Tal viagem era um prenúncio daquilo que W. enfrentaria: fome, sede, frio e desamparo; ainda assim, deu continuidade à sua aventura.

Chegando a Vitória, nosso adolescente ficou completamente assustado; aquela cidade não era BH; tudo ali era novo e estranho. Como fazer? O que fazer?

⁶² Termo usado por Freud para descrever o processo de separação dos pais pela criança.

A questão que se colocava de imediato era a fome; era preciso arrumar algo para comer e beber, pois a viagem tinha sido longa e W. estava extremamente cansado e com necessidades. “Saí andando pelas ruas a procura do que comer e de um lugar que eu pudesse descansar; estava também com frio e não tinha roupas para me agasalhar. Foi difícil”.

Em meio ao caos da cidade, primeiramente, W. resolve sua fome pedindo às pessoas ajuda: recebia esmolas e alguns alimentos. Esta situação durou alguns dias até que pudesse encontrar pessoas que, como ele, estavam pelas ruas fazendo toda sorte de coisas. Com o tempo, pôde fazer laço com alguns companheiros e se estabelecer como membro do grupo.

No capítulo destinado ao estudo do superego em adolescentes infratores vimos que, “não tendo encontrado lugar no desejo do par parental, é nas ruas, nas gangues, nos grupos, através de um ‘contrato narcisista’, de um pacto de troca, que o sujeito irá investir uma parte significativa de sua libido, esperando sempre uma recompensa, um lugar, um reconhecimento, um nome. Sua história será em grande parte construída e constituída nestes espaços para além da cena familiar”. Vimos também que, “o contrato narcisista se efetiva a partir deste duplo movimento: a aceitação por parte do grupo deste novo sujeito que irá valorizar e perpetuar as suas exigências, e o compromisso deste sujeito em valorizar e respeitar o grupo, projetando-se nele como parte integrante deste lugar que irá lhe conferir um reconhecimento”. Foi a partir deste ‘contrato narcisista’ que W. pôde sobreviver; para tanto, era necessário realizar as atividades do grupo que incluía: roubar, furtar, usar drogas e se necessário fosse, matar.⁶³

[...] A ida para a rua, quase sempre provocada pela miséria material ou pelo fracasso da provisão libidinal, será sempre uma *resposta do sujeito*. Pensado de outra maneira, ao sujeito não caberia outro lugar, outro destino, pois tomaríamos essa saída como determinante do sujeito e não como uma saída ética - uma saída sintomática -, mas uma saída ética que não é definitiva. Esta é minha aposta. O livro convida ao resgate da subjetividade que a psicanálise vem possibilitar, subjetividade perdida nos escombros da violência da rua. (FERREIRA, 2001, p.19.).

⁶³ W. nunca falou que havia praticado homicídio, bem como não consta em suas peças processuais este ato infracional.

A rua passou a ser a sua casa e seus companheiros sua família.

A palavra casa e a palavra rua designam categorias sociológicas e sentidos completamente diversos capazes de despertar emoções, reações, leis, imagens e comportamentos próprios a cada categoria.⁶⁴ Sendo assim, W. tornou-se um típico “menino de rua” passando a se comportar de acordo com a lógica das ruas e do grupo.

[...] a peculiaridade mais marcante de um grupo é a de que sejam quem forem os indivíduos que o compõem, por semelhantes ou dessemelhantes que sejam seu modo de vida, suas ocupações, seu caráter e sua inteligência, eles pensam, agem e sentem no grupo de maneira inteiramente distinta da que pensaria, agiria e sentiria, caso estivesse só. (FERREIRA, 2001, p. 86.).

Dentre as várias atuações de W., a drogadição passou a ocupar um lugar de destaque; por ela e através dela, as ações do adolescente eram determinadas; a droga passou a ser causa e consequência de seus atos infracionais; roubava para cheirar e fumar; por ter cheirado e fumado, roubava.

Por vários meses a vida de W. seguiu a lógica supracitada. Neste percurso e nesta repetição, seu corpo ficou marcado pela violência que atravessa as guerras com grupos rivais e pela prática cotidiana das ruas que exige uma exposição constante ao perigo. Os atos de punição feitos pelos membros do grupo quando alguém “pisa na bola” são insígnias escritas no corpo como marca de uma lei feroz.

O corpo de W. trazia a marca da violência: cicatrizes que denunciavam sua trajetória. “[...] A vida na rua é escrita no corpo.” (FERREIRA, 2001, p.65.).

Por ter se envolvido em guerras com membros de grupos rivais e por ter se desentendido com alguns membros do próprio grupo, W. sente-se ameaçado e resolve ir para BH-MG. Novamente pega o trem, só que desta vez chega ao destino esperado.

Em BH, W. possuía família bem como residência fixa. Apesar desta diferença em relação à cidade anterior, manteve por muito tempo a prática de sua rotina nas ruas. Em entrevistas com seus tios, estes nos disseram: “W. passa a maior parte de

⁶⁴ Ver (FERREIRA, 2001, p.30.)

sua vida nas ruas; aparece uma vez ou outra em casa quando se encontra muito debilitado ou quando se sente ameaçado e precisa de proteção”.

Mesmo não sendo um “irresidente”⁶⁵, W. acostumou-se nas ruas e apresentava dificuldades em manter relações familiares. Podemos dizer que, [...] Desse modo, esse sujeito está “intoxicado pela rua. A rua é uma droga. Contudo, o uso “circunstancial” não raro é prolongado e contínuo, o que cria dependência de fato.” (FERREIRA, 2001, p. 47).

Ao ser indagado a respeito de sua motivação para as ruas, W. primeiramente relembra a cena em que foi violentado pela mãe; sua expressão continha um misto de tristeza e ódio bem como de revolta. Disse-me: “Não dava mais para ficar em casa; minha mãe não gostava de mim. Nas ruas me sentia livre para fazer o que quisesse; meus parceiros gostavam de mim, me respeitavam; apesar de ninguém me conhecer, com o tempo, ali eu era “considerado”.⁶⁶

O sentimento de liberdade vivido por W. era no mínimo paradoxal: ao mesmo tempo em que se sentia livre, falava o quanto era vigiado, perseguido e humilhado por membros de grupos rivais bem como por toda a sociedade, principalmente pelos “playbois.”⁶⁷ Sua ânsia de aceitação no grupo também era recortada por conflitos: mesmo se sentindo considerado, desconfiava o tempo todo desta consideração. Como disse anteriormente, o portador de potencialidade melancólica tem uma dificuldade em integrar em seu psiquismo significantes que desmintam o identificado materno. Mesmo em grupo, vivia este dilema, apesar de ser nele, o local onde um mínimo de referência identificatória ter sido possível.

[...] Viver na rua e, então, abrir as portas para uma vivência sempre traumática. Livres da rotina, pois a rua impõe uma *cotidianidade extraordinária*, vivem sob uma certa “liberdade vigiada”. Os “bicos” – como chamam as pessoas que passam e os observam – estão presentes em todos os locais. Também a polícia, os “gambés”, e os

⁶⁵ Expressão usada por FERREIRA, Tânia em seu livro – Os meninos e a rua – Uma interpelação à Psicanálise. Belo Horizonte, Autêntica, FUMEC, 2001, para designar as crianças e os adolescentes moradores de rua.

⁶⁶ Expressão normalmente usada pelos adolescentes quando se sentem valorizados, respeitado pelos membros do grupo.

⁶⁷ Expressão normalmente usada pelos adolescentes quando se referem aos garotos ricos, da zona sul.

“intrujões” – nome dado aos atravessadores de mercadorias, produtos de furtos. Tudo é vivido na rua: a higiene pessoal (os banhos nos chafarizes das praças, nas torneiras públicas ou nos lagos), a alimentação, o dormir, a vida sexual. Uma verdadeira exposição incessante e repetitiva. (FERREIRA, 2001, p. 33).

Ao ser indagado a respeito do uso de drogas, W. respondia: “Usar droga é gostoso; a gente se esquece de quase tudo, das pessoas, dos problemas, da vida difícil”. Nestas expressões, W. deixava claro sua drogadição como forma de tampar um vazio existente em sua vida; um “buraco” na esfera psíquica.

[...] A droga funciona como um tipo de “amortecedor” para o corpo que cai, padece das brigas, torturas, frio e fome. É o que dá coragem para o enfrentamento dos riscos que a rua impõe. O que também possibilita algumas “viagens”, sonho com um prazer que o corpo desconhece ou já esqueceu. Um uso que poderíamos chamar “circunstancial” da droga, na medida em que faz parte das estratégias de sobrevivência. “Não dá para ficar de cara limpa” – dizem eles. (FERREIRA, 2001, p. 47).

Por um longo tempo, W. manteve a prática de atos infracionais bem como o uso constante de drogas; sua permanência e trajetória de rua traziam estas marcas, estas práticas; impregnou-se, intoxicou-se, viciou-se nesse percurso.

Seu círculo foi interrompido após ser pego em flagrante delito e conduzido à esfera da justiça; assim, deu início à sua trajetória institucional em centros de internação para adolescentes infratores. Antes de chegar ao CIA-BH, W. percorreu outras instituições. Sua trajetória institucional foi marcada por tentativas de fugas e fugas; cumpria e descumpria sua medida sócio-educativa.

Somente em sua última internação W. conseguiu cumprir sua medida de forma satisfatória. Foi no CIA-BH que pôde, através de seus atendimentos, na transferência, no recordar, no repetir e elaborar, fazer uma leitura de sua história, reescrevê-la e compreender seus atos.

Antes mesmo do término de sua medida sócio educativa de internação, W. havia percorrido seus grandes fantasmas, a saber: a rejeição materna, as drogas e a rua como fuga desta realidade, os atos infracionais, a relação com o pai, sua própria paternidade e, por último, sua doença.

Considero a travessia de W. bem sucedida. Em seus últimos atendimentos,

chegou a dizer que seu sofrimento era devido à marca de seu nome, ou seja, W. “das dores”.

A compreensão de que “a dor (é) ser” como marca de um significante vindo do Outro, abre um campo semântico por excelência psicanalítico; um convite e/ou uma passagem ao divã infelizmente interrompido pelo término de meu percurso no centro de integração do adolescente em dezembro de 2004.

Após ter sido desligado, W. retornou à cidade do interior para viver em companhia de sua família materna; apesar de seu fantasma, este era um grande desejo de nosso adolescente. Não sei se foi a melhor saída, mas foi a encontrada pela equipe que deu continuidade ao caso, em conformidade com o adolescente.

IV. CONCLUSÃO

Assim como no processo psicanalítico há um tempo de escutar, um tempo de interpretar e um tempo de concluir, no processo de pesquisa, há um tempo de estudar e/ou investigar, um tempo de escrever e, por último, um tempo de concluir; eis o tempo de concluir.

Minha primeira conclusão é que toda conclusão é parcial e/ou incompleta. O que fundamenta esta máxima é a lógica mesma do significante que, estando deslocado do significado, permite uma abertura, bem como uma pluralidade de significações; sendo assim, várias são as conclusões possíveis de um percurso: conclusões de quem escreve, conclusões de um outro que lê, e conclusões de quem não escreve e nem lê; enfim, conclusões particulares.

Dentre os vários caminhos abertos para uma ou várias conclusões, considero fundamental fazer um pequeno percurso do ponto de vista teórico e clínico que a noção de Potencialidade Melancólica provoca.

Primeiramente deveríamos nos perguntar: qual seria a importância desse conceito diagnóstico no interior da nosologia psicanalítica? Haveriam dificuldades técnicas de análise em sujeitos com este diagnóstico?

Qual seria o valor e o sentido de uma hipótese diagnóstica a ser formulada antes e durante o estabelecimento de um pacto analítico?

Concordo com Violante a respeito da importância de uma hipótese diagnóstica; a referida autora nos diz:

[...] Apesar de concordar com Freud que um diagnóstico só é possível no decorrer do processo de análise, do meu ponto de vista, uma hipótese diagnóstica, ainda que provisória e aberta a reformulações, pode dar ao analista parâmetros acerca: de um lado, das condições do demandante de análise ser analisável, e de outro, das possibilidades do analista em responder a esta demanda, bem como das razões de sua escolha de tomar ou não em análise o paciente (potencial, ainda). (VIOLANTE, 1994, p. 163).

Em se tratando de uma hipótese diagnóstica de Potencialidade Melancólica, o analista deve estar atento com a possibilidade de uma manifestação aberta da

melancolia. Para Aulagnier, “[...] a passagem do potencial ao manifesto pode dever-se também ao poder “desvelador” de certos encontros”. (AULAGNIER, 1989, p. 233).

O encontro com o analista deve procurar evitar a manifestação aberta da melancolia e não propiciá-la. Nesse caso, assim como em outras situações, uma hipótese diagnóstica é de extrema importância para uma condução bem sucedida da análise bem como e fundamentalmente para a manutenção da vida daquele que sofre. Repito, por sua importância, a citação: “[...] conseguir, através do trabalho da análise, evitar a crise, já é um “a menos” de sofrimento para o paciente, evitar o suicídio é uma vida “a mais”. (VIOLANTE, 1994, p. 162).

Uma hipótese diagnóstica, para além de dirigir e direcionar uma análise deve orientar e nortear o analista do ponto de vista ético e técnico. Freud, ao falar das psicoses, da fobia, da neurose obsessiva e da histeria, previa uma variação técnica bem como ética no manejo transferencial; é preciso cuidado com as interpretações. “[...] Não é possível manter a mesma interpretação para um paciente histérico e para um paranóico, que se recusam a deitar no divã”. (VIOLANTE, 1994, p. 165.).

Sabemos que o narcisismo figura entre um dos principais conceitos da psicanálise; sendo assim, o conceito de Potencialidade Melancólica tendo como causa e fundamento a desqualificação narcísica, deve ser considerado como sendo uma patologia do narcisismo; isso por si só confere ao conceito um valor clínico e teórico. Se uma análise só é possível a partir do Eu enquanto instância enunciante, qualquer alteração que venha comprometer seu investimento e seu pensamento – funções do Eu segundo Aulagnier – deve ser manejado de forma cuidadosa. A Potencialidade Melancólica exige esse cuidado para se evitar, como dito anteriormente, uma manifestação aberta da melancolia.

O conceito de Potencialidade e Potencialidade Melancólica é uma contribuição inovadora dentro da teoria psicanalítica. A partir desses conceitos, ampliamos a compreensão sobre as condições necessárias à constituição psíquica do sujeito bem como avançamos no entendimento da psicopatologia. Para Aulagnier, “[...] Por mais diferente que sejam as definições que os analistas dão do eu, há um ponto em torno do qual o acordo me parece possível: somente o funcionamento dessa instância justifica e dá sentido ao conceito

de psicopatologia.” (AULAGNIER, 1989, p.227).

Teoricamente, o conceito de Potencialidade Melancólica exige uma maior compreensão e investigação de fenômenos tais quais: a baixa auto-estima; o baixo investimento da libido objetal e narcísica; o desinvestimento na capacidade de falar e de pensar; a queda significativa de investimentos em um Eu futuro. O estudo de cada fenômeno se torna fundamental para a ampliação e construção de linhas de pesquisa dentro da psicopatologia.

Também teoricamente, o conceito de Potencialidade Melancólica resgata o papel fundamental e organizador do par parental na constituição do psiquismo. O desejo materno e/ou paterno é essencial para a construção e organização do narcisismo. Vimos que para Aulagnier, o Eu é antecipado, historicizado e estruturado pela linguagem. A qualidade dessa antecipação e o desejo do par parental orientarão a organização estrutural do Eu.

Vimos que a noção de Eu estabelecida por Aulagnier difere radicalmente da noção de Eu Lacaniana bem como do ego Freudiano. Obviamente que o Eu para Aulagnier não é um produto passivo do discurso do Outro mesmo que a parte identificada seja provinda do discurso materno. A noção de Potencialidade Melancólica nos remete necessariamente à questão do narcisismo e por extensão à constituição do Eu.

Do ponto de vista do desenvolvimento, também considero fundamental a contribuição que a noção de Potencialidade Melancólica introduz na teoria psicanalítica. O percurso que vai desde o Originário até a construção do Eu enriquece o saber psicanalítico bem como amplia as significações do sujeito estando esse em análise.

Enfim, teoricamente, as noções construídas e a construir a partir do conceito de Potencialidade Melancólica são extremamente importantes para a nosologia psicanalítica bem como para o avanço e releitura de conceitos já estabelecidos.

Para além da teoria e/ou juntamente com ela, nos vemos remetidos a uma dimensão técnica. Quais seriam as dificuldades enfrentadas pelo analista na análise de sujeitos portadores de Potencialidade Melancólica?

Ao longo desse estudo e a partir da análise de um caso clínico, pudemos constatar algumas características típicas em portadores de Potencialidade Melancólica, são elas: a desqualificação narcísica causada pela função materna corrobora para a constituição de um Eu empobrecido e dotado de baixa auto-estima; como conseqüência, o Eu mantém-se dependente de provisões vindas do Outro; por ter sido desqualificado narcisicamente, o sujeito portador de Potencialidade Melancólica representa-se como sendo desprovido de atributos desejáveis pelo Outro; demonstram demanda desesperada de amor e de identificação; a perda é vivida como fatal e iminente; negam o ódio e o auto-ódio bem como os sentimentos hostis suscitados pela frustração; demonstram carência afetiva; o auto-ódio parece relacionar-se com a culpa e com a autopunição pela perda do objeto, por excelência, o amor materno; apresentam projetos de total submissão ao Outro idealizado; teme a rejeição, o ataque, o abandono, a separação e a perda.

Para Violante,

[...] A análise deve permitir ao Eu do paciente: investir e experimentar prazer real; recuperar certa liberdade de escolha; adaptar seus objetivos pulsionais às exigências da realidade; reconhecer e aceitar a singularidade de sua organização pulsional, decorrente da singularidade de sua história psíquica. E mais, a análise deve permitir à atividade psíquica continuar fantasiando um prazer – jamais realizável (Aulagnier, 1979). (VIOLANTE, 1994, p.34)

O paciente portador de Potencialidade Melancólica tende a transferir o padrão de relação estabelecido no passado juntamente com os afetos que os acompanham: demanda de amor, de identificação, dependência, ambivalência, baixo investimento da libido objetal e narcísica, ódio e frustração negada.

Tais características podem favorecer e/ou facilitar o aparecimento de uma transferência negativa, o que ameaçaria e comprometeria a relação analítica bem como causaria sua interrupção; o projeto analítico corre o risco de fracassar. Neste cenário, é imprescindível bem como necessário um bom manejo transferencial e contra-transferencial.

A retificação subjetiva que visa restaurar o narcisismo do portador de Potencialidade Melancólica é um grande desafio e uma linha de conduta em direção à cura.

Apesar desse trabalho não ser um estudo sobre o adolescente infrator, sinto-me na obrigação de tecer alguns comentários advindos da experiência com esse público.

Uma questão que considero fundamental diz respeito à qualidade dos atendimentos realizados em centros sócio-educativos de internação. Como disse anteriormente, os atendimentos que são atravessados pela suspeição e que, por efeito, se realizam com a presença de um Outro repressor, são fadados ao fracasso. Refiro-me basicamente à presença constante de agentes de segurança na cena dos atendimentos realizados junto aos adolescentes infratores; este tipo de prática não apenas compromete o sucesso do atendimento, como também fere eticamente a práxis do profissional que se propõe a realizar este tipo de atividade. Ninguém é obrigado a fazer aquilo que não é capaz de fazer, mas, a partir do momento em que o sujeito se propõe a realizar determinado tipo de tarefa, é necessário realizá-la com afinco e dentro de parâmetros éticos estabelecidos para cada categoria.

Em visita recente ao CIA-BH, pude, mais uma vez, observar a realização de atendimentos com a presença desse outro repressor. Não quero dizer com isto que o agente de segurança nunca deva estar presente nos horários de atendimentos; às vezes, sua presença é necessária, mas em casos excepcionais e quando há aglomeração de adolescentes para a realização de determinada atividade.

Um centro sócio-educativo de internação exige a presença de agentes educadores e/ou de segurança; é impossível e impensável um local como este sem um mínimo de segurança. Considero o seu papel fundamental para a manutenção da ordem no estabelecimento, bem como para um bom funcionamento institucional; todavia, é preciso separar adequadamente a função e a atividade de cada profissional que ali desempenha suas tarefas. A lógica repressiva do “vigiar e punir” deve ser substituída pela idéia de proteção, bem-estar, inserção, recuperação e direitos da criança e do adolescente.

Também considero fundamental a supervisão para os profissionais que atuam no âmbito das medidas sócio-educativas, principalmente a de internação. Em minha época de atuação, tive o prazer e o privilégio de, juntamente com minha equipe, ser supervisionado pelo prof. Doutor Célio Garcia que muito colaborou para o bom

andamento dos atendimentos e das atividades. Hoje em dia, os centros de internação não mantêm esta prática importante tanto para os profissionais quanto, e por excelência, para os adolescentes. Tenho tentado reimplantar esse tipo de atividade nos centros. Mas, a burocracia e/ou a falta de interesse têm prevalecido e quem mais sofre com isso são os adolescentes que, no vai e volta das práticas e ideologias repressivas, são submetidos a todo tipo de experiência, repressão, opressão, suspeição e violência.

O jornal ESTADO DE MINAS, do dia 09 de julho de 2007, lançou a seguinte matéria: *“Violência sem Fim; Ministério Público cobra na justiça, em processo inédito, ações para estancar o massacre de adolescentes em Minas Gerais. 1474 morreram nos últimos dois anos, na região metropolitana”*.

O que primeiramente assusta nessa matéria é o fato de que as fotos dos adolescentes estampadas no jornal eram quase todas de ex-internos do CIA-BH, sendo, em sua maioria, adolescentes por mim atendidos. A morte da maioria dos adolescentes mostrada nessa edição já era de conhecimento público; quando um dos internos falecia, quase que imediatamente tomávamos conhecimento do ocorrido. Espantou-me o número de óbitos.

Haveria uma resposta ou respostas para esse dado alarmante? O que o Estado, a sociedade, o Juizado da Vara da Infância e Juventude teriam a dizer?

Dentre a complexidade de possíveis respostas e/ou de perguntas que o tema enseja, tendo a pensar que, uma das causas desta violência reside na “perversidade da exclusão social”, entendendo por esse termo, a falsa e ideológica máxima capitalista que sugere: a todos é possível o acesso aos bens de consumo; a todos é possível a apropriação do capital; basta trabalhar.

O Ideal de Eu ou o projeto identificatório da maioria desses adolescentes, possivelmente, nunca será atingido através do trabalho assalariado.

[...] O modo capitalista de produção, tendo em vista a acumulação do capital, produz necessariamente um contingente populacional constituído por indivíduos que conseguem sobreviver à custa de subempregos, de empregos intermitentes e do desemprego. Entende-se por “marginalidade” o tipo de inserção no mercado de trabalho destes segmentos da classe trabalhadora. “Marginal é a inserção destes indivíduos na mistificadora divisão social do

trabalho". "Marginal" não é o indivíduo que produz sua condição marginal de sobrevivência ao emitir determinados comportamentos, ao não se submeter passivamente à sua condição insólita de vida. Marginal é a condição de sobrevivência que lhe está socialmente reservada. (VIOLANTE, 1989, p. 185,186.).

Aulagnier se surpreende na anamnese de psicóticos com o reforço operado pela realidade social: rejeição, mutilação, ódio, despossessão. Também fiquei surpreso com a realidade histórica da maioria dos adolescentes internados no CIA-BH. Em minhas visitas às comunidades, às casas e às famílias desses adolescentes, pude constatar as condições precárias de existência às quais estão submetidos.

Considero que as questões sociais não são necessariamente determinantes da delinquência, mas funcionam como fatores indutores de sua produção. Obviamente, não devemos reduzir a complexidade da questão, considerando-a apenas do ponto de vista social, mas também, não devemos tapar os olhos e nos furtarmos dessa realidade fingindo que ela não existe.

Em minha práxis como Psicólogo no CIA-BH, cheguei a elaborar as seguintes máximas quando do desligamento dos adolescentes da instituição: para onde, com quem, e fazer o quê?

Em sua maioria, os adolescentes desligados retornam para os mesmos lugares de onde vieram, para as mesmas condições de sobrevivência. Sem trabalho, sem perspectivas e obstinados por um Ideal de Eu inatingível, acabam repetindo o ato infracional; retornam para as unidades de onde acabaram de sair, ou vão cumprir pena em cadeias, quando não morrem.

A questão do egresso é um grande problema e um grande desafio para aqueles que se ocupam com o adolescente infrator. É preciso repensar os modelos e as práticas vigentes.

V. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABERASTURY/KNONEBEL. *Adolescência Normal*. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

AULAGNIER, Piera. *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

_____, Piera. *O Aprendiz de historiador e o mestre feiticeiro*. Do discurso identificante ao discurso delirante. São Paulo: Escuta, 1984.

_____, Piera. *Um intérprete em busca de sentido II*. São Paulo: Escuta, 1990.

_____, Piera. *Um intérprete em busca de sentido I*. São Paulo: Escuta, 1990.

BEZERRA, Benilton. *Conferência no Curso de Especialização em Saúde Mental da ESMIG*. Belo Horizonte, 1993.

CARDOSO, Marta R. *Superego*. 1ª ed. São Paulo: Escuta, 2002.

COSTA, Jurandir Freire. *O Medo Social*. In: Reflexões para o futuro: Revista Veja 25 anos – Reflexões para o Futuro. 1993: 83.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Art. 121, 1990.

FERREIRA, Tânia. *Os Meninos e a Rua – Uma interpelação à Psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOULCAULT, Michael. *Vigiar e Punir – História das violências nas Prisões*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

FREUD, Sigmund. (1900-1901). *A Interpretação dos Sonhos (Parte II)*. sobre *Metapsicologia e outros Trabalhos*. Vol. XIV. Edição Standard Brasileira, 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____, Sigmund. (1910). *Cinco Lições de Psicanálise – Leonardo da Vinci e Outros Trabalhos*. Vol. XI. Edição Standard Brasileira, 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____, Sigmund (1914-1916). *A História do Movimento Psicanalítico. Artigos sobre Metapsicologia e outros trabalhos*. Vol. XIV. Edição Standard Brasileira, 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____, Sigmund (1917 - 1919). *Uma Neurose Infantil e Outros Trabalhos*. Vol.

XVII. Edição Standard Brasileira, 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____, Sigmund (1920,1922). *Além do Princípio do Prazer – Psicologia de Grupo e Outros Trabalhos*. Vol. XVIII. Edição Standard Brasileira, 2ª ed. Imago,RiodeJaneiro,1987.

_____, Sigmund (1923, 1925) *O Ego e o id*. Vol. XIX. Edição Standard Brasileira, 2º ed. Imago, Rio de Janeiro, 1987.

_____, Sigmund (1932/36). *Novas Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise e Outros Trabalhos*. Vol. XXII. Edição Standard Brasileira. 2ª ed. Imago Editora Ltda, Rio de Janeiro, 1987.

_____, Sigmund (1937/39). *Moisés e o Monoteísmo – Esboço de Psicanálise e Outros Trabalhos*. Vol. XXIII. Edição Standard Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GARCIA, Célio. *Psicologia Jurídica – Operadores do Simbólico*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

LAPLANCHE/PONTALIS, J. *Vocabulário da Psicanálise*. 10a. ed. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1988.

ROUDINESCO, Elizabeth. *A família em Desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SERENY, Gitta. *Gritos no Vazio*. A História de Mary Bell. Belo Horizonte: Gutember, 2002.

VIOLANTE, Maria Lúcia Vieira. *A criança mal-amada*. Estudo sobre a potencialidade melancólica. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____, Maria Lúcia Vieira. *O dilema do decente malandro*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____, Maria Lúcia Vieira. *Piera Aulagnier – Uma contribuição contemporânea à obra de Freud*. 1ª ed. São Paulo: Via Lettera, 2001.

VOLPI, Mário. *Sem Liberdade, Sem Direitos*. A privação de liberdade na percepção do adolescente. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.